

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

**GESTÃO ESCOLAR: UMA ANÁLISE DO FENÔMENO *BULLYING*  
EM UMA INSTITUIÇÃO DA REDE FEDERAL DE ENSINO.**

Dissertação de Mestrado em Gestão

**Candidata:** Christiana de Castro Ferreira Alves

**Orientação:** Professor Doutor Timothy Leonard Koehnen

**Coorientação:** Professora Mestre Izabela de Castro Ferreira Saraiva



Vila Real, 2013

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

**GESTÃO ESCOLAR: UMA ANÁLISE DO FENÔMENO *BULLYING*  
EM UMA INSTITUIÇÃO DA REDE FEDERAL DE ENSINO.**

Dissertação de Mestrado em Gestão

Candidata: **Christiana de Castro Ferreira Alves**

Orientador: **Professor Doutor Timothy Leonard Koehnen**

Departamento de Economia, Sociologia e Gestão – Professor Associado com Agregação  
Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro

Coorientadora: **Professora Mestre Izabela de Castro Ferreira Saraiva**

Psicóloga, Mestre em Psicologia Social e Especialista em Psicologia Jurídica

Composição do Júri:

Presidente: **Professora Doutora Carla Susana da Encarnação Marques**

Orientador: **Professor Doutor Timothy Leonard Koehnen**

Arguente: **Professor Doutor Armando Paulo Loureiro**

Vila Real, 2013



A Deus!

A Roberto, Victor e Daniel!

## Resumo

O *Bullying* é um fenômeno constituído por um conjunto de atitudes agressivas, conscientes, intencionais e repetidas, com a finalidade de causar sofrimento e intimidação ao indivíduo alvo da ação. A partir do fim do século XX, ocupou importante espaço nos meios de comunicação de massa, o que se intensificou nos primeiros anos do século XXI. Estudos do *Bullying* são realizados no Brasil, e através de revisão bibliográfica, constata-se que o fenômeno pode ocorrer em todos os ambientes de convivência, especialmente nas escolas. O Instituto Federal Minas Gerais – Campus São João Evangelista foi escolhido como local de pesquisa por contar com alunos que, por morarem na instituição e ficarem distantes de suas famílias, estão em um espaço cotidiano de convivência e trocas interpessoais. Os alunos investigados nesta pesquisa possuem idade entre 14 e 19 anos e estão matriculados no Curso Técnico integrado ao Ensino Médio. São oriundos de mais de 60 cidades da região, de outros estados brasileiros e de Angola (África). Além de uma amostra do corpo discente, a pesquisa foi realizada com a participação de uma parcela dos professores, servidores administrativos e gestores do Instituto. Tal escolha se justifica pela necessidade de uma análise do fenômeno *Bullying*, com foco na probabilidade de que as práticas agressivas interfiram nos relacionamentos interpessoais, no processo ensino-aprendizagem e na gestão escolar.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Bullying*, relacionamentos interpessoais, ensino-aprendizagem, gestão escolar.

## **Abstract**

Bullying is a phenomenon consisting of a series of aggressive, conscious, intentional and repeated attitudes, with the purpose of causing suffering and intimidation in the person chosen as target of the action. From the late 20th Century, bullying has been occupying an important space in mass media, which has been intensified in the early years of 21st Century. Bullying studies have been done in Brazil, and a literature review reveals that this phenomenon may occur in all coexistence environments, especially in schools. The Federal Institute of Education, Science and Technology of Minas Gerais State – São João Evangelista Campus was chosen for this research for receiving students that live in the institution, away from their families, and for that reason, are in a space of everyday coexistence and interpersonal exchanges. The students investigated in this research are aged between 14 and 19 years, and are enrolled in the Technical Course integrated to High School. They came from over 60 cities of the region, from other Brazilian states and from Angola (Africa). Besides this sample of students, the survey was conducted with the participation of some of the teachers, administration servers and managers of the Institute. This choice is justified by the need of analyzing the phenomenon Bullying, focusing on the probability that aggressive practices may interfere in interpersonal relationships, in the teaching-learning process and in the school management.

**Keywords:** Bullying, interpersonal relationships, teaching-learning, school management.

## Agradecimentos

Ao Pai de Infinita Bondade, pela oportunidade desta existência.

Ao Sr. Manoel e Dona Arlete, pela presença constante em minha vida. Tenho saudades...

Às minhas tias, pelo exemplo de trabalho e por rezarem tanto para que tudo esteja bem.

À Ana, minha quase mãe, e ao Marino, pelo incentivo prestado em todas as horas.

Às minhas sobrinhas, Mani, Bela, Jú, pela ajuda prestada e por serem tão atenciosas.

Ao Professor Doutor Timothy Leonard Koehnen, pela orientação, apoio e ajuda prestada.

À Professora Mestre Izabela de Castro Ferreira Saraiva, coorientadora deste trabalho, por todos os e-mails coloridos e todas as tardes e noites de estudo. Muito obrigada!

Ao amigo Flávio Puff, pela atenção dedicada.

À UTAD e aos portugueses, por proporcionarem condições de crescimento acadêmico aos brasileiros.

Ao IFMG, Campus São João Evangelista, por fornecer condições de estudo e campo para minha pesquisa.

Aos meus familiares e à Amiga, pela compreensão de minha ausência nas horas de estudo.

Aos meus filhos, Victor e Daniel, pela oportunidade de crescimento que me proporcionam a cada dia, pela ajuda prestada neste trabalho. Peço desculpas por ter ficado tão “antissocial”. Acreditem, essa conquista é por vocês!!!

E por fim, ao Roberto, o muito obrigado por todo o amor e carinho demonstrado durante todos estes anos de nossas vidas. Sem você esta conquista perderia o brilho. É um prazer compartilhar este momento com você!

# Índice

Resumo.....	i
Abstract.....	ii
Agradecimentos.....	iii
Índice.....	iv
Índice de figuras.....	vi
Índice de gráficos.....	vii
Lista de siglas.....	viii
<b>1. Introdução.....</b>	<b>1</b>
<b>2. Relevância e objetivos da investigação.....</b>	<b>5</b>
2.1. Relevância.....	6
2.2. Objetivos.....	9
2.3. Desenho da estrutura da investigação.....	10
<b>3. Fundamentação teórica.....</b>	<b>12</b>
3.1. <i>Bullying</i> .....	13
3.1.1. Conceito de <i>Bullying</i> .....	13
3.1.2. Dinâmica do <i>Bullying</i> .....	15
3.1.3. Prevenção e consequências do <i>Bullying</i> .....	17
3.2. Gestão Escolar.....	22
3.2.1. Conceito e importância da Gestão Escolar.....	22
3.2.2. Cultura Organizacional e Gestão Escolar.....	24
3.2.3. Gestão de Recursos Humanos e Cultura Organizacional.....	29
<b>4. Metodologia.....</b>	<b>31</b>
4.1. Técnica de recolha de dados.....	35
4.2. População estudada.....	36

<b>5. Discussão dos resultados.</b> .....	39
5.1. Primeira etapa – Análise da Legislação do IFMG.....	40
5.1.1. Casos registrados de trotes no Campus São João Evangelista .....	45
5.1.2. O Campus São João Evangelista .....	46
5.1.3. Trote: Casos de práticas agressivas no Campus São João Evangelista (antiga escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista – MG): uma reflexão sobre o <i>Bullying</i> .....	47
5.1.3.1. Processo Administrativo nº 23000.077080/2005-18 – Trote praticado por alunos da 2ª e 3ª séries em alunos da 1ª série.....	48
5.2. Segunda etapa – Aplicação e análise dos questionários .....	58
5.2.1. Análise do questionário dos estudantes .....	58
5.2.2. Análise do questionário dos servidores .....	72
5.3. Terceira etapa – Paralelo entre a Legislação do IFMG e a Percepção da comunidade escolar do Campus São João Evangelista sobre as consequências do <i>Bullying</i> e sua interferência no grau de satisfação dos estudantes, no processo ensino-aprendizagem e no alcance dos objetivos institucionais.....	81
<b>6. Conclusões.</b> .....	89
<b>Referências bibliográficas.</b> .....	98
<b>Anexos e apêndices</b> .....	103

## Índice de figuras

Figura 1 – Modelo Conceitual de Investigação .....	11
--	----

## Índice de gráficos

Gráfico 1 – Conhecimento de agressão a estudantes no Campus .....	59
Gráfico 2 – Caracterização das agressões como <i>Bullying</i> – Estudantes.....	66
Gráfico 3 – Horário de ocorrência da agressão .....	74
Gráfico 4 – Classificação da agressão testemunhada .....	75
Gráfico 5 – Caracterização das agressões como <i>Bullying</i> – Servidores .....	76

## Lista de siglas

ABRAPIA – Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência

CAVN – Colégio Agrícola Vidal de Negreiros

CEATS – Centro de Empreendedorismo Social e Administrativo em Terceiro Setor

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FIA – Fundação Instituto de Administração

CGAE – Coordenação Geral de Atendimento ao Educando

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

IFMG – Instituto Federal Minas Gerais

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB – Lei das Diretrizes e Bases da Educação

NSW – New South Wales, Department of Education & Communities

PeNSE – Pesquisa Nacional de Saúde Escolar

POPB – Programa Olweus de Prevenção ao *Bullying*

PPI – Projeto Pedagógico Institucional

PRAC – Pró-reitora de Extensão e Assuntos Comunitários

PROLICEN – Programa de Licenciaturas

ONG – Organização Não Governamental

SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

TA – Técnico em Agropecuária

UNICEF – United Nations Children’s Fund – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

USP – Universidade de São Paulo

VHS – Vídeo Home System – Sistema de Vídeo Doméstico

# **1. Introdução**

# 1. Introdução

Este trabalho de investigação, realizado no Instituto Federal Minas Gerais (IFMG) – Campus São João Evangelista, trabalha o tema *Bullying* e suas influências nos relacionamentos entre os alunos do Campus, com vistas ao processo de ensino-aprendizagem e à gestão escolar.

O Campus São João Evangelista ministra Ensino Médio, cursos técnicos (Agropecuária, Manutenção e Suporte em Informática e Nutrição e Dietética), cursos superiores em grau de: Bacharelado (Agronomia, Sistemas de Informação), Licenciatura (Matemática), Tecnologia (Silvicultura), e ainda cursos do Programa de Educação de Jovens e Adultos. O IFMG - São João Evangelista contou com um total de 1026 alunos matriculados no ano de 2012, sendo que desses, 530 alunos faziam o Curso Técnico Integrado ao Médio.

Esses alunos vêm de várias cidades da região, de outros estados e até de outros países. Uma parte deles prefere morar em repúblicas, na cidade, com o consentimento de seus pais, mas a maioria mora nos alojamentos da Instituição. Alimentam-se em refeitório e passam muito tempo com os colegas de classe. Naturalmente, aspectos conflitantes entre os jovens aparecem causando transtornos, com destaque para os *trotos*<sup>1</sup> que são bem intensos no início de cada ano letivo.

O Campus situa-se na cidade de São João Evangelista, região do Vale do Rio Doce, no interior do Estado de Minas Gerais. Segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2010), o município possui uma população de 15.526 habitantes.

O *Bullying* é um termo específico e definido conceitualmente. Diz respeito a formas de agressões, sejam elas verbais, físicas e/ou emocionais, que causam sofrimento e acontecem de maneira repetitiva. São situações que ocorrem entre pares, portanto entre iguais em ambientes de convivência. Ou seja, o *Bullying* ocorre em locais onde indivíduos convivam frequentemente, como clubes, asilos, condomínios, bairros, etc. Neste trabalho, especificamente, será abordado o *Bullying* no ambiente escolar.

---

<sup>1</sup>Trote: Trote estudantil consiste em um conjunto de atividades para marcar o ingresso de estudantes em uma instituição de ensino, promovidas pelos alunos mais antigos, que podem ser leves (brincadeiras) ou graves (humilhações ou agressões). Apesar de os estudantes pesquisados ainda frequentarem o ensino médio, a prática do trote é muito comum no Instituto.

Multidisciplinar, o *Bullying* tem despertado o interesse de diferentes ramos de atividade, como a educação, a saúde e a área jurídica (Gomes, 2011). No Brasil, o fenômeno tem sido objeto de alguns estudos e, recentemente, uma pesquisa nacional promovida pela organização não-governamental Plan em parceria com o Ministério da Educação e realizada pelo Centro de Empreendedorismo Social e Administrativo em Terceiro Setor (CEATS) e pela Fundação Instituto de Administração (FIA) [Plan] (2010) abordou o tema, constatando que, para alguns sujeitos participantes do estudo – dentre alunos, professores, pais e equipe técnica das escolas – a palavra *Bullying* era praticamente desconhecida, por ser importada e não ter uma tradução para o idioma português. Mas os elementos indicativos de sua existência eram imediatamente reconhecidos por todos os investigados.

A Plan é uma organização não-governamental (ONG), fundada em 1937, pelo jornalista britânico John Langdon-Davies e pelo trabalhador refugiado Eric Muggeridge. Possuía o nome extenso de “Foster Parents Plan for Children in Spain”, hoje abreviado para Plan, e foi criada com o objetivo de proteger as crianças órfãs vítimas da Guerra Civil Espanhola. Depois de 1950, seu trabalho se diversificou e se estendeu a todos os continentes, atuando em situações em que crianças pudessem sofrer alguma privação de seus direitos essenciais [Plan] (2013).

É importante assinalar com clareza que o *Bullying* não é apenas um problema dos alunos e nem o resultado natural da competição entre pares. É um problema que diz respeito a toda a rede de educadores e gestores do sistema escolar. É necessário que a escola tenha uma posição muito clara de enfrentamento deste problema, contribuindo para romper a espiral de violência que se reproduz ano após ano e mesmo entre gerações (Palácios & Rego, 2006).

Pacheco (2006) aponta que para a prevenção da ocorrência do *Bullying* nas escolas são necessárias estratégias que propiciem um clima escolar de colaboração e motivador de amizades. “Essa colaboração deverá contar com a participação de todos os elementos educativos, de toda a comunidade; pois só dessa forma se conseguirá a eficácia desejada.” (Pacheco, 2006, p. 75). A gestão eficiente de uma instituição de ensino inclui o empenho constante para a construção de relações pessoais positivas.

Este trabalho propôs uma análise das manifestações de agressão no IFMG - Campus São João Evangelista, pesquisando se estas podem ser caracterizadas como elementos indicativos de *Bullying*. Tal investigação teve como justificativa o entendimento do fenômeno a partir das já citadas características de repetição e

sofrimento causado à vítima. Essa análise teve como direcionamento a afirmação de que as dinâmicas e manifestações interpessoais influenciam todos os níveis de funcionamento do Campus. Segundo Pacheco (2006), a intensificação de conflitos e a forma como eles são geridos nas escolas produz situações mais ou menos graves de violência; fato que pode produzir consequências negativas no processo ensino-aprendizagem.

Na busca por uma apresentação estruturada, esta pesquisa foi dividida em oito capítulos. Este primeiro contém a Introdução da dissertação, dando contorno à temática do *Bullying* e ao campo de pesquisa escolhido. O segundo capítulo apresenta a Relevância e os Objetivos da Investigação, seguido pelo Capítulo da Fundamentação Teórica. Neste, o conceito, a dinâmica, as consequências do *Bullying* e os aspectos sobre a gestão escolar, sua importância e a relação estabelecida com a cultura organizacional e recursos humanos foram apresentadas.

O quarto capítulo se refere à Metodologia da dissertação, traçando como a pesquisa se realizou e apresentando as etapas do processo de investigação. Nesta parte, é dado destaque para a pesquisa de campo, onde os questionários construídos a partir dos objetivos do trabalho foram aplicados a servidores e estudantes do IFMG – São João Evangelista.

O quinto capítulo desenvolve a Discussão dos Resultados em três etapas: Análise da Legislação e de casos de trotes do IFMG – Campus São João Evangelista são descritos; Aplicação e Análise dos Questionários; Paralelo entre as duas primeiras etapas. No capítulo seis, as Conclusões da Dissertação são apresentadas, seguidas pelas Referências Bibliográficas, os Anexos e Apêndices.

## **2. Relevância e objetivos da investigação**

## 2. Relevância e objetivos da investigação

O que, sobretudo, me move a ser ético é saber que, sendo a educação, por sua própria natureza, diretiva e política, eu devo, sem jamais negar meu sonho ou minha utopia aos educandos, respeitá-los. Defender com seriedade, rigorosamente, mas também apaixonadamente, uma tese, uma posição, uma preferência, estimulando e respeitando, ao mesmo tempo, ao discurso contrário, é a melhor forma de ensinar, de um lado, o direito de termos o dever de “brigar” por nossas ideias, por nossos sonhos e não apenas de aprender a sintaxe do verbo haver, do outro, o respeito mútuo.

**Paulo Freire**

### 2.1. Relevância

O sujeito humano demonstra seus valores por sua prática cotidiana e pela influência que exerce sobre o meio onde vive e sobre as instituições nas quais atua. O sucesso institucional depende da qualidade do relacionamento estabelecido entre a instituição e seus fornecedores, colaboradores, clientes e parceiros.

Os valores, assim como o potencial para se estabelecer relacionamentos de qualidade, são aprendidos e apreendidos desde a mais tenra idade, momento da vida em que o fenômeno *Bullying* pode vir a prejudicar significativamente tanto o agressor como o agredido.

O indivíduo é ativo na construção do seu desenvolvimento. Não é apenas um ou outro fator isolado (família, traços de personalidade, escola, amigos, etc.), mas o conjunto deles que contribui nesse processo. A partir da interação do sujeito com esses

fatores (meio), ele vai, aos poucos, construindo seus próprios valores morais. A moralidade, portanto, é construída, não vem pronta (Vinha, 1996).

Como afirma Luckesi (2007, p. 15), “o mais importante na vida escolar não é o ganhar ou o perder, mas o aprender a ser e o aprender a viver juntos, para o bem-estar de si mesmo e do outro, com qualidade”. Nesta lógica, a manifestação de agressões no ambiente escolar causa sofrimento e pode deixar marcas nas pessoas envolvidas e no meio social. Aquele que agride pode vir a afastar de si as pessoas com energia positiva e conduta assertiva. Por sua vez, o agredido pode apresentar a tendência de afastar-se das oportunidades devido ao seu sofrimento, à dificuldade de construir e elevar a sua autoestima. Àqueles que testemunham as agressões, o ambiente torna-se inóspito, pela falta de segurança e harmonia na convivência.

A capacidade de uma pessoa para se relacionar depende das experiências que vive, e as instituições educacionais são lugares preferenciais, nesta época, para se estabelecer vínculos e relações que condicionam e definem as próprias concepções pessoais sobre si mesmo e sobre os demais. A posição dos adultos frente à vida e as imagens que oferecemos aos mais jovens, a forma de estabelecer as comunicações na aula, o tipo de regras de jogo e de convivência incidem em todas as capacidades da pessoa. (Zabala, 2007, p. 28)

Desta forma, reduzir a ocorrência do *Bullying*, especialmente na infância e na adolescência, torna-se relevante, por coibir a formação da personalidade do agressor e por permitir e estimular a construção da personalidade sadia pelos sujeitos que não praticam as agressões. Torna-se interessante a reflexão a partir da afirmação de Vinha (1996): de que uma criança aprende o que vive e se torna o que experimenta.

Para promover a redução da ocorrência do *Bullying*, o primeiro passo é a compreensão clara, profunda e científica do fenômeno na comunidade escolar, que é a razão da investigação proposta. O sofrimento causado pelas práticas do *Bullying*, seja para agressores, vítimas e/ou testemunhas, deve também ser encarado como um problema pessoal, mas, especialmente, como um problema social. Trazer esta afirmação é apresentar que as consequências de tal fenômeno interferem diretamente na construção do espaço escolar. A hipótese é de que o *Bullying* interfere no processo ensino-aprendizagem e nas interações interpessoais; logo, passa a ser objeto de atenção da Gestão Escolar.

Devemos acrescentar que os actos de indisciplina exercem influência negativa em todos os sectores, quer se trate de indisciplina pessoal, grupal, organizacional ou cívica; qualquer uma delas acaba por se repercutir no clima que se vive na organização escolar; acarretando consequências nefastas ao bom desenvolvimento do processo de ensino e de aprendizagem. (Pacheco, 2006, p. 64)

A gestão institucional deve incluir no projeto político-pedagógico estratégias elaboradas em função do diagnóstico realizado, dos valores definidos e das concepções teóricas escolhidas (Khoury, 2007).

Sendo assim, uma vez confirmado que há indícios de práticas de *Bullying* no campus, o conhecimento da realidade escolar aponta para uma reflexão sobre o assunto, e atitudes positivas para a redução do problema poderão ser propostas. A relevância da pesquisa é investigar a uma problemática que causa sofrimento e pode influenciar as práticas da Instituição. Através do diagnóstico e da proposição de ações, o sofrimento pode ser minimizado com o enfrentamento das práticas agressivas, assim como as questões institucionais podem ser colocadas em análise.

## 2.2. Objetivos

Objetivo geral:

Analisar os indicativos de *Bullying* entre os alunos do Curso Integrado (Ensino Médio e Cursos Técnicos em Agropecuária, Manutenção e Suporte em Informática e Nutrição e Dietética) do Instituto Federal Minas Gerais – Campus São João Evangelista e sua influência nos relacionamentos interpessoais, no processo ensino-aprendizagem e na gestão da instituição de ensino.

O processo de ensino-aprendizagem é uma atividade prospectiva que tende provocar mudanças na realidade de cada indivíduo e, por conseguinte, no seu meio. Este é um dos objetivos da escola: provocar mudanças por meio da aprendizagem. Dessa forma, além de ensinar/discutir/interpretar os conhecimentos históricos e socialmente produzidos, proporcionar a construção de novos conhecimentos e promover a inclusão social e o exercício da cidadania, é importante que a educação escolar esteja voltada para valores humanizadores. (Barbosa, n. d. p.1)

Objetivos específicos:

- Levantar, no planejamento pedagógico e na legislação disciplinar do Campus, referente ao corpo discente, elementos que indiquem a percepção institucional da prática do *Bullying*;
- Determinar a ocorrência de casos de trotes do campus que indiquem a prática de *Bullying*;
- Identificar, através da aplicação de questionário aos estudantes e aos servidores (administrativos, professores e gestores) do Campus, a percepção

da comunidade escolar sobre comportamentos e atitudes indicativos da prática do *Bullying*;

- Identificar, através da aplicação do mesmo questionário, a percepção dos participantes da investigação acerca da influência dos elementos indicativos do fenômeno *Bullying* nas relações interpessoais, na produtividade do processo ensino-aprendizagem e no alcance dos objetivos institucionais;
- Comparar a visão do fenômeno *Bullying* presente no planejamento pedagógico e na legislação disciplinar do Campus com a percepção que os estudantes e os servidores do Campus apreendem das consequências do fenômeno *Bullying* sobre o grau de satisfação dos indivíduos em seus relacionamentos interpessoais, na produtividade do processo ensino-aprendizagem e no alcance dos objetivos institucionais.
- Contribuir para a ampliação do campo de estudos acerca do *Bullying* no espaço educacional, com base em levantamento teórico, revisão crítica bibliográfica e pesquisa de campo, além de apontar a importância da temática para a Gestão Escolar.

### **2.3. Desenho e estrutura da investigação**

A investigação das implicações que ocorrem na gestão Escolar acerca do fenômeno *Bullying* no Instituto Federal Minas Gerais – Campus São João Evangelista foi realizada por meio de um diagnóstico, que considerou: i) a percepção institucional do *Bullying*; ii) as influências do *Bullying*, conforme a figura 1.

## Investigação do Fenômeno *Bullying* no IFMG

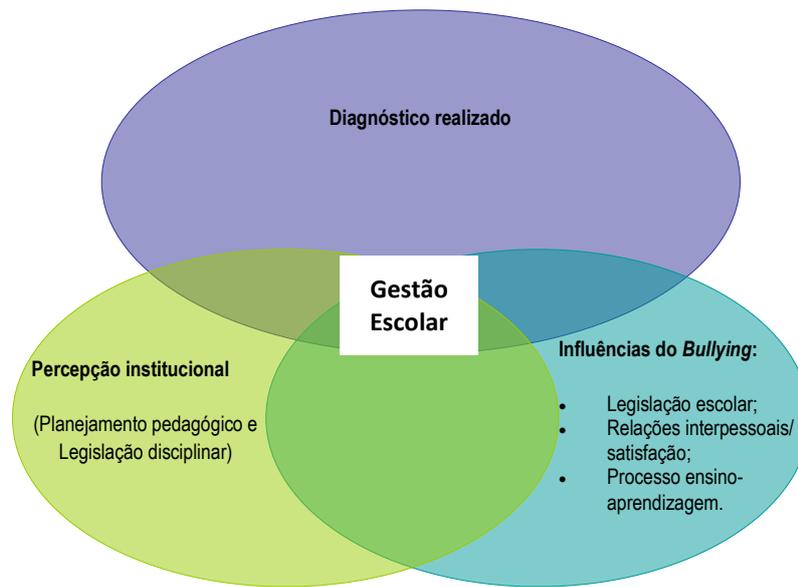


Figura 1: Modelo Conceitual de Investigação

### **3. Fundamentação Teórica**

### **3. Fundamentação Teórica**

A compreensão do fenômeno *Bullying* é fundamental para a criação de propostas concretas que minimizem ou até mesmo solucionem a ocorrência de práticas agressivas em uma instituição de ensino. Ao mesmo tempo, é necessária uma reflexão sobre o processo de Gestão Escolar e sua influência na solução dos transtornos provocados pela prática do *Bullying*.

#### **3.1. *Bullying***

O termo inglês *Bullying* não tem tradução direta para o português. O conceito foi originado da palavra inglesa *bully*, que, usado como substantivo tem significado semelhante aos adjetivos “valentão” e “tirano”. Na forma de verbo, passa a indicar a ação de ameaçar, intimidar e enfrentar.

Enquanto conceito, o termo *Bullying* é datado da década de 1980. É originário das pesquisas sobre suicídio entre crianças e adolescentes do professor Dan Olweus da Universidade de Bergen, na Noruega, no fim da década de 1970. O pesquisador norueguês sistematizou seus estudos sobre os comportamentos agressivos, e criou o termo *Bullying*, apontando “critérios para detectar o problema de forma específica, permitindo diferenciá-lo de outras possíveis interpretações, como incidentes e gozações ou relações de brincadeiras entre iguais, próprias do processo de amadurecimento do indivíduo” (Fante, 2005, p. 45).

##### **3.1.1. Conceito de *Bullying***

O *Bullying* escolar é definido como um conjunto de atitudes agressivas de diversas formas, praticadas intencional e repetidamente, que ocorrem sem motivação evidente, adotadas por um ou mais estudantes contra outro(s), causando dor e angústia, e que são executadas dentro de uma relação desigual de poder. Portanto, os atos repetidos entre estudantes e o desequilíbrio de poder são as características essenciais, que tornam possível a intimidação da vítima (Fante, 2005).

É importante destacar que a relação desigual de poder, citada acima, refere-se a condições como força, coragem e desenvoltura do agressor em relação ao agredido, já

que o *Bullying* se caracteriza por acontecer entre pares e não entre pessoas que ocupam posições sociais diferentes.

O *Bullying* pode, também, ocorrer na forma de atos de ignorar, tratar com indiferença ou isolar a vítima. Se provocados por um grupo de alunos em sala de aula podem ser devastadores para a autoestima de uma criança, por exemplo. Em geral, o *Bullying* praticado por omissão é mais característico entre meninas e é sutil, podendo não ser percebido por indivíduos externos ao grupo. Se o ato isolado for analisado, pode não parecer representativo, mas são como pequenas agressões, que pouco a pouco vão minando a integridade psicológica da vítima (Calhau, 2009).

O chamado *Cyberbullying*, o *Bullying* praticado no ambiente virtual, vem ganhando espaço nas redes sociais e aumentando ainda mais o transtorno das vítimas, já que neste tipo de ambiente (*e-mails*, telemóveis, mensagens por *paggers*, fotos digitais, *sites* pessoais difamatórios, ações difamatórias *on-line*) os autores das agressões têm mais facilidade em manter suas identidades no anonimato.

Segundo Silva (2010), a falta de legislação e ética para a utilização dos recursos tecnológicos; a falta de empatia, de sensibilidade e de responsabilidade nas relações interpessoais; a certeza do anonimato, da impunidade e do silêncio das vítimas são fatores importantes para o aumento dos casos de *Cyberbullying*.

A falta de denúncias dos casos fomenta a ação dos *bullies virtuais* e impossibilita a ação das autoridades, impedindo a punição deles por meio de leis específicas para essas situações. Com isso, tornam-se difíceis o planejamento e a execução de políticas públicas e privadas, de caráter emergencial, que possam priorizar a redução e a contenção desse grave problema. (Silva, 2010, p. 133)

A violência no contexto escolar é um problema com graves consequências sociais, já que a prática do *Bullying* pode provocar, para a vítima ou para o agressor,

impactos negativos em sua vida. Muitos indivíduos que têm relações ruins com os pais ou entre os pares são mais propensos à depressão e podem estar mais vulneráveis ao vício em drogas (Carvalhosa, Lima & Matos, 2001).

Começam a surgir, no Brasil, algumas ações com o objetivo de reduzir as práticas de *Bullying*. Um exemplo é o Projeto de Lei Nº 350 de 2007, do deputado estadual Paulo Alexandre Barbosa, que autoriza o Governo do Estado de São Paulo a instituir o Programa de Combate ao *Bullying* nas escolas públicas e privadas (Barbosa, 2007).

Esta medida representa um modelo importante, que pode contribuir para transformar todos os Projetos e Programas de combate ao *Bullying* existentes no Brasil em lei. A legislação serviria como instrumento de prevenção à prática do *Bullying* e, conseqüentemente, de melhoria no grau de satisfação dos estudantes e no seu processo de ensino-aprendizagem.

### **3.1.2. Dinâmica do *Bullying***

O *Bullying* é um assunto que interessa a vários campos de pesquisa por ser relativamente comum e capaz de afetar pessoas de qualquer tipo em suas relações cotidianas. Sendo assim, é importante ter responsabilidade ao lidar com as questões que o envolvem e evitar que as repercussões destes estudos na mídia possam banalizar o fato, interferir em sua definição e delimitações.

Compreender a problemática do *Bullying*, observando sua prática, e perceber as diferentes formas de envolvimento dos sujeitos neste processo são tarefas daqueles que se envolvem de forma ética em relação ao fenômeno. No caso do *Bullying* no espaço escolar, é papel da Gestão Educacional dar visibilidade a este tema e trabalhar de forma comprometida para a prevenção, dando atenção aos envolvidos neste processo.

Vários estudos apontam para três grupos sociais distintos envolvidos na prática do *Bullying*, a partir de sua caracterização como ações de agressão individuais e coletivas, dirigidas a uma ou mais vítimas, percebidas por um grupo de espectadores: agressores, vítimas e testemunhas. A grande maioria dos envolvidos, nas três posições, opta por não se manifestar frente à ação de violência física, verbal e/ou psicológica.

Segundo Fante (2005), as vítimas são caracterizadas, geralmente, por apresentarem baixa autoestima e dificuldades para se defender das agressões sofridas, pelo menos dentro do contexto especificado. Tornam-se alvos dos agressores por

possuírem características que não condizem com as exigências sociais e culturais de um determinado grupo, seja pela aparência física, por seus costumes ou comportamentos. Os motivos considerados relativamente comuns para críticas e perseguições entre os pares são as questões de ordem religiosa, sexual ou cultural, de limitação física ou mental, ou ainda características individuais que se destacam da maioria: melhor ou pior rendimento escolar, características físicas marcantes, menos habilidade nas práticas esportivas, entre tantos outros. Percebe-se, no estudo de casos, que os motivos são, em sua maioria, aparentemente banais.

Já os agressores são considerados os causadores do *Bullying*. Em sua maioria, são pessoas que exercem algum tipo de liderança em seu ambiente de convívio. É importante apontar as peculiaridades de cada caso de *Bullying*, além de afirmar que as manifestações são variadas e contextualizadas. O chamado agressor, no ambiente onde este pode assim ser intitulado, não apresenta respeito às diferenças e toma atitudes que o recompensam de alguma forma (seja social, material ou psicologicamente). Entretanto, as ações dos agressores em relação às suas vítimas causam sofrimento, assim como geram medo e ansiedade entre todos os envolvidos.

Ao contrário de crenças distorcidas que reforçam a compaixão com relação às vítimas e à fragilidade das mesmas, os resultados mostram a vulnerabilidade dos agressores, que podem ser reforçados pelo grupo a estarem neste papel de dominação, tendo em vista que, na maioria das vezes, são vistos pelos colegas como “valentões”, e para manterem-se nesta posição usam de agressividade. Entretanto, pode-se supor que estas crianças não estejam tão felizes quanto parece, ou quanto se espera que estejam (expectativas sociais), podendo apenas não conseguir sair deste papel por, além de serem forçados pelos colegas,

apresentarem um pobre repertório comportamental.

(Binsfeld & Lisboa, 2010, p. 93)

Os espectadores são pessoas que testemunham frequentemente as atitudes agressivas entre seus pares. Costumam ter uma reação de omissão e também devem ser foco de atenção dos profissionais envolvidos no processo de convivência. Segundo Calbo, (2009, p.74), “As testemunhas, por fim, são pessoas que não se envolvem diretamente em situações de *Bullying*, mas assistem passivamente à violência cometida e se calam por medo, acobertando os agressores e contribuindo para a continuidade desses atos”.

Esta tríade, Agressor-Vítima-Testemunha, apresentada pelos estudos acerca do *Bullying*, precisa ser sempre analisada com cautela e contextualizada. A apresentação do fenômeno e a divisão dos personagens é uma maneira didática de trabalhar e explicar o *Bullying*. Na prática, os casos são mais complexos e devem ser entendidos em suas particularidades. Fato é que todos sofrem de alguma maneira com essa ação, e que todos devem ser observados de forma cautelosa. Ao mesmo tempo, é necessário reforçar que, para uma dinâmica ser caracterizada como *Bullying*, a repetição e a constância devem ser suas principais características.

### **3.1.3. Prevenção e consequências do *Bullying***

Crianças e jovens, independente de qualquer caracterização ou classificação que se proponha, apresentam atritos nos relacionamentos, demandando, portanto, ações constantes de reforço das atitudes positivas, de prevenção dos desentendimentos e de correção. Isso é tarefa da Gestão Escolar, já que:

os empecilhos para a promoção de ações afirmativas e antecipadas para abordar os problemas de relacionamentos interpessoais apresentam-se a partir de uma série de questionamentos que perpassam pelas crises de

valores na sociedade, envolvendo desde a própria estrutura do sistema educacional até a formação continuada e capacitação dos profissionais da educação para lidarem com este tipo de crise. São questões complexas que precisam de uma abordagem multifacetada, a partir de diferentes ângulos de visão e vários pontos de reflexão que devem envolver toda a comunidade escolar.

(Saraiva, 2011, pp. 11-12)

Como o *Bullying* caracteriza-se pela repetição, para a compreensão do fenômeno e possível prevenção é importante entender a influência das ações agressivas na vida da vítima, ou seja, as consequências de tais ações (Plan, 2010). É importante pontuar que, para se evitar uma análise vitimizadora, as influências na vida do agressor e das testemunhas envolvidas no evento também precisam ser levadas em consideração.

Segundo cartilha lançada pelo Projeto Justiça nas Escolas, por meio do Conselho Nacional de Justiça [CNJ] (2010), as consequências do *Bullying* sobre as vítimas são as mais variadas possíveis e dependem muito de cada indivíduo, da sua estrutura, de vivências, de predisposição genética, da forma e da intensidade das agressões. No entanto, todas as vítimas, sem exceção, sofrem com os ataques de *Bullying*. Muitas levarão marcas profundas provenientes das agressões para a vida adulta, e necessitarão de algum tipo de apoio para a superação do problema, seja ele psiquiátrico, psicológico ou de qualquer outra natureza.

Os problemas mais comuns encontrados na literatura são: desinteresse pela escola; problemas psicossomáticos; problemas comportamentais e psíquicos como transtorno do pânico, depressão, anorexia e bulimia, fobia escolar, fobia social, ansiedade generalizada, entre outros. O *Bullying* também pode agravar problemas preexistentes, devido ao tempo prolongado de estresse a que a vítima é submetida. Em casos mais graves, podem-se observar quadros de esquizofrenia e ocorrência de homicídio e suicídio (CNJ, 2010).

Relevante pontuar que tal fenômeno pode estar presente em escolas particulares ou públicas, em qualquer região do país, já que problemas de convivência são inerentes do ser humano e todos os ambientes em que ocorra coexistência de pessoas estão sujeitos a essa situação.

Em documento publicado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Waiselfisz e Maciel (2003) analisam a violência em dois estados do Brasil: Rio de Janeiro e Pernambuco. Essa análise avalia o impacto do “Programa Abrindo Espaços: Educação e Cultura para a Paz”, que surgiu em 2000 para desenvolver atividades e ações políticas que possibilitem diminuir os elevados índices de violência detectados em outras pesquisas realizadas nestes locais. O Programa propõe, entre várias atividades, oferecer alternativas de esporte, cultura e lazer aos jovens, como um contraponto à violência dentro das instituições de ensino.

Os programas socioeducativos que se desenvolvem no contra turno da escola têm a função de criar oportunidades para que crianças de famílias de baixa renda pratiquem esportes, desenvolvam atividades artísticas e culturais e competências sociais, brinquem e tenham seu estudo acompanhado. A intenção não é a de substituir ou repetir o que a criança faz na escola, mas complementar e enriquecer a educação que ela recebe de seus professores e de sua família. (V. P. Faleiros & E. S. Faleiros, 2007, p. 67)

As pesquisas relacionadas ao tema *Bullying* se intensificaram no início do século XXI. Em todo o país, estudos dão subsídios para uma discussão mais profunda sobre a temática, como é o caso de uma investigação realizada em um colégio da rede estadual de educação do estado do Paraná. A pesquisa faz parte de um projeto interdisciplinar e interinstitucional que recebeu o nome de “Políticas Públicas: a Gestão do *Bullying* nas

escolas de Educação Básica e a Formação de Professores”. Segundo seus autores, Both, Stival e Raduenz, (2009) este Projeto foi inscrito no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e propõe analisar a Gestão do *Bullying* nas escolas de Educação Básica e, a partir dos diagnósticos apresentados, elaborar propostas de intervenção.

A Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2009) investigou o tema *Bullying* em capitais brasileiras através da seguinte pergunta feita aos escolares no bloco de informações sobre *Bullying*: “Nos últimos 30 dias, com que frequência algum dos seus colegas de escola te esculacharam, zoaram, mangaram, intimidaram ou caçoaram tanto que você ficou magoado/incomodado/aborrecido?” Os resultados da pesquisa determinam os percentuais das agressões de acordo com sua ocorrência e percebe-se neste ponto, que quase um terço da população estudada (30,8%) respondeu ter sofrido *Bullying* no período de 30 dias. Além deste dado, a pesquisa retrata a violência estudantil no país e apresenta informações riquíssimas para um repensar da gestão educacional em cada estabelecimento de ensino.

A Plan, como foi apresentado na introdução desta dissertação, é uma ONG fundada em 1937, com o nome de “Foster Parents Plan for Children in Spain” que surgiu após a Guerra Civil Espanhola com o objetivo de acolher as crianças órfãs. Hoje, chamada apenas de Plan, atua em vários países e no Brasil vem fazendo um trabalho de proteção às crianças privadas de seus direitos essenciais. A Plan é, hoje, uma das mais antigas e maiores organizações internacionais de desenvolvimento do mundo (Plan, 2013).

Várias cartilhas, pesquisas e programas foram realizados por esta ONG e muitos deles abordavam o tema *Bullying* e sua ocorrência nas escolas, como a pesquisa “*Bullying* no Ambiente Escolar”, que permitiu conhecer as situações de maus tratos nas relações entre estudantes dentro da escola, nas cinco regiões do País. Os resultados do estudo foram norteadores para a criação de ações da campanha “Aprender sem Medo”, de 2008, que visava alertar e orientar estudantes, pais, gestores e docentes escolares, bem como a sociedade, sobre a ocorrência de *Bullying*, as formas de reduzir sua frequência e as graves consequências que pode provocar para as pessoas envolvidas, as instituições de ensino e o próprio processo de formação e de consolidação da cidadania [Plan], (2009).

Em 2010, a Plan realizou outra pesquisa sobre o *Bullying* Escolar no Brasil (Plan, 2010) citada na introdução desse trabalho e, em parceria com o Estado do Maranhão, apresentou o “Programa de Enfrentamento ao *Bullying* Escolar – Educar para a Paz”. Nesse mesmo ano, lançou ainda a cartilha escrita pela educadora Cléo Fante, que orienta as escolas em como proceder nos casos de *Bullying* (Fante, 2010).

Outro Projeto vem sendo desenvolvido desde 2010 pela Professora Rita Cristiana Barbosa, do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia do Campus III da Universidade Federal da Paraíba, com a ajuda de alguns alunos graduandos através do Programa de Licenciaturas (PROLICEN). O nome deste projeto é “Conviver sem *Bullying*: Pelo direito de estudar em paz” e sua implantação se deu no Colégio Agrícola Vidal de Negreiros (CAVN) dentro do campus da Universidade Federal da Paraíba (Costa *et. al.*, 2010).

Este projeto desenvolvido nas turmas de 1º a 3º ano do curso técnico, tem como objetivo favorecer aos participantes ocasiões de debate sobre direitos humanos, violência, fenômeno *Bullying* e suas implicações nas relações interpessoais, com perspectivas para a criação da cultura da paz na escola, a fim de prevenir/combater a violência e o *Bullying* no CAVN. (Costa *et. al.*, 2010, p. 4)

Todos estes Programas e Pesquisas citados demonstram a preocupação de profissionais da educação com a problemática da violência e suas implicações na vida dos estudantes, já que algumas crianças e jovens envolvidos no contexto do *Bullying* são afetados negativamente, passando a experimentar sentimentos de ansiedade e medo. Além disso, estes Programas servem para justificar nesta dissertação a importância do estudo sobre o *Bullying* no IFMG, Campus São João Evangelista.

Segundo estudos da Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência (ABRAPIA) (Lopes Neto, Monteiro Filho & Saavedra, 2003), alguns alunos que testemunham as situações de *Bullying*, quando percebem que o

comportamento agressivo não traz nenhuma consequência a quem o pratica, poderão passar a adotá-lo.

Segundo Chalita (2008, p.88), “existem estudos que comprovam que quando há intromissão de outras pessoas, que se manifestam em defesa das vítimas, os casos de intimidação se reduzem drasticamente”.

O motivo da redução pode ser explicado pela quebra do silêncio, o qual é característico de algumas agressões. Quando não é falada e trabalhada, a violência ganha força, pois não há resistência ou mesmo resposta a esta. Sendo assim, educar as pessoas para que repensem suas atitudes nas situações de *Bullying* exige um esforço de toda a comunidade escolar, como propõe essa investigação.

### **3.2. Gestão Escolar**

A qualidade do ensino resulta da eficiência do processo de gestão escolar, que necessariamente passa pela competência institucional no planejamento, na organização, na execução e na avaliação do processo educacional, com base no nível de aprendizagem acadêmica e formação moral dos alunos.

Segundo Mascarenhas (2006, p. 99), “Compete à gestão da instituição assegurar que na escola o respeito mútuo seja uma regra, que a saúde emocional e o bem-estar de professores e alunos sejam um objetivo de rotina e que seja priorizado e assegurado como um direito.” Sendo assim, caso o *Bullying* seja percebido na instituição, passa a ser necessária uma intervenção nas práticas existentes e na elaboração de formas de prevenção.

#### **3.2.1. Conceito e importância da Gestão Escolar**

Para conceituar a gestão escolar e destacar a sua importância, tomou por empréstimo a citação abaixo:

A gestão escolar constitui uma dimensão e um enfoque de atuação que objetiva promover a organização, a mobilização e a articulação de todas as condições materiais e humanas necessárias para

garantir o avanço dos processos socioeducacionais dos estabelecimentos de ensino, orientados para a promoção efetiva da aprendizagem pelos alunos, de modo a torná-los capazes de enfrentar adequadamente os desafios da sociedade globalizada e da economia centrada no conhecimento. (Lück, 2000, p. 7)

Percebe-se neste caso que a gestão escolar é fundamental para promover ações que possam interferir de forma positiva na solução dos problemas ligados às práticas de *Bullying* e sua interferência nas relações interpessoais e no processo de ensino-aprendizagem.

Em pesquisa realizada em escolas de Bragança, Portugal, percebeu-se que:

as atividades de gestão se configuram como ações administrativas focadas, resultando em relações de poder mais centralizadas. Os gestores se destacam como uma “instância de poder”, voltando-se aos propósitos decisórios e assumindo possibilidades de promover mudanças ou legitimar situações dadas, impondo direcionalidade ao processo de trabalho em educação. (Lourenço, Pereira, Paiva e Gebara, 2009, p. 213)

Cabe aos gestores organizar um programa de combate ao *Bullying* que envolva toda a comunidade escolar, determinando qual deve ser o papel dos professores, servidores administrativos, estudantes e dos próprios gestores na busca por uma comunidade escolar mais positiva.

### **3.2.2. Cultura organizacional e Gestão Escolar**

A educação brasileira apresenta índices insatisfatórios de qualidade e, dentre os diversos elementos que contribuem para esta situação, está a dificuldade em estabelecer uma cultura organizacional que permita a eficiência da gestão escolar.

Compete à gestão escolar estabelecer o direcionamento e a mobilização capazes de sustentar e dinamizar a cultura das escolas, de modo que sejam orientadas para resultados, isto é, um modo de ser e de fazer caracterizado por ações conjuntas, associadas e articuladas. Sem esse enfoque, os esforços e gastos são dispendidos sem muito resultado, o que, no entanto, tem acontecido na educação brasileira, uma vez que se tem adotado, até recentemente, a prática de buscar soluções tópicas, localizadas e restritas, quando, de fato, os problemas da educação e da gestão escolar são globais e estão inter-relacionados. Estes não se resolvem ora investindo em capacitação, ora em melhoria de condições físicas e materiais, ora em metodologias, ora em produção de materiais, etc. É preciso agir conjuntamente em todas as frentes, pois todas estão inter-relacionadas. (Lück, 2000, p. 7)

Baseado nessa afirmação percebe-se a necessidade de envolver toda a comunidade escolar em ações planejadas durante todo o período letivo. Um exemplo disso é o Programa Olweus de Prevenção ao *Bullying* (POPB), referência mundial e com aplicação em diversos países. Este Programa *antibullying*, criado pelo professor norueguês Dan Olweus, em 1993, surgiu como resultado de uma pesquisa realizada pela Universidade de Bergen, na Noruega. Após sua implantação em escolas daquele país, os índices de *Bullying* escolar diminuíram em até 50% (Lopes Neto *et al.*, 2003). Algumas escolas, tomando por base o programa Olweus de Prevenção ao *Bullying* (POPB), criaram programas próprios, considerando as peculiaridades locais.

O Ministério da Educação (do Brasil) desenvolveu, no ano de 2004, o projeto “Escola que protege”, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, com a finalidade de promover ações educativas e preventivas no que tange à violência contra as crianças e adolescentes, em nível nacional.

O projeto privilegiou, nos anos seguintes, a formação de professores e profissionais envolvidos com a educação de crianças e adolescentes, em grande esforço para capacitação nas modalidades de educação à distância e presencial.

O referido Ministério publicou a cartilha intitulada “Proteger para Educar: a escola articulada com as redes de proteção de crianças e adolescentes” (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade [SECAD] 2007), para apresentar os fundamentos do projeto.

O documento apresenta inicialmente aspectos históricos e institucionais referentes à criança e ao adolescente na sociedade brasileira, desde o Brasil colonial, partindo do trabalho de crianças como mecanismo de controle social até a modernização dos conceitos sustentados pela constituição democrática de 1988, que conquistou o reconhecimento e a consolidação dos direitos.

Apresenta um diagnóstico pormenorizado dos impactos da violência sobre as crianças e adolescentes no país, por meio de estatísticas muito preocupantes, especialmente nas regiões onde se concentram as desigualdades sociais e econômicas e o trabalho infanto-juvenil, o abuso sexual e a violência homicida contra crianças e adolescentes são presentes e persistentes. Na elaboração do referido diagnóstico, a dificuldade de obtenção e sistematização das informações foi um empecilho significativo.

É deste cenário que surgem ações para integração das escolas às redes de proteção integral à criança e ao adolescente, notadamente a “Escola que protege”, que

apresenta como objetivo geral: “integrar a escola à Rede de Proteção Integral para prevenir e combater o ciclo de violência contra crianças e adolescentes no Brasil”. (SECAD, 2007, p. 41)

Apresenta como objetivos específicos:

- a) Constituir uma equipe de profissionais dentro da instituição de ensino, com o objetivo inicial de buscar representantes da comunidade para, posteriormente, elaborar um plano de enfrentamento ao *bullying* que possua legitimidade; (New South Wales, Department of Education & Communities [NSW], 2011)
- b) Capacitar profissionais de educação para prevenir e atuar no enfrentamento, no âmbito educacional, de situações de violência física e psicológica sofridas por crianças e adolescentes, tais como negligência, abandono, abuso sexual, exploração do trabalho infantil, exploração sexual comercial, entre outras;
- c) Difundir informações sobre os prejuízos causados ao desenvolvimento biofísico-psíquico-social das crianças, adolescentes e suas famílias pelas diversas formas de violência;
- d) Oferecer aos Sistemas de Ensino aportes básicos para garantir o cumprimento do fluxo de notificação e encaminhamento de casos de

violência contra crianças e adolescentes aos órgãos competentes;

- e) Promover a articulação entre os diversos atores da Rede, nos municípios participantes, para uma ação conjunta (preventiva e protetiva), com responsabilidade compartilhada e negociada no enfrentamento e combate à violência contra crianças e adolescentes.

(SECAD, 2007, p. 41)

Como justificativa para a criação e adoção do programa “Escola que protege”, o resgate histórico e o diagnóstico promovido pelos estudos acerca da temática apresentam a dimensão do desafio social para se resguardar, apoiar e proteger crianças, adolescentes e jovens numa sociedade que convive com agressões de diversas naturezas, notadamente o *bullying*.

A escola surge como elemento catalizador de todo o processo, recebendo os alunos agressores/vítimas/testemunhas das diversas nuances da violência e acolhendoo, com o conhecimento que pretende ser o auxílio na superação de traumas físicos e psicológicos, na expectativa de que estes avanços reflitam nas comunidades onde vivem e convivem.

A capacitação e a disseminação dos conhecimentos a cerca do bom combate à violência amplia o diálogo integrador entre as diversas áreas, como Justiça, Saúde, Direitos Humanos, Comunicação Social, entre outras.

Desta forma, espera-se que a escola se torne um espaço para acolhimento, proteção e apoio solidário a todos os atingidos pela violência, sempre na perspectiva do desenvolvimento da sociedade a partir da reflexão e do diálogo.

Além deste Projeto, outros foram referenciados ainda na Fundamentação Teórica desta dissertação, no item que trata da Prevenção e Consequências do *Bullying*. São eles: i) “Projeto Justiça nas Escolas”, elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça; ii) “Programa Abrindo Espaços: Educação e Cultura para a Paz”, desenvolvido para escolas do Rio de Janeiro e Pernambuco; iii) Projeto interdisciplinar e interinstitucional,

intitulado “Políticas Públicas: a Gestão do *Bullying* nas escolas de Educação Básica e a Formação de Professores”, inscrito no Diretório de Grupos de Pesquisado Brasil do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); iv) “Programa de enfrentamento ao *Bullying* escolar – Educar para a Paz”, produzido pela Plan; v) Projeto “Conviver sem *Bullying*: pelo direito de estudar em paz”, produzido por alunos de Licenciatura da Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

Além destes projetos, algumas pesquisas também foram citadas na Fundamentação Teórica para reforçar a preocupação que gestores da área de educação possuem com a temática *Bullying*: i) “Pesquisa Nacional de Saúde Escolar”, promovida pelo IBGE; ii) “*Bullying* no ambiente escolar” e iii) “*Bullying* escolar no Brasil”, ambas promovidas pela Plan.

Estes casos acima citados vêm embasados pela citação abaixo, que diz:

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente à determinada ruptura. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores. (Gadotti, 2000, p. 56).

Acreditando que, com a elaboração de um projeto que repense a interferência do *Bullying* para a comunidade escolar, a instituição passa ter um ganho à medida que analisa suas fraquezas, reconhece suas realidades e se compromete com as mudanças para o futuro, cabe aos gestores desta instituição propor a criação de um trabalho que esteja de acordo com a cultura local e a história social da população e da região.

### 3.2.3. Gestão de Recursos Humanos e Cultura Organizacional

Segundo Santos Júnior, Bispo e Moura (2007), cultura organizacional é o conjunto de princípios básicos que determinado grupo desenvolve e sistematiza no processo de aprendizagem, em resposta a obstáculos internos e externos, que são compartilhados posteriormente com os demais membros como solução para os problemas recorrentes.

Partindo do conceito apresentado, depreende-se que a cultura organizacional de uma instituição, neste caso uma escola, influencia o desempenho de estudantes, servidores, professores, gestores e da comunidade, refletindo inequivocamente o grau e o nível de interação da escola com a sociedade onde está inserida.

De acordo com Lourenço *et. al.* (2009), existem boas razões para supor que a relação de confiança entre funcionários, professores e alunos ajuda a reduzir os níveis de agressividade entre os estudantes, pois muitas vezes estes se apresentam relutantes em relação à comunicação da sua condição de vitimização.

Segundo os mesmos autores, os espaços livres, como o recreio e alojamentos, devem ser dinâmicos e equipados com jogos e outras diversificações de espaços, para amenizarem a ociosidade dos estudantes em seu tempo livre. Além disso, “o treinamento adequado dos recursos humanos e uma ocupação mais racional e rica em alternativas dos tempos livres nas escolas é uma questão muito importante para os gestores escolares, principalmente no que concerne a questão do fenômeno *Bullying*.” (Lourenço *et. al.* 2009, p. 223).

As interferências das práticas de *Bullying* no processo ensino-aprendizagem já foram citadas no capítulo sobre as relevâncias e objetivos da investigação, mas vale revisar que segundo Pacheco (2006), as consequências podem ser nefastas ao bom desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.

Segundo Fante (2005, p. 9), as vítimas, agressores e testemunhas do *Bullying* estão sujeitos a sofrer prejuízos na formação “psicológica, emocional e socioeducacional”. Com isso, aumenta-se a dificuldade no processo educacional, interferindo negativamente no rendimento escolar, no interesse pelos estudos, na aprendizagem e na aprovação e permanência do estudante na escola.

Chalita (2008) afirma que algumas atitudes simples, por parte da direção escolar, podem ajudar a reduzir os casos de *Bullying* no ambiente escolar. Primeiramente, toda

equipe escolar, desde o primeiro dia de aula, deve ter consciência que casos de *Bullying* não serão tolerados nas dependências da escola. Todos os estudantes precisam se comprometer a não praticá-lo e a comunicar à direção escolar os casos que presenciarem ou forem vítimas da conduta do *Bullying*.

Aos professores, o autor propõe que sejam criados debates e pesquisas sobre o *Bullying* nas salas de aula, tornando o assunto bem divulgado entre os estudantes. Sempre que for possível, a apresentação de peças teatrais, filmes e músicas ligadas ao tema ajudam a criar uma consciência mais crítica e significativa, com a possibilidade de amenizar os comportamentos agressivos.

Quanto aos casos de *Bullying* presenciados, Chalita (2008) sugere que sejam abordados diretamente, investigando os fatos, conversando com autores e vítimas. Assim, se consegue “romper a dinâmica” do *Bullying*, orientando os estudantes a não aceitarem e não repetirem comportamentos agressivos.

Práticas como essas tendem a gerenciar os conflitos escolares consideravelmente, diminuindo os casos de *Bullying* na instituição, favorecendo a harmonia nas relações e contribuindo para a formação de jovens mais conscientes e respeitadores das diferenças sociais.

## **4. Metodologia**

## 4. Metodologia

Na busca de argumentos que justificassem esta pesquisa, procurou-se fazer um levantamento bibliográfico visando compreender o *Bullying*: seu conceito, dinâmica, formas de prevenção e consequências. Após esse momento, procurou-se produzir a pesquisa de campo, a partir de uma investigação de natureza qualitativa e quantitativa, no IFMG, conforme “Autorização de Pesquisa” (Anexo J).

Esse estudo foi realizado em três etapas.

A primeira etapa consistiu na realização de um levantamento bibliográfico sobre o tema *Bullying* em documentos oficiais do IFMG e a análise crítica de dados que indicam a visão institucional da prática *Bullying* na Legislação Escolar do Instituto Federal Minas Gerais – Campus São João Evangelista. Para isso, preocupações reais percebidas em Instituições no Brasil e especialmente no IFMG – Campus São João Evangelista foram descritas, e projetos, pesquisas e processos foram apresentados como apontamentos da necessidade de reflexão sobre o tema *Bullying*.

Na segunda etapa, foram aplicados questionários junto à comunidade escolar do IFMG, com o objetivo de perceber como estudantes e servidores (professores, administrativos e gestores) reconhecem as práticas indicativas de *Bullying*. Ainda na segunda etapa, a análise foi feita em duas vertentes: na primeira, de natureza quantitativa, as respostas dos questionários aplicados foram quantificadas e classificadas; na segunda, os dados foram devidamente caracterizados e classificados, oferecendo subsídios para a análise de natureza qualitativa, por meio da qual se pretendia analisar se as práticas de *Bullying* influenciam nos relacionamentos interpessoais, no processo ensino-aprendizagem e na gestão escolar.

Foram aplicados dois questionários: um para o segmento de estudantes e o segundo para os servidores administrativos, professores e gestores do IFMG- Campus São João Evangelista.

Em todos eles foram investigadas as seguintes questões:

1. O fenômeno *Bullying* acontece no Campus São João Evangelista?
2. A comunidade escolar do Campus percebe os comportamentos e as atitudes agressivas sofridas e praticadas pelos alunos, indicativas da prática do *Bullying*?

3. A comunidade escolar percebe a influência do *Bullying* no grau de satisfação das pessoas e em seus relacionamentos interpessoais na instituição?
4. A comunidade escolar percebe a influência do *Bullying* na produtividade do processo ensino-aprendizagem?
5. A comunidade escolar percebe a influência do *Bullying* na gestão da instituição de ensino?

O questionário destinado aos estudantes foi elaborado tendo em vista os objetivos da pesquisa, a fim de investigar a ótica daqueles que estão envolvidos diretamente nos casos de *Bullying* (ou indícios desse), seja como agressor, agredido ou ainda observador da problemática. O questionário foi dividido em seis partes:

- a) **CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDANTE:** apresentou indagações referentes a gênero, série, idade e moradia. Nesta caracterização, pretendeu-se verificar se os estudantes possuem percepções diferentes sobre o *Bullying* por serem homens ou mulheres, por estarem em séries distintas, pela idade que possuem e ainda por morarem dentro ou fora do Campus ou estarem ou não acompanhados de seus familiares.
- b) **PERCEPÇÃO GERAL:** objetivou-se com esta parte avaliar se o estudante conseguiu perceber indícios de *Bullying* no Campus e, no caso afirmativo, como o estudante se classificou em relação às agressões (como aquele que pratica, que sofre ou que testemunha o fato) e como ele percebe a intensidade destas agressões. Nos casos de percepção negativa quanto às práticas de *Bullying*, os questionários foram encerrados.
- c) **PERCEPÇÃO – AGRESSÃO VERBAL:** nesta parte do questionário procurou-se avaliar se a prática de agredir verbalmente se faz presente no Campus e se ela pode ser caracterizada como *Bullying*.
- d) **PERCEPÇÃO – AGRESSÃO FÍSICA:** como no item anterior, a prática de agressões físicas é frequente nos casos de *Bullying* e pretendeu-se, nesta questão, avaliar se elas são percebidas neste Campus do IFMG.
- e) **CARACTERIZAÇÃO DO BULLYING:** pretendeu-se, com esta parte, confirmar se o estudante compreende as atitudes agressivas como *Bullying* e ainda avaliar se no Campus, pode ser percebida a prática do *Cyberbullying*, por ser também umas das práticas frequentes de agressividade com o advento da tecnologia digital. Além disso, como a prática de apelidar os colegas é

comum no Campus, procurou-se avaliar se estes apelidos são, de alguma forma, indicativos de *Bullying*.

- f) INFLUÊNCIAS: nesta última parte do questionário pretendeu-se avaliar se as práticas de *Bullying* influenciam no grau de satisfação pessoal e no rendimento escolar do estudante, e ainda solicitar sugestões do inquerido para que as práticas agressivas deixem de ser problema no Campus, contribuindo para uma gestão de qualidade.

O questionário desenvolvido para os servidores do IFMG – São João Evangelista teve como público os servidores administrativos, os professores e os gestores do Campus. Propôs-se a analisar, por meio da percepção dos profissionais diretamente ligados aos estudantes, se há indícios de práticas do *Bullying* no Campus. Foi dividido em quatro partes:

- a) CARACTERIZAÇÃO DO SERVIDOR: os inqueridos foram divididos de acordo com os seus respectivos setores de trabalho, para conhecer o local de atuação dos mesmos dentro do Campus.
- b) PERCEPÇÃO: nesta parte, pretendeu-se avaliar se o inquerido percebe práticas agressivas entre os estudantes do Campus. Nos casos de percepção negativa quanto às práticas de *Bullying*, o inquerido encerrou suas respostas ao questionário. No caso de percepção positiva, os pesquisados preenchem questões sobre a natureza, local, repetição e intervenção frente às agressões.
- c) INFLUÊNCIAS: investigou-se se os profissionais pesquisados acreditam que as práticas de *Bullying* percebidas influenciam na vida pessoal do estudante e em sua produtividade escolar.
- d) CARACTERIZAÇÃO DO *BULLYING*: nesta última etapa do questionário, procurou-se avaliar se o inquerido conhece os termos *Bullying* e *Cyberbullying* e se acredita que as práticas observadas por ele podem ser caracterizadas como tal. Indagou-se se o inquerido conhece, entre os alunos, algum apelido humilhante e quais ações ele sugere para diminuir as práticas agressivas no Campus. Ainda procurou-se perceber se o inquerido conhece a legislação disciplinar e atitudes da direção para amenizar as relações agressivas dentro da instituição. Além disso, nas cinco últimas questões, procurou-se avaliar a percepção dos gestores em relação aos trotes e aos programas institucionais preventivos às práticas agressivas no Campus.

Na terceira etapa, a visão do fenômeno *Bullying* presente na Legislação do Campus São João Evangelista - MG foi comparada com a percepção que a comunidade escolar tem das influências do fenômeno *Bullying* na vida das pessoas e da instituição. Esta comparação produziu subsídios para um repensar da Legislação do IFMG – Campus São João Evangelista.

#### **4.1. Técnica de recolha de dados**

Importante destacar que o sigilo e a não identificação nominal dos participantes da pesquisa foram preocupações no planejamento e desenvolvimento do presente estudo. Cada participante assinou o “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” (Apêndice A), no qual foi feita uma explicação sobre o objetivo da pesquisa e a forma da investigação. Preferiu-se não definir o termo *Bullying* nesse documento, para que esta explicação não influenciasse nas respostas do questionário. Ao mesmo tempo, o Termo foi construído enquanto um primeiro documento de contato entre a pesquisa e o participante, não estando mais em posse deste no momento da resposta ao questionário.

Considerando a necessidade de caracterização dos alunos que se envolvem em comportamentos de *Bullying*, e sabendo de antemão que existem diferentes tipos de envolvimento (nomeadamente enquanto agressores, vítimas ou vítimas agressivas), é natural que surjam algumas dúvidas relativas à seleção ou construção de instrumentos, cujos dados recolhidos possam permitir um fidedigno conhecimento do fenômeno em si. (Seixas, 2005, p. 98)

O questionário dos estudantes foi aplicado dentro da sala de aula e recolhido em poucos minutos, garantindo a integridade das respostas, já que os alunos não tiveram

tempo de trocar informações sobre o assunto. O questionário dos servidores, da mesma forma, foi aplicado no local de trabalho dos mesmos e recolhido pouco tempo depois. Todos os questionários entregues foram respondidos.

## **4.2. População estudada**

O presente estudo teve como foco a comunidade escolar ligada ao processo de ensino-aprendizagem e gestão da instituição, ou seja, teve como população-alvo alunos, professores, servidores administrativos e gestores do Instituto Federal Minas Gerais – Campus São João Evangelista.

No ano letivo de 2012, estavam matriculados 530 alunos, entre 14 e 19 anos, sendo 240 deles residentes no Campus (onde passam todo o tempo: moram em alojamentos, tomam refeições no refeitório, assistem às aulas teóricas e práticas nas salas de aula e nas unidades educativas de produção, praticam esportes nas diversas dependências esportivas, recebem assistência social e de saúde no ambulatório médico-psicológico-odontológico). Os alunos se originam de mais de 60 cidades diferentes, de Minas Gerais e de outros estados, contando, inclusive, com cinco alunos de Angola (África).

Na seleção da população estudada para esta dissertação, preferiu-se trabalhar especificamente com os alunos que fazem Curso Técnico integrado ao Ensino Médio. A justificativa é o fato de esses passarem mais tempo no Campus, inclusive morando nos alojamentos, já que os alunos dos cursos superiores ficam apenas uma parte do dia na instituição e retornam em seguida para suas residências.

Do universo populacional de 530 estudantes matriculados nos Cursos Integrados, foram inqueridos 225. Para que a amostra fosse representativa da população, utilizando-se uma margem de erro de 5%, 43% dos estudantes foram inqueridos. Os questionários foram divididos em 09 turmas das três séries do Ensino Médio integrado aos Cursos Técnicos em Agropecuária, Manutenção e Suporte em Informática e Nutrição e Dietética, sendo aplicados 25 questionários em cada uma delas. Além da divisão por curso (Agropecuária, Manutenção e Suporte em Informática e Nutrição e Dietética), dividiram-se os alunos por série (1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup>), objetivando ter uma amostragem igualitária dos alunos, que podem ser agrupados por série (75 alunos de cada série) ou curso (75 alunos de cada curso).

Em relação aos docentes, o Instituto possui 60 profissionais, entre efetivos e contratados, ministrantes de aulas para os Cursos Integrados. Desse universo total, utilizando-se a margem de erro de 10% para que esta amostra fosse representativa da população estudada, foram pesquisados de forma aleatória 38 docentes, o que resulta em 63% dos profissionais lotados para esses cursos no campus. É necessário pontuar a importância dos docentes na temática apresentada por esta dissertação, pois eles convivem com os estudantes direta e cotidianamente.

Assim como alguns servidores administrativos, os professores têm a oportunidade de observar os adolescentes nos momentos de intervalos entre as aulas, em vários ambientes de seu convívio como o pátio, cantina e corredores da instituição. Mas, dentro da sala de aula, somente o professor pode observar os estudantes e, portanto, deve se empossar da responsabilidade que tem de perceber os comportamentos e relacionamentos desses jovens com seus pares.

O papel do professor não reside tanto na transmissão de uma série de conteúdos, mas na sua capacidade de compreender as diferenças verificadas no seio de uma turma e na consequente adequação do ensino e consideração/manipulação do maior número possível de variáveis do processo de aprendizagem, dentro e fora da sala de aula. Reconhecer estas diferenças e agir de acordo com esse reconhecimento é o único método comprovado de prevenção dos problemas, sejam eles de que ordem for. (Pacheco, 2006, p. 47)

Atualmente, o Instituto possui em seu quadro efetivo 119 servidores administrativos. Observando o organograma (Anexo K), pode-se compreender melhor a divisão dos profissionais no Instituto.

O Campus se divide em duas grandes áreas: Departamento de Desenvolvimento Educacional e Departamento de Administração e Planejamento, sendo esse segundo ligado à prestação de serviços e produção de bens necessários ao processo ensino-aprendizagem. Os 25 servidores e os 4 gestores que participaram da pesquisa foram escolhidos porque desempenham funções diretamente ligadas aos estudantes, na Direção Geral, no Departamento de Desenvolvimento Educacional, na Coordenação Geral de Ensino Médio e Técnico e na Coordenação Geral de Atendimento ao Educando e nos setores como alojamentos, refeitório, cantina, pátio, secretaria escolar, biblioteca, enfim, todos os setores de alto convívio para os alunos investigados.

Por ser um fenômeno social, é importante que se atente ao fato de que o *Bullying*, enquanto ação, encontra motivação no próprio contexto em que atuam seus autores, e é justamente neste contexto que se pode buscar entender como as contingências necessárias para sua ocorrência foram desenvolvidas. Apesar das características universais que o qualificam, cada manifestação do *Bullying* guarda peculiaridades próprias que possibilitam o seu estudo e compreensão.

No caso do ambiente escolar, contexto específico considerado na presente pesquisa, compreender este espaço e as suas possibilidades de inter-relações pessoais é de fundamental importância para criar uma dinâmica preventiva, que deve passar necessariamente pela capacitação dos educadores e dos servidores administrativos que trabalham com os estudantes.

## **5. Discussão dos resultados**

## 5. Discussão dos resultados

Para atender ao objetivo de análise dos indicativos de *Bullying* entre os alunos do Curso Integrado do Instituto Federal Minas Gerais – São João Evangelista, e da visão institucional das agressões no Campus, através da legislação e dos questionários aplicados a estudantes e servidores, o presente capítulo apresenta e discute os dados coletados.

### 5.1. Primeira etapa – Análise da legislação do IFMG

A primeira etapa consistiu no levantamento de elementos indicativos da percepção institucional da prática do *Bullying* na gestão do Campus, em documentos que regulamentam o funcionamento do IFMG – Campus São João Evangelista. Importante ressaltar que tal análise trabalhou com indicadores que apontam para o *Bullying*, e não necessariamente com a utilização do termo ou conceito. Tais elementos foram identificados, apresentados e analisados no presente estudo.

A estas fontes de pesquisa foram acrescentadas a Convenção sobre os Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas, promovida pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância [UNICEF] (1990), a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (2012), o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8.069, 1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei 9.394, 1996) e o Projeto Justiça nas Escolas, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2010). Em todos estes documentos estão previstos os direitos ao respeito e à dignidade, sendo a educação entendida como um meio de prover o pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania. De acordo com o Estatuto da Criança e do adolescente (Lei 8.069, 1990, artigo 5º), “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”.

Apesar de garantidos tais direitos ao aluno, sabe-se também que a agressividade nas escolas é um problema muito comum. Portanto, o desafio de educar não é tarefa simples e, em geral, depende de uma intervenção interdisciplinar firme e competente, principalmente pelos profissionais das áreas de educação.

Baseando-se nos princípios legais acima citados, o IFMG regulamentou as normas pautadas nas obrigações da instituição para com a qualidade do ensino, respeitando os direitos e deveres do cidadão. Os documentos norteadores dessas normas, que foram analisados, são: o Regimento Geral – Resolução nº 21, de 16 de julho de 2010 – Instituto Federal Minas Gerais [IFMG] (2010c); o Regimento de Ensino do IFMG – Resolução nº 25, de 15 de março de 2012 – (Instituto Federal Minas Gerais [IFMG] 2012c); o Estatuto do IFMG – Resolução nº 36, de 26 de abril de 2012 – (Instituto Federal Minas Gerais [IFMG] 2012d); o Regimento Interno do Conselho Superior do IFMG – Resolução nº 18, de 20 de maio de 2010 – Instituto Federal Minas Gerais [IFMG] (2010b); o Projeto Pedagógico Institucional, do Instituto Federal Minas Gerais [IFMG] (2010a) e o Regulamento Disciplinar do Corpo Discente impresso no Manual do Estudante (Instituto Federal Minas Gerais [IFMG] 2012b).

Em todos os documentos citados, a busca pelo respeito ao próximo é regulamentada sem se aprofundar muito na questão. O documento que mais aperfeiçoa esta descrição é o Regulamento Disciplinar do Corpo Discente do IFMG – Campus São João Evangelista, que trata dos direitos e deveres dos alunos, e tem como *“objetivo servir como código de conduta e ética, fomentando uma convivência pacífica e harmoniosa entre os estudantes e servidores deste Campus”* (IFMG, 2012b, p. 6).

Para atender melhor às necessidades institucionais, este Regulamento Disciplinar (IFMG, 2012b), aprovado pelo Conselho Superior do Instituto, foi elaborado com a participação da Comissão Disciplinar, Associação de Pais, Conselho Tutelar, Alunos Líderes de turmas, Assistentes de alunos, Professores, Coordenadores de Alojamentos e Direção-Geral e é reformulado a cada ano, adaptando-se às novas demandas disciplinares, como instrumento de gestão da convivência escolar. Este Regulamento é encadernado e distribuído para todos os estudantes no início de cada ano letivo.

Na versão 2012 do Regulamento Disciplinar do Corpo Discente do IFMG – Campus São João Evangelista, em seu Artigo 19 – Dos direitos do discente – fica respaldado o direito que o estudante possui de “ser tratado com respeito por seus colegas, servidores e colaboradores do Campus, independente de idade, sexo, raça, cor, credo, religião, origem social, nacionalidade, condições físicas e emocionais, estado civil, orientação sexual ou crenças políticas”.

No capítulo III – Dos deveres do discente – em seu artigo 39, há uma confirmação do Artigo 19, determinando que seja um dever “ser respeitoso e cortês para

com os colegas, diretores, professores, funcionários e colaboradores do Campus”. Ainda dentro dos deveres do aluno, em seu artigo 52, inciso XI, determina-se que é vedado ao estudante “praticar e ou incentivar o “trote” de qualquer espécie e natureza, dentro e fora do Campus” (IFMG, 2012b).

No Artigo 64, é possível perceber que os gestores trabalham com o intuito de restaurar a integridade do estudante, visando à harmonia necessária ao ambiente pedagógico e, para isso, propõem seis medidas anteriores às medidas socioeducativas. São elas:

1. Envolvimento de pais ou responsáveis no cotidiano escolar;
2. Orientações individuais ou em grupo para mediar situações de conflito;
3. Reuniões de orientação com pais ou responsáveis;
4. Encaminhamento a serviços de orientação, em situações de abuso de drogas, álcool ou similares, bem como para casos de intimidação baseada em preconceitos ou assédio;
5. Encaminhamento aos serviços de saúde adequados, quando o aluno apresentar distúrbios que estejam interferindo no processo de aprendizagem ou no ambiente escolar;
6. Encaminhamento aos serviços de assistência social, quando do conhecimento de situação do aluno que demande tal assistência especializada.

(IFMG, 2012b, artigo 64)

As quatro primeiras medidas são aplicadas para os casos de indisciplina, inclusive de agressões repetidas que caracterizam o *Bullying*.

Do Artigo 71 – Das faltas e medidas disciplinares – foram destacadas, para este estudo, as faltas disciplinares consideradas graves que têm ligação com indícios de *Bullying*. São elas:

II – promover ou incentivar “trotes” e/ou práticas de atentado à moral ou pudor, tais como o uso de apelidos vexatórios, inclusive na ocasião dos processos seletivos e vestibulares do Instituto;

V – agredir moralmente colegas e servidores;

VII – praticar, induzir ou incitar a discriminação ou o preconceito de sexo, raça, cor, etnia, religião, procedência ou de qualquer outra natureza;

XII – agredir fisicamente colegas e servidores.

(IFMG, 2012b, artigo 71)

O estudante que praticar as faltas acima citadas poderá receber advertência escrita, ter a falta comunicada aos pais, poderá cumprir medida socioeducativa, poderá receber suspensão por cinco a dez dias letivos, poderá perder bolsas e auxílios de assistência estudantil, poderá perder parcial ou totalmente o internato e, até mesmo, ser desligado do Campus.

A definição da medida a ser aplicada é de responsabilidade da Coordenação Geral de Atendimento ao Educando – CGAE e da Comissão Disciplinar. Quando os casos julgados ultrapassam o poder de correção da Instituição, estes são devidamente encaminhados à Justiça da Infância e Adolescência, através do Conselho Tutelar e, em casos de agressões mais graves, é feito o encaminhamento à polícia.

A Coordenação Geral de Atendimento ao Educando faz parte, na estrutura organizacional do IFMG – São João Evangelista, do Departamento de Desenvolvimento

Educacional. Esse Departamento possui quatro coordenações: Coordenação Geral de Pesquisa e Extensão; Coordenação Geral de Ensino Médio e Técnico; Coordenação Geral de Atendimento ao Educando e Coordenação Geral de Graduação e Pós-Graduação. A CGAE é a coordenação responsável pelo atendimento ao estudante do Campus. Atualmente é o setor responsável por Refeitório, Agroindústria, Vestuário, além dos Alojamentos feminino e masculino. A Coordenação Geral de Atendimento ao Educando é formada por um coordenador geral e uma equipe de trabalho composta por assistentes sociais, psicólogos e assistentes de alunos e coordena ainda uma Comissão Disciplinar.

A Comissão Disciplinar é uma espécie de conselho responsável pelas regulamentações e sanções disciplinares. É nomeada pelo Diretor Geral do Instituto e presidida pelo Coordenador Geral de Atendimento ao Educando. Conforme explicado no Artigo 68 do Projeto Pedagógico Institucional (IFMG, 2010a, pp. 124-125):

Parágrafo Primeiro – A Comissão Disciplinar Permanente será composta por um representante de cada um dos seguintes setores: CGAE; docentes; discentes; Comissão de pais; Conselho Tutelar e Coordenação dos Alojamentos.

Parágrafo Segundo – De acordo com a ocorrência, outros representantes poderão integrar essa Comissão, eventualmente.

O nome *Bullying* não aparece citado em nenhuma das edições do Regulamento Disciplinar e em nenhum outro documento da Instituição, mas as práticas de agressões estão descritas através de outros nomes, comuns à nossa sociedade.

São citados: o desrespeito, o trote, o atentado à moral e ao pudor, a discriminação, o preconceito, o isolamento intencional, os apelidos referentes aos defeitos estéticos, o amedrontamento, as gozações que magoam e constrangem, passando pelo racismo e pela homofobia, chegando à extorsão de bens pessoais, imposição física para obter vantagens. A “culpa” dos alvos, ou seja, o motivo das

agressões, geralmente é descrita como o simples fato de ser “diferente”, fugir dos padrões comuns – o obeso, o calado, o mais estudioso, o mais pobre. As vítimas dessa violência sofrem, dificultando muito sua vida escolar.

A Coordenação Geral de Atendimento ao Educando do Campus São João Evangelista possui uma grande carga de trabalho. Diversas são suas atribuições e demandas, mas não há uma regulamentação ou um projeto de gestão contundente em relação às atitudes preventivas do *Bullying*.

Os projetos que podem ter uma leitura de proposição de trabalho preventivo são planejamentos isolados de algumas disciplinas. Portanto, funcionam muitas vezes de forma não coletiva e acabam não caracterizando uma visão institucional. Acabam sendo trabalhados como uma intervenção exclusiva da ementa de algumas disciplinas, como é o caso de Psicologia, Sociologia e Língua Portuguesa, descritas no Projeto Pedagógico Institucional.

#### **5.1.1. Casos registrados de trotes no Campus São João Evangelista**

O relato de casos de trotes no Campus São João Evangelista tem a finalidade de exemplificar o fenômeno na instituição e, ao mesmo tempo, descrever os instrumentos utilizados para administrar os fatos, dentro das formalidades institucionais. Como estes casos se repetem e as ações causam constrangimento em estudantes novatos na instituição, pode-se trabalhar a hipótese de que os trotes são indícios, ou mesmo incentivadores, da prática de *Bullying*.

Os casos foram relatados por um processo administrativo de 177 páginas – Instituto Federal Minas Gerais [IFMG] (2005) – tendo por princípios o absoluto respeito à legislação em vigor e o amplo direito de defesa dos acusados, com duração de 110 dias, começando em 23 de fevereiro de 2005 e terminando em 13 de junho de 2005. 80 alunos foram citados, sendo 22 como agressores, 25 como vítimas e 33 como testemunhas. Dos acusados, quatro estudantes receberam a penalidade de desligamento da Escola e os 18 estudantes restantes receberam, de acordo com o envolvimento e responsabilidade, de uma a cinco penalidades, dentre: 1. Advertência escrita; 2. Perda do direito de residir no alojamento; 3. Perda do direito de uso do refeitório; 4. Perda da bolsa alimentação; 5. Prestação de serviços nos finais de semana, nas unidades educativas de produção da Escola. As penalizações foram determinadas pela Comissão Disciplinar, respeitando vários fatores como: o registro de ocorrências de má conduta na

Coordenação Geral de Atendimento ao Educando (CGAE) anteriores a este processo; a avaliação dos trotes aplicados, classificando-o em leves, moderados, graves e gravíssimos; a conduta do aluno em sala-de-aula e outras áreas de convívio do mesmo na instituição; sua participação no(s) trote(s), avaliada em incidência baixa, média ou alta; enfim, um histórico da conduta do aluno na instituição.

Antes da descrição minuciosa destes casos de trotes, esta dissertação se reportará à história do ensino agrícola no Brasil e, em particular, à história do referido Campus, para caracterizar o ambiente onde as atividades acadêmicas e a rotina dos adolescentes estudantes acontecem.

### **5.1.2. O Campus São João Evangelista**

Segundo Cecchin e Vieira (2012), a economia do Brasil Colonial (de 1500 a 1822) tinha por função abastecer Portugal e seus parceiros comerciais com produtos primários, oriundos de atividades baseadas na exploração agrária latifundiária e escravista, enquanto a educação religiosa focava as letras e as humanidades para atender às classes dominantes, sem vínculo com o mundo do trabalho. Este modelo de educação foi criado diante da equivocada compreensão de que os processos de produção, que eram extremamente rudimentares, não demandavam preparação pela educação. Este cenário continuou após a independência do Brasil, com a regulamentação do ensino agrícola em 1910, movida pela necessidade de conter o deslocamento das pessoas do campo para as cidades.

A educação profissional brasileira surgiu entre 1920 e 1930, para atender ao processo de industrialização que tinha por princípios a divisão técnica do trabalho e o controle hierárquico das equipes, razão que levou à criação de cursos técnicos.

O ensino agrotécnico, ofertado por poucas instituições, emergiu a partir do final da década de 1950, com o surgimento da “revolução verde”<sup>2</sup>, destinado a filhos de produtores e trabalhadores rurais. Os estudantes frequentavam a escola em tempo integral, com a grande maioria dos alunos matriculados em regime de internato (alojamento, refeição e estudos na própria escola), em escolas localizadas na zona rural ou na periferia de cidades interioranas.

---

<sup>2</sup>Revolução verde é o conjunto de estratégias e inovações tecnológicas com o objetivo de se alcançar maior produtividade através do desenvolvimento de pesquisas em sementes, fertilização de solos, utilização de agrotóxicos e mecanização no campo, surgido a partir de 1950.

O Campus São João Evangelista foi criado como “Escola de Iniciação Agrícola de São João Evangelista” em 1951, subordinado à Superintendência de Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura, e começou a funcionar em 1962, oferecendo o “Curso de Mestría Agrícola”. Foi transferido para o Ministério de Educação e Cultura em 1967, como “Ginásio Agrícola de São João Evangelista” e iniciou o curso “Técnico em Agropecuária” em 1978, transformando-se, no ano seguinte, em “Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista-MG”. Iniciou a oferta do “Curso Técnico em Economia Doméstica” em 1982, o “Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática” em 1999, o “Curso Técnico em Meio Ambiente” em 2003 e o “Curso Superior Tecnologia em Silvicultura” em 2006. Em 2007 iniciou-se a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e esta instituição vinculou-se ao “Instituto Federal Minas Gerais”, como “Campus São João Evangelista” (Instituto Federal Minas Gerais [IFMG], 2012a).

Atualmente, o Campus São João Evangelista oferece os cursos superiores em Licenciatura em Matemática, Bacharelado em Sistemas de Informação, Bacharelado em Agronomia, Tecnólogo em Silvicultura, cursos no Programa de Educação de Jovens e Adultos e três cursos integrados ao Ensino Médio: Técnico em Agropecuária, Técnico em Nutrição e Dietética e Técnico em Manutenção e Suporte em Informática.

Os cursos integrados possuem jovens que vivem na instituição e viajam para suas cidades de origem somente em feriados maiores ou férias escolares, o que faz do Campus um local de alto convívio destes estudantes, inclusive nos finais de semana.

Por este motivo, este trabalho propõe estudar os ambientes em que estes jovens permanecem grande parte de seu tempo, através de documentos existentes na Coordenação Geral de Atendimento ao Educando que relatem algum tipo de situação ligada às práticas de *Bullying*, como os casos de trotes que serão apresentados a seguir.

### **5.1.3. Trote: Casos de práticas agressivas no Campus São João Evangelista (antiga Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista-MG): uma reflexão sobre o *Bullying*.**

As instituições de ensino que trabalham em regime de internato apresentam algumas peculiaridades em relação aos estudantes, como o afastamento dos familiares e a moradia em alojamentos coletivos, características que podem contribuir para um

ambiente propício para a prática do *Bullying*, como foi citado na introdução desta Dissertação.

O Documento que será retratado se originou de uma sequência de agressões praticadas pelos alunos veteranos do Campus sobre os alunos novatos, que vinha se agravando nos anos de 2003, 2004 e 2005, relatadas a professores e servidores da então Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista-MG, culminando com a denúncia de que as referidas práticas estavam sendo filmadas pelo sistema VHS e com a indicação do nome do proprietário da filmadora e fita.

A administração do Campus instaurou um Processo Administrativo, relatado a seguir.

#### **5.1.3.1. Processo Administrativo nº 23000.077080/2005-18 – Trote praticado por alunos da 2ª e 3ª séries em alunos da 1ª série. (IFMG, 2005)**

A página 1 do processo apresenta o “Termo de revista do quarto 13 e apreensão de fita VHS com filmagem de trotes”, datado de 23 de fevereiro de 2005 (Anexo A). Neste termo consta: i) denúncia verbal feita por aluno da primeira série, devidamente protegido por sigilo, a servidores do alojamento; ii) diligência de três servidores da instituição (Coordenador Geral de Atendimento ao Educando, Coordenador de Alojamentos – CGAE e Auxiliar de Serviços Gerais) ao alojamento masculino da Escola para fazer a revista do quarto; iii) termo de apreensão da filmadora e da fita VHS. O documento foi assinado pelos três servidores, pelo proprietário da filmadora e fita e por dois alunos testemunhas.

A página 2 apresenta a denúncia feita pelo servidor Auxiliar de Serviços Gerais, solicitada para formalização do processo. O funcionário prestava serviços nos alojamentos e, no documento, citava nomes de alunos que praticavam trote aos alunos da 1ª série. Nesta peça do processo merecem destaque a relutância do aluno agredido em procurar as autoridades, em função da sua insegurança diante das ameaças de represálias feitas pelos agressores, caso fossem identificados e, ao mesmo tempo, a iniciativa do Auxiliar de Serviços Gerais que, sensibilizado com o sofrimento do agredido e tendo a confiança do mesmo, manteve a sua identidade resguardada e fez a denúncia ao Coordenador Geral de Atendimento ao Educando.

A página 3 apresenta “comunicação” feita pelo Coordenador de Alojamentos ao CGAE, dando conta de que no dia 20 de fevereiro fora procurado por um aluno da 3ª

série, por volta de uma hora da manhã, para atender a um aluno que estava em “estado de choque”, após ser agredido por alunos “encapuzados”.

As páginas 4 a 15 apresentam depoimentos de alunos que tiveram seus nomes apresentados como praticantes de trotes aos alunos de 1ª série. Seus nomes serão resguardados nesta dissertação por não ser o objetivo deste trabalho registrar acusações pessoais a nenhum estudante, mas usar os dados do Processo Administrativo Nº 23000.077080/2005-18, como forma de registrar neste documento a gravidade que os trotes podem ter dentro da instituição. Neste trabalho, esses estudantes serão identificados de “Acusado 1 até Acusado 24”. Os nomes dos estudantes que colaboraram nesse Processo Administrativo, também não serão divulgados; esses estudantes serão identificados nesta dissertação de “estudante *citado A, B e C*”. Fica aqui o reconhecimento a esses alunos que apesar de apresentarem pouca idade, possuíam maturidade suficiente para defenderem os alunos novatos de seus próprios colegas de série.

As páginas 4 e 5 (Anexo B) apresentam o “Depoimento do aluno acusado 1”, no qual disse ter trazido a filmadora para registrar os amigos e a escola, inclusive o trote daquele momento, que o fazia lembrar-se do trote que sofreu, quando chegou à escola, o que caracteriza a existência anterior do fenômeno e o esforço para fazer continuar aquelas práticas. O interrogado demonstrou indisposição para citar os nomes dos demais envolvidos, referindo-se apenas aos colegas de quarto. Interessante também relatar que o interrogado afirmou que tinha a intenção de repassar as filmagens para que os “gabirus<sup>3</sup>” (assim são chamados os alunos novatos) guardassem de lembrança. Relatou que foram organizadas peças teatrais para serem filmadas, com papéis desempenhados pelos veteranos (agressores) e pelos novatos (agredidos), além de personagens que tinham a finalidade de ridicularizar alunos novatos e servidores da instituição. Chama a atenção a maneira amigável como é relatada a participação dos agredidos nos trotes e o detalhamento de várias modalidades de trote. O aluno informou que os agressores não eram violentos com os agredidos, mas, caso não fossem atendidos, ameaçavam colocar os novatos para “ralar nos setores”, ou seja, enquanto monitores nas unidades educativas de produção, os veteranos agressores colocariam os novatos agredidos para realizar trabalhos pesados e por longo tempo – fato relatado em diversos depoimentos de agredidos. O interrogado afirmou que os alunos novatos procuravam os alunos

---

<sup>3</sup> Gabiru: Segundo o dicionário Aurélio, significa rato-preto (*Rattus rattus*) é uma espécie de ratos, também conhecida como rato-detalhado, rato-caseiro ou rato-ínglês. Na gíria é usado para designar indivíduo desajeitado, bobo.

veteranos para fazerem a “marcha<sup>4</sup>”, afirmação que não encontrou sustentação no depoimento de nenhum aluno novato sequer. Como não havia meios de negar os fatos, que foram filmados, o interrogado descreveu a participação dos alunos veteranos. O interrogado confirmou também que alunos veteranos que não residem nos alojamentos se deslocavam até lá, para participar dos trotes. Finalizando, o interrogado confirmou ter conhecimento de diversos trotes, das disposições dos Regulamentos da escola e dos alojamentos e das responsabilidades que assumia com seus atos. O interrogado, bem como todos os outros alunos que prestaram depoimentos no presente processo, afirmou, ao fim dos registros, que assinou o documento junto com o interrogante e com um servidor que testemunhou todo o interrogatório, e que “o presente depoimento foi colhido sem uso de qualquer constrangimento ou pressão, ficando o interrogado durante todo o tempo à vontade para registrar toda e qualquer informação que o mesmo entendesse importante para o esclarecimento dos fatos e para sua defesa”.

As páginas 6 e 7 (Anexo C) apresentam o “Depoimento do aluno acusado 2”, que disse apenas ter ouvido falar dos trotes e ter ouvido o barulho dos trotes nos alojamentos, mas sem se levantar da cama. Informou saber que um aluno havia passado mal, após ter recebido uma “voadora” (um chute desferido nas costas do agredido), que os alunos novatos estavam chorando e com a intenção de desistir da escola (fato relatado por diversos agredidos), e ainda que dois alunos desistiram de estudar na escola por causa do trote. O aluno disse prestar apoio aos agredidos, junto com outros alunos acusados de praticar trote, por entender que “agressão física ao aluno novato é covardia”, mas admitiu, contradizendo a sua fala, ter ajudado a “organizar o trote da marcha”. Como o interrogado anterior, imputou aos alunos novatos a iniciativa de solicitar o trote. Informou diversos nomes dos organizadores do trote. Afirmou ter conhecimento da legislação da instituição e que o trote é uma tradição da escola para entrosamento dos alunos. Falou sobre o suposto porte de arma por aluno.

A página 8 apresenta o “Depoimento do aluno acusado 3”, morador de república<sup>5</sup>, que afirmou estar presente no trote e confirmou sua participação ativa, mesmo consciente da proibição de sua presença no alojamento, especialmente no

---

<sup>4</sup>Marcha: Tipo de trote, no qual os alunos novatos ficam em filas e obedecem ao comando dos alunos veteranos para marcharem, como se estivessem servindo ao exército. Durante a marcha os alunos novatos cantam musiquinhas que possuem letras que vangloriam os alunos veteranos.

<sup>5</sup>República: residência coletiva de estudantes, em casas alugadas, localizadas fora da Escola, na cidade.

horário em que o trote ocorria. Disse que sofreu trotes pesados quando entrou na escola e que a sua intenção era apenas se entrosar com os novatos.

As páginas 9 e 10 apresentam o “Depoimento do aluno acusado 4”, que assumiu a sua participação nos fatos e detalhou as atividades de trote. É interessante observar que o interrogado disse, em defesa, que os paus portados pelos agressores eram usados para simular armas de fogo, para fazer o trote “Matar gabiru”, e não para intimidá-los, e ainda que “caso algum aluno não quisesse participar do trote, este era liberado sem represálias”. Afirmou a prática do trote pelos alunos da segunda série, também. Deu nomes de colegas que pressionam os novatos e afirmou que alguns praticantes de trote “usavam panos cobrindo o rosto para assustar os novatos e para não serem identificados”. Informou que viu um aluno agredido “tremendo, suando frio e quente e se queixando de ter tomado um chute nas costas”.

As páginas 11 e 12 apresentam o “Depoimento do aluno acusado 5”, que disse ter participado apenas dos fatos registrados na fita. “Lamenta que os bastidores das gravações não tenham sido registrados, quando os veteranos conversam amigavelmente com os novatos”. Afirmou que a fita fora trazida para gravar os trotes. Sobre o aluno agredido, relatou “que já trabalhou por seis anos em hospital, disse nunca ter visto alguém tremer tanto, sem condições de conversar, suando muito. Ajudou os alunos na condução do enfermo até o carro onde estava o Coordenador de Alojamento, que conduziu o enfermo para o hospital”. Disse que “não desistiu desta Escola quando aqui chegou, em função dos trotes fortes, porque recebeu estímulos de um colega”.

As páginas 13 e 14 apresentam o “Depoimento do aluno acusado 6”, que assumiu a sua participação nos trotes, mas afirmou deixar os novatos à vontade, e descreveu a sua participação com riqueza de detalhes quanto à ridicularização de alunos e servidores da escola. Identificou alunos que se encapuzaram para aplicar trote.

A página 15 apresenta o “Depoimento do aluno acusado 7”, morador de república e consciente das normas da Escola, bem como da proibição de frequentar os alojamentos, que assumiu sua participação nos trotes como “brincadeira, um jeito de fazer amizade e conhecer as pessoas, porém sem ameaças”. “Afirmou que os trotes que tem dado nos novatos nos últimos dias vêm, em parte, de sua revolta por causa da punição injusta que sofreu no caso dos dois alunos que desistiram da Escola”.

A página 16 apresenta o “Depoimento do aluno acusado 8”, que disse servir o trote para conhecer melhor os alunos, como o trote que sofrera quando chegou nesta escola, e assumiu sua participação em vários trotes de “Tesãozinho, Batismo e Marcha”.

A página 17 apresenta uma convocação de 19 alunos, agredidos nos trotes, registrados nas filmagens apreendidas, para prestar esclarecimentos, em depoimentos no dia 03 de março de 2005.

As páginas 18 a 40 apresentam os interrogatórios dos 19 alunos convocados, que sofreram trote, dos quais foram retirados os fatos relevantes registrados a seguir.

Nas páginas 18 e 19 o primeiro interrogado disse que foi obrigado a participar dos trotes que seriam filmados. Reporta que “No momento do teatro, o interrogado dirigiu-se ao banheiro do quarto 13, quando de lá foi retirado pelo *aluno acusado 6*, que o obrigou a imitar *viado*, fazendo ao interrogado ameaça de *dar no interrogado murros na testa* e falando em voz alta”. Relatou o seguinte: “que o aluno que mais tem aplicado trote é o *aluno acusado 6*, que inclusive aplicou trote a outro aluno, que o interrogado viu chorando em consequência dos trotes aplicados”.

Na página 22 o interrogado informa que a porta de um quarto do alojamento foi quebrada durante prática de trote (fato relatado por outros interrogados) e que “Alunos veteranos, que o interrogado não informou os nomes, solicitaram ao interrogado fazer depoimento que não os complicasse, ou seja, pediram que quando chegasse ao depoimento falasse que foi tudo brincadeira, para poder fazer uma diversão, que participou por diversão, que o interrogado pediu para participar para aparecer na fita e que desse uma *forcinha lá no interrogatório* para não perderem alojamento ou refeitório” (fato repetido em vários depoimentos). Disse ainda que “não iria *dedurar* ninguém para não fazer inimizade desde o início”.

Na página 23 o interrogado disse que “achou *chique e legal* o trote e disse gostar de brincadeiras”, não citou nenhum nome de agressor e se esquivou de contribuir com as investigações.

Na página 24 o interrogado disse “considerou o trote constrangedor e humilhante, por ser visto por muita gente”.

Na página 26 o interrogado afirmou que “se sentiu humilhado com os trotes que sofreu porque não estava a fim de participar dos fatos e o fez por medo” (situação relatada por várias vítimas de trote). “Informou que esteve pensando em desistir por causa dos trotes, o que aconteceu também com uma aluna de apelido *sicrana*”.

Na página 32 (Anexo D) o interrogado informou que “o trote é constrangedor e humilhante, muito ruim. Admitiu participar dos trotes porque *a gente fica com medo dos caras*, porque depois os veteranos podiam pegá-lo na rua”.

Nas páginas 35 e 36 o interrogado foi perguntado por que ria diante da imitação de um servidor da Escola, ao que respondeu que “ria mesmo, por desequilíbrio diante de situação tão desagradável”.

Na página 37 (Anexo E) o interrogado “Informou que não participou da MARCHA ocorrida no dia 16 pela manhã, porque conseguiu fugir, orientado por um estudante *citado A*, que cursa a terceira série. Este mesmo estudante orientou o interrogado na noite anterior para não abrir a porta do quarto e sempre procura conversar e orientar positivamente os alunos novatos, a quem o interrogado agradece e pede à Direção da Escola que lhe faça um reconhecimento”. Informou ainda que “admitiu participar dos trotes porque sentiu medo de depois ser apanhado na rua, como dois de seus colegas que foram obrigados a limpar república na cidade”.

As páginas 41 e 42 apresentam a “Relação dos alunos citados no processo até o dia 08 de março de 2005”, com 54 nomes, classificando-os como “acusado”, “citado”, “elogiado”, “testemunha” e “vítima”.

A página 43 apresenta uma “convocação” de 21 alunos e 1 servidor para prestar depoimento no dia 10 de março de 2005. Estes nomes surgiram no processo a partir de denúncias feitas pelos estudantes que sofreram o trote.

Na página 44, em “Depoimento do aluno acusado 9” cita o nome de diversos agressores e acrescenta: “Acredito que a Escola Agrotécnica Federal também tem a sua parcela de culpa em relação aos trotes, por ter sido omissa em outros anos, com outras pessoas que conheci. Acredito também que os trotes diminuíram um pouco em número e gravidade, em comparação com 2003 e 2004”.

As páginas 45 e 46 apresentam o recurso apresentado por três alunos acusados.

A página 47 apresenta o “Depoimento do aluno acusado 10”, que negou os fatos, seguido, nas páginas 48 a 50, de recurso apresentado pelo aluno e por sua mãe.

A página 51 apresenta o “Depoimento” de um aluno vítima de trote, que disse ter sido obrigado a carregar a mala do *acusado 6*, do portão da escola até o alojamento masculino. Disse que “tem medo de dizer os nomes, pois sofreu ameaças de trabalhar *dobrado* nos setores. O interrogado disse que não gostou de sofrer trotes e que chorou porque ligou para a casa de seus pais e estava com saudades”.

A página 52 apresenta o “Depoimento do aluno acusado 11”, que nega os fatos, e apresenta, nas páginas 53 e 54, recurso em sua defesa.

A página 55 apresenta o “Depoimento” de um aluno vítima, que relatou ser obrigado, junto com seus colegas, a lavar vasilhas e banheiros da república do *acusado*

7, e disse ainda: “fiquei com terror de república e nem passar mais na rua daquela república eu passo, dou a volta longe”.

A página 56 apresenta o “Depoimento de aluno acusado” que não foi penalizado por este processo, mas que já havia sido penalizado por trote anteriormente.

A página 57 apresenta o “Depoimento” do aluno *citado B* que tomou as providências para atender o aluno vítima de agressão, que se encontrava em “estado de choque”, disse que “Nunca aplicou trote. Não concorda com o trote e retira os novatos que conhece destas situações, não permitindo que os mesmos sofram trote”.

A página 58 apresenta o “Depoimento” do aluno *citado A*, que não quis citar nomes e disse que todos os alunos que praticavam trotes já estavam identificados. Disse que orienta os alunos novatos para evitarem as agressões, ao tempo que “disse ao aluno agressor que ele não tinha o direito de praticar trotes nos alunos [...], pediu que o agressor saísse e disse ao mesmo que se ele insistisse no trote, o interrogado reagiria”. Ajudou o aluno *citado B* a providenciar o atendimento ao aluno agredido, em “estado de choque”.

A página 59 traz o “Depoimento do aluno acusado 12”, que admitiu praticar trotes leves.

A página 60 traz o “Depoimento do aluno acusado 13”, que admitiu praticar trotes leves nos alunos novatos no refeitório da escola. A página 61 e seu verso trazem a defesa do presente acusado.

A página 62 (Anexo F) traz o “Depoimento” do aluno agredido, que entrou em “estado de choque” e foi hospitalizado. Faz o relato dos fatos, com destaque: “comecei a passar mal no momento em que os veteranos batiam na porta, fiquei tremendo, suando frio e com muito medo de tudo. [...] Alguns alunos dando murros, braços pra lá, pernas pra cá, todos encapuzados. Levei um chute nas costas quando corria de volta para o quarto. Quando cheguei ao quarto, gritei para que os colegas abrissem a porta. Entrei, deitei na minha cama e comecei a passar mal. Entrei em estado de choque, tremendo, tremendo mesmo. Os alunos *citados B e C* me deram água com açúcar. Os colegas me ajudaram a vestir e fui levado para o hospital. [...] Não falei a verdade para a minha mãe, porque se o fizesse ela me buscaria imediatamente. Nunca passei mal e nunca fui hospitalizado antes”.

A página 64 traz o “Depoimento” de uma vítima, que trouxe elementos novos ao processo, informando novos nomes de agressores e relatando que fora abordado dentro da escola e fora levado para uma república. “Na república cinco veteranos obrigaram os

novatos a se ajoelharem e fazer declaração de amor a uma menina que se encontrava na república [...] e *puxar fumo*. A seguir, pegaram uma barra de ferro de aproximadamente cinco centímetros de diâmetro por aproximadamente um metro e vinte centímetros de comprimento – chamada cala-boca – e apresentaram esta barra de ferro aos novatos, dizendo-lhes que, caso os veteranos fosse *dedurados*, usariam esta barra de ferro para calar a boca dos novatos. Intimaram os novatos a voltarem às dezessete horas para fazer a limpeza da república. Logo após, os veteranos mandaram os novatos saírem da república e estes voltaram para a escola e ficaram calados e não retornaram mais àquela república”.

A página 65 traz o “Depoimento do aluno acusado 14”, que negou sua participação em trotes.

As páginas 66 e 67 apresentam o “Depoimento do aluno acusado 15”, que admitiu participação parcial nos trotes e evitou contribuir com as investigações. A página 68 e seu verso trazem o recurso do acusado.

A página 69 traz o “Depoimento do aluno acusado 16”, negou sua participação nos fatos e não contribuiu com as investigações.

A página 70 traz o “Depoimento do aluno acusado 17”, que admitiu leve participação nos trotes.

A página 71 traz o “Depoimento do aluno acusado 18”, morador em república, admitiu praticar pequenos trotes.

A página 72 traz o “Depoimento do servidor da instituição” arrolado como testemunha do processo.

A página 73 traz uma “Convocação” de cinco alunos acusados de praticar trote para prestarem depoimentos.

A página 74 traz o “Depoimento do aluno acusado 19”, morador em república, admitiu praticar pequenos trotes.

A página 75 traz o “Depoimento do aluno acusado 20”, morador em república, que negou a prática de qualquer tipo de trote.

A página 76 traz o “Depoimento do aluno acusado 21”, morador em república, que também negou a prática de qualquer tipo de trote.

A página 77 traz novo “Depoimento do aluno acusado 8”, morador em república, que também negou a prática de qualquer tipo de trote na sua república e fez menção a advertência que já sofreu por ter praticado trote, noutra ocasião.

A página 78 apresenta o “Enquadramento dos acusados de prática de trote”, com a definição dos trotes e o enquadramento de 24 alunos acusados, datado de 05 de abril de 2005. Um dos alunos “o aluno acusado 22” preferiu não participar do processo e não foi ouvido, sendo julgado por depoimentos de outras pessoas. Também não quis apresentar defesa para as acusações que lhe fizeram.

Outros dois alunos não receberam penalizações por não estarem fundamentadas, sendo no Parecer Final deste trabalho 22 alunos penalizados.

Nas páginas 79 a 148 estão arquivadas as “Notificações de acusação” (Anexo G), seguidas dos “Recursos de defesa” dos acusados apresentadas pelos próprios, por seus pais ou por seus representantes.

Nas páginas 149 a 158 e 160 a 170 estão arquivados os “Pareceres finais” (Anexo H) da “Comissão Disciplinar” da Escola, referentes aos acusados.

A página 159 apresenta o “Parecer final” referente a um estudante acusado que não prestou depoimento (acusado 22).

A página 171 apresenta solicitação de parecer do Diretor Geral e do Procurador Jurídico da Escola, para encerramento do processo; na página 172 o Diretor Geral solicita parecer ao Procurador Jurídico; e na página 173 o “Procurador Federal junto à Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista-MG” emitiu seu parecer, favorável à finalização do processo.

Na página 174 o Diretor Geral emitiu parecer favorável ao encerramento do processo.

A página 175 apresenta o “Parecer final” referente a um estudante que prestou depoimento na página 61 do processo.

Finalizando, as páginas 176 e 177 apresentam o resumo do “Parecer final” da “Comissão Disciplinar”, no qual consta a relação dos 22 alunos penalizados, a idade e a penalidade de cada um. (Anexo I)

Os trotes registrados neste processo administrativo foram assim tipificados:

1. *Assalto*: os agressores retiram camisas e chinelos dos novatos, roubando seus pertences, que eram devolvidos após um tempo. Considerado trote leve.
2. *Assustar armário ou poste*: os alunos novatos são obrigados a chegar, vagarosamente, perto de um armário ou poste e emitir gritos. Considerado trote leve.
3. *Batismo*: os agressores dão apelido, geralmente depreciador, ao agredido, ficando este apelido por toda a sua vida escolar. Considerado trote leve.

4. *Tesãozinho*: os agressores obrigam os agredidos a oferecer suas cabeças raspadas para que os primeiros passem a mão. Considerado trote leve.
5. *Buscar água e levar talheres no refeitório*: o agredido é obrigado a buscar água para o agressor, durante as refeições, e depositar seus talheres e prato após as refeições nas bandejas de recolhimento de vasilhames no refeitório da escola. Considerado trote médio.
6. *Caçar petróleo*: os alunos novatos são obrigados a colocar o dedo indicador no chão e girar até ficarem muito tontos. Considerado trote médio.
7. *Dança*: os alunos novatos são obrigados a dançar, a sambar. Considerado trote médio.
8. *Gato e cachorro*: alguns agredidos são obrigados a imitar gatos, miando, enquanto outros agredidos são obrigados a imitar cães, latindo os gatos. Considerado trote médio.
9. *Gato gay*: o agredido é mandado subir no armário e imitar um gato. Considerado trote médio.
10. *Opa, opa*: “duas filas de novatos no quarto, onde deveriam marchar e cantar uma musiquinha que dizia *Os TA<sup>6</sup> é muito mau*, em obediência aos veteranos”. Considerado trote grave.
11. *Limpeza de república*: Os alunos novatos eram obrigados a fazer a limpeza de república de alunos do terceiro ano na cidade. Considerado trote grave.
12. *Ameaça de trabalhar nos setores de produção*: os agressores ameaçam os agredidos de trabalho forçado nas unidades educativas de produção. Considerado trote grave.
13. *Marcha*: os alunos da primeira série são acordados, na madrugada, e obrigados a marchar em fila ao redor dos alojamentos, em trajes parciais, como estavam dormindo, sob as ordens dos agressores e a assistência dos alunos que testemunhavam os fatos. Considerado trote gravíssimo.
14. *Matar gabiru*: os agressores simulam tiros e os agredidos devem simular receber o tiro, cair e fingir-se morto. Considerado trote gravíssimo.
15. *Puxar fumo*: os agressores amarram um pedaço de cigarro numa linha e mandam os agredidos arrastá-lo. Considerado trote gravíssimo.

---

<sup>6</sup>TA: Técnico em Agropecuária. No Campus se faz uma brincadeira afirmado que TA significa terceiro ano, ou seja, os alunos veteranos, reforçando a ideia de que só os alunos do terceiro ano podem ser chamados de Técnicos em Agropecuária.

16. *Corredor da morte*: os alunos da primeira série são acordados, na madrugada, e obrigados a passar pelos corredores dos alojamentos, cantando, onde estavam alunos agressores em ambos os lados dos corredores, que desferiam tapas, socos e pontapés nas vítimas. Considerado trote gravíssimo.

Todos estes trotes podem ser caracterizados como *Bullying* e sua prática desrespeita o direito de um tratamento pautado na ética e respeito dentro da instituição.

Depois deste Processo Administrativo de 2005, todos os casos de trotes registrados na CGAE foram resolvidos somente com aplicação da Legislação Disciplinar do Corpo Discente, e não há registros da convocação da Comissão Disciplinar para avaliar outros casos como este.

Seria interessante pontuar que este Processo Administrativo é de muita importância para a Gestão da Instituição. Isso porque, ao trabalhar questões ligadas ao trote no Campus, colabora para melhoria da segurança de estudantes e funcionários, uma vez que fica registrado que casos agressivos não serão aceitos e, caso sejam comprovados, podem ser penalizados com rigor pela Instituição.

## **5.2. Segunda etapa – Aplicação e análise dos questionários**

Os modelos de questionários utilizados foram desenvolvidos a partir dos objetivos da presente pesquisa e da identificação do público pesquisado. Foram formulados dois instrumentos para coleta de dados: Questionário I – Estudantes do Ensino Técnico Integrado (Apêndice B) e Questionário II – Servidores Administrativos, Docentes e Gestores (Apêndice C).

De acordo com o número de questionários a serem aplicados (já explicado na Metodologia), estes instrumentos, juntamente com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, foram apresentados ao público alvo no mês de novembro de 2012.

### **5.2.1. Análise do questionário dos estudantes**

O número de inqueridos para aplicação do Questionário Estudantes foi definido pela distribuição de forma igualitária entre cursos e séries: 75 alunos de cada série e 75 alunos de cada curso. Apesar da divisão dos questionários por gênero não ser uma preocupação da presente pesquisa, esta também foi homogênea: 113 questionários

foram respondidos por pessoas do sexo masculino e 112 indivíduos do sexo feminino. A maioria dos estudantes, 66%, possui idade entre 16 e 17 anos.

Foram aplicados 225 questionários. Entre estes, 138 estudantes (61%) disseram ter conhecimento de práticas agressivas dentro do Campus. Tal dado apresenta a relevância da pesquisa e a necessária reflexão sobre a temática.

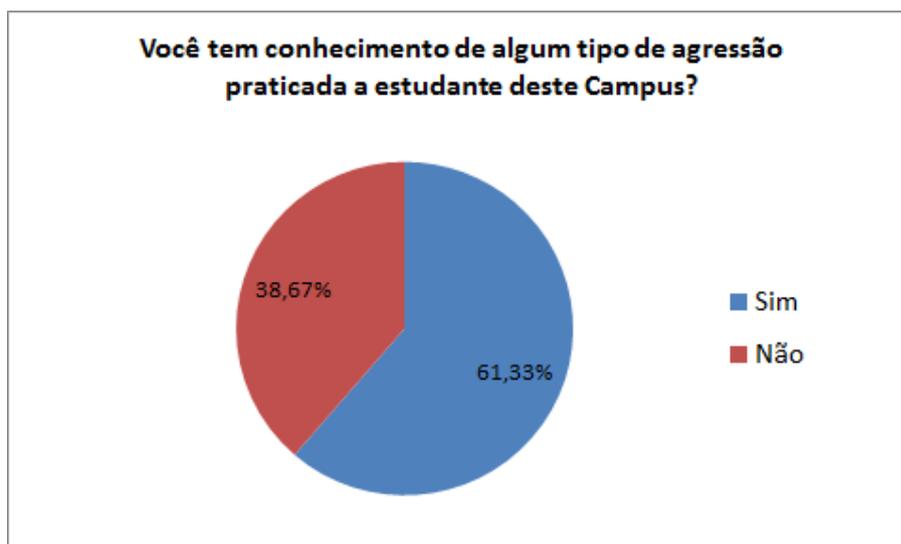


Gráfico 1: Conhecimento de agressão a estudantes no Campus

Entre o público pesquisado, 39% afirmaram não ter conhecimento de algum tipo de agressão no Campus. Na análise da questão discursiva sobre o fator considerado responsável pela ausência de agressões no Campus, dividiram-se as sentenças em duas categorias: gestão educativa (medidas de conscientização) e gestão punitiva (medidas de elaboração e aplicação de regras). Entre as 87 respostas negativas acerca da presença de agressão no campus, 67% justificaram ser a educação, através de orientação aos alunos em sala de aula ou conversas no pátio, das palestras sobre convivência e respeito e do exemplo dos pais, professores, servidores e colegas, o motivo para não existirem práticas agressivas no IFMG – São João Evangelista.

Conversar com os professores sobre estes fatos, conscientizando todos a terem respeito com as diferenças.

#### **Citação de um dos Questionários de Estudantes**

Ainda entre os estudantes que afirmaram não ter conhecimento sobre agressões no IFMG – São João Evangelista, 33% dos estudantes afirmaram serem as medidas punitivas executadas contra as atitudes agressivas o motivo para não ocorrer mais agressões no Campus.

Punições extremamente rígidas e maior interação com os alunos por parte dos profissionais.

### **Citação de um dos Questionários de Estudantes**

A análise mais detalhada de como as agressões aparecem no Campus, segundo os estudantes, foi realizada pela continuação do questionário por aqueles que afirmaram ter conhecimento de atitudes agressivas. Quando responderam a questão que interrogava se estes já haviam sofrido agressões no IFMG – São João Evangelista, 55 estudantes (24%) disseram que sim, sendo que 34 (15%) afirmaram terem sofrido agressões mais de duas vezes. Dos 84 alunos que responderam a questão acerca da classificação da agressão sofrida, 81 estudantes (96%) disseram que a agressão foi de muito leve a moderada.

Os que responderam já ter praticado agressões correspondem a 46 estudantes (20%), sendo 32 os que praticaram mais de duas vezes (14%). Sobre a classificação da intensidade dessa prática, entre os 70 alunos que responderam à questão, 19% responderam que agrediram de forma moderada a muito pesada.

Os que afirmam ter testemunhado alguma agressão no IFMG - Campus São João Evangelista são 123 estudantes (55%). Destes, 87 estudantes (39%) afirmam ter testemunhado as agressões de 2 a 10 vezes. Quanto à intensidade, 90 estudantes (69% dos que classificaram a agressão) disseram que testemunharam violências de moderada a muito pesada.

Chama a atenção a maior participação dos estudantes nas perguntas referentes ao fato de terem testemunhado agressões do que naquelas que se referem a autores de agressão ou vítimas das mesmas. Em relação à classificação das agressões, 130 alunos responderam sobre a intensidade das agressões quando as testemunharam, somente 70 alunos responderam sobre a intensidade dessas quando agrediram e 84 alunos falaram de intensidade quando vítimas da agressão.

Na parte desta dissertação sobre a Dinâmica do *Bullying*, os personagens do fenômeno foram apresentados. Analisando as características genéricas de vítimas, agressores e testemunhas torna-se possível ler os dados apresentados acima. Responder às questões enquanto testemunha do *Bullying* pode ser entendido como uma ação mais confortável pela exclusão na dicotomia Agressor-Vítima. Assumir-se como vítima de agressão também pode ser uma postura desconfortável, já que em uma primeira leitura, é assumir-se como passivo dessa dinâmica. Falar de uma agressão na qual se é o autor é assumir a responsabilidade sobre esta, o que acaba dificultando a participação nesta questão.

Por mais que a análise acima não seja uma afirmação, ou mesmo um resultado comprovável, esta suposição está em consonância com as dinâmicas apresentadas na bibliografia sobre o *Bullying*. É necessário que se discuta a temática e que se afirme uma postura comprometida de gestão escolar, para que os estudantes possam se sentir à vontade para falar sobre o tema, possibilitando, assim, um campo de reflexão sobre as agressões e suas consequências. Palácios & Rego (2006, p.2) afirmam que “é preciso que a formação moral seja de fato uma preocupação da escola e que seja implementada uma política de tolerância zero com o *Bullying*, o assédio moral e qualquer outro tipo de violência, venha de onde vier”.

Sobre as agressões verbais, 147 estudantes (65%) afirmaram ter testemunhado, sofrido ou praticado agressões neste Campus. Estas agressões aconteceram em sua maior parte durante o dia, de 2ª a 6ª feira (53%) e foram mais frequentes em locais como o pátio (22%), alojamentos (20%) e em sala de aula (8%). Aconteceram com mais frequência com estudantes da 1ª série, 82 estudantes (36%), seguido por 31 estudantes da 2ª série (14%) e 18 estudantes da 3ª série (8%).

Os dados acima podem ser analisados retomando a explicação do cotidiano no IFMG - Campus São João Evangelista. Os alunos entram no Ensino Médio, muitas vezes advindos de outros municípios, e passam a residir dentro da instituição ou nos entornos desta. A prática dos trotes na época de entrada no IFMG – São João Evangelista marca, muitas vezes, a história de alguns estudantes ao longo de sua estadia na instituição. A alta frequência de agressão contra estudantes da 1ª série se justifica por esta entrada na instituição: pela relação de poder exercida pelos alunos veteranos sobre os novatos, pelo próprio ritual do trote e da criação de apelidos, pela falta de alianças dos alunos que acabam de chegar a uma instituição (e ainda não a conhecem para criar seus mecanismos de defesa), entre outros.

Porém é sabido que a prática dos trotes pode ser considerada crime, como aparece nos dados de uma pesquisa realizada com estudantes da Universidade de Algarve em Portugal, e de estudantes de Universidade Federal do Amazonas no Brasil:

Ademais, os seguintes atos são tipificados como crimes:

1. Casos que ocasionar o falecimento do calouro, como o caso do calouro de medicina da Universidade de São Paulo (USP) que morreu afogado em uma piscina após a aplicação de um trote, caracterizara o crime de homicídio (artigo 121 do Código Penal), podendo ser aplicada a forma culposa ou dolosa, dependendo do caso.
2. Cortar o cabelo total ou parcialmente do calouro contra sua vontade caracteriza crime de lesão corporal (artigo 129 do Código Penal). O mesmo ocorre cortando-se a barba total ou parcialmente do calouro.
3. Humilhar o calouro, ridicularizando-o publicamente, pintando seu corpo, amarrar o calouro, fazê-lo gatinhar pelas ruas e todos os outros métodos semelhantes de humilhação e ridicularização, são caracterizados como crime de injúria (artigo 140 do Código Penal).

4. Obrigar o calouro a ingerir bebida alcoólica contra sua vontade tipifica o crime de constrangimento ilegal (artigo 146 do Código Penal) e se esse tipo de ação é praticada por mais de 3 (três) pessoas, o crime é qualificado e tem a pena aumentada. Se, por acaso, o calouro resiste e não bebe, o crime pode ser caracterizado pela modalidade tentada (artigo 14, II do Código Penal).

Ressalta-se que em tais delitos podem ocorrer o concurso de crimes, isto é, o estudante veterano pode ser condenado por incursão em mais de um crime simultaneamente, não obstante ainda, a possibilidade de se haver um ressarcimento na esfera cível. (Matos, Jesus, Simões & Nave, 2010, p. 4)

Utilizando essas informações como base e consultando o Código Penal Brasileiro, evidencia-se que a instituição deve se preocupar com a prática dos trotes. Esse sério problema atinge diferentes locais de educação, seja de Ensino Superior ou Ensino Médio. A prevenção e a orientação por uma prática de paz e respeito são de responsabilidade dos espaços formais de educação, e isso implica na gestão dos comportamentos e vivências entre os estudantes. Portanto, o ideal é que os casos de agressão e *Bullying* sejam trabalhados no ambiente escolar, por mais que, dependendo da gravidade de algumas situações, a Gestão Escolar necessite de registro junto aos Órgãos de Justiça e Segurança.

O trote tem como lado positivo a ideia de uma integração entre os antigos e novos estudantes de uma instituição. É, na teoria, uma recepção, uma espécie de boas-

vindas àqueles que chegam ao novo colégio ou universidade. Por esse motivo, as campanhas contra os trotes são criticadas por aqueles que a defendem como prática cultural e histórica e que marcam uma brincadeira na chegada de um aluno novato na instituição.

O contraponto seria o abuso de poder investido nas ações dessa recepção. Tradicionalmente, os trotes são marcados por práticas vexatórias, por atos de submissão e pela obrigatoriedade de realizar tarefas que, muitas vezes, não são de comum acordo entre os novatos e veteranos. No caso dos estudantes do Ensino Superior, é comum fazer os estudantes novatos arrecadarem dinheiro para serem investidos nas *chopadas*<sup>7</sup> ou festas similares.

Atualmente, várias instituições do Brasil promovem atualmente, o “Trote Solidário” no qual os alunos novatos são convidados a participar de ações de impacto social positivo, como doar sangue ou pedir dinheiro para a compra de cestas básicas que serão distribuídas em creches, asilos ou para a população carente. Enfim, as atividades propostas pelo trote solidário procuram promover a cidadania e estão de acordo com os direitos humanos. Esta é uma forma encontrada para manter a tradição do Trote, conservando seu caráter de recepção e integração como uma resposta social.

No IFMG, a prática do trote é naturalizada e, até mesmo, legitimada por alguns estudantes (houve três citações de alunos, durante o preenchimento dos questionários, que defendiam a tradição do trote). Porém, a direção da instituição não aprova esta prática e, quando são denunciados, os casos de trotes são devidamente acompanhados pela CGAE e os agressores são punidos, como determina o regulamento disciplinar do corpo discente.

Isso não impede que ocorram vários casos de trote no início de cada ano letivo, como foi apresentado na Discussão dos Resultados desta dissertação. Os trotes mais comuns na instituição são criados por situações de ridículo ao aluno novato, como assustar um poste; miar ou latir; quantificar o número de tacos no piso de uma sala, contando um a um; ceder o lugar na fila do refeitório para um aluno veterano; marchar obedecendo ao comando dos veteranos; fazer a limpeza dos quartos dos alunos veteranos nos alojamentos; enfim, atitudes em que os estudantes novatos são levados a uma situação de submissão. Algumas vezes, ocorrem casos mais sérios de agressões físicas ou extorsão de bens ou dinheiro dos alunos novatos. Por tudo isso, é preciso um

---

<sup>7</sup>*Chopadas*: são festas comuns para Universitários e nas quais se bebe muita cerveja e outras bebidas alcoólicas e buscam o entrosamento entre os jovens.

acompanhamento mais intenso de todos os profissionais, visando minimizar cada vez mais as práticas de trotes na instituição.

Foram totalizados 91 estudantes (40%) que afirmam perceber as agressões de forma repetida, de 2 a 10 vezes, sendo interessante pontuar que os que afirmam observar a agressão verbal por mais de 10 vezes correspondem a 34 estudantes (15%). 64 estudantes (28%) afirmaram que as agressões verbais continuam acontecendo. Esses dados são relevantes, uma vez que o *Bullying*, tema dessa dissertação, é caracterizado como uma agressão repetitiva. Analisando a bibliografia, é possível afirmar que não existe um quantitativo exato de repetição para a caracterização de *Bullying*. Essa análise precisa ser contextualizada e interpretada diante da realidade de cada caso. Mesmo assim, a resposta dos estudantes aponta para uma prática comum na instituição, que reflete a convivência entre os alunos.

As justificativas mais destacadas para as agressões verbais entre os estudantes pesquisados foram motivos raciais (8%), de gênero (7%) e de aparência física (13%). Tais respostas condizem com a leitura da bibliografia sobre o assunto, pois a escola é um espaço privilegiado de convivência e aprendizagem, que produz e reproduz paradigmas culturais. Ou seja, os atos pensados e aplicados neste ambiente têm a ver com motivações por trás das relações sociais. A sociedade é marcada pela disseminação de preconceitos, e as exigências físicas e comportamentais criam discriminações históricas. Não é surpreendente que as justificativas de aparência física e as questões raciais apareçam em primeiro lugar para os episódios de agressões verbais.

As agressões físicas apareceram em menor quantidade que as verbais. São percebidas por 64 estudantes (28%), enquanto os outros 161 estudantes (72%) afirmaram não ter conhecimento de agressões físicas ou não responderam. As agressões físicas percebidas aconteceram em sua maior parte no pátio (9%) e nos alojamentos (11%). Aconteceram com maior frequência durante o dia, de 2ª a 6ª feira. Os estudantes da 1ª série aparecem novamente com maior índice de percepção do que nas outras séries: são 36 estudantes (16%), sendo 18 estudantes da 2ª série (8%) e apenas 6 estudantes da 3ª série (3%). São 37 estudantes (16%) que perceberam as agressões de forma repetida (2 a 10 vezes). Destaque interessante para a justificativa de ser a aparência física o motivo mais frequente (6%) para a prática de agressões físicas. 26 estudantes (12%) afirmaram que as práticas agressivas continuam acontecendo.

Quando indagados sobre o termo *Bullying*, 220 estudantes (98%) afirmaram que conheciam e 180 estudantes (80%) acreditavam que as agressões descritas anteriormente podiam ser classificadas como tal.

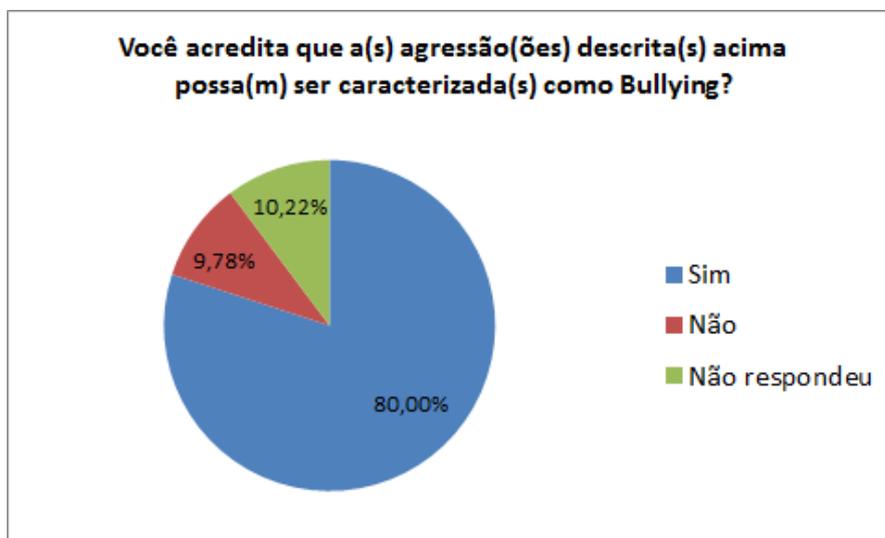


Gráfico 2: Caracterização das agressões como *Bullying* - Estudantes

Indagados sobre *Cyberbullying*, 142 estudantes (63%) disseram conhecer o termo e 108 estudantes (48%) afirmaram ser vídeos e fotos em sites externos ao Campus o recurso mais usado para praticar o *Cyberbullying*. Sobre a informática no Campus, o primeiro dado relevante é que existe um curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática e um curso superior de Bacharelado em Sistemas de Informação. É importante pontuar, ainda, que existem diversos laboratórios de informática espalhados pelo Campus São João Evangelista. A internet é liberada para os estudantes, inclusive para utilização em seus aparelhos particulares, com a entrada de *login* (pessoal) e senha universal. A internet é bloqueada para sites de rede social, mas os estudantes têm acesso a programas e endereços que permitem a entrada nestes sites.

Em contraste com outras formas de *Bullying*, o *Cyberbullying*, apoiado nas tecnologias da informação, transcende as fronteiras do tempo (na medida em que a ofensa se pode manter infinitamente presente no espaço virtual), mas

também as fronteiras do espaço pessoal e físico. Além disso, perpetrado com base numa assimetria de poder, tal como o *Bullying* face-a-face, o *Cyberbullying* assenta, não no domínio pela força física, mas noutras fontes de poder, associadas a competências e a outras vantagens no domínio das tecnologias, o que acrescenta novas facetas ao perfil dos agressores e das vítimas. (Amado, Matos, Pessoa & Jäger, 2009, p. 304)

Perguntados sobre a existência de apelidos humilhantes no Campus, 126 estudantes (56%) afirmaram serem as questões raciais (24%), a aparência física (22%) e as questões de gênero (7%), os motivos mais comuns para a escolha dos apelidos. A análise deste dado traz subsídios para uma reflexão acerca das exigências sociais e culturais da sociedade atual. Na realidade, mais do que isso, reflete questões históricas do Brasil e do mundo.

Historicamente, as sociedades humanas vivenciaram desigualdades, injustiças sociais e inúmeros conflitos. A humanidade é cheia de contradições e a educação, como um processo humano que ocorre em meio social, nem sempre consegue concretizar seu compromisso com a transformação de seus alunos em cidadãos, no sentido amplo do termo. (Saraiva, 2011, p. 25)

Outro dado de extrema relevância vem da prática de um ritual que acontece durante o período de trotes da Escola. Os alunos da 3ª série do Ensino Médio recebem

os alunos da 1ª série indagando-os acerca de seus nomes e observam as características de cada um para apelidá-los. Muitas vezes, o apelido escolhido naquele momento é a maneira como esse adolescente é chamado ao longo dos três anos de convivência na escola. Tal fato ilustra como os apelidos são presentes e cotidianos na instituição, e como estes, muitas vezes, não agradam aqueles que os recebem.

Na parte do questionário acerca das influências das agressões no cotidiano os alunos e da instituição, dados de importante análise apareceram. A primeira questão perguntou acerca da satisfação dos alunos com o IFMG – São João Evangelista, e 183 estudantes (81%) responderam afirmativamente, portanto, se sentiam satisfeitos com a instituição.

Perguntados se existe influência das agressões sofridas ou praticadas no grau de satisfação dos estudantes, a maioria, 142 estudantes (63%), afirmou que não. Indagados se as agressões sofridas ou praticadas interferem no rendimento escolar, novamente, a maioria dos estudantes (84%) respondeu que não.

Em uma primeira análise, tais percentagens podem levar a uma interpretação de que a prática de agressões, e conseqüentemente do próprio *Bullying*, não seria um problema na instituição. Mas é preciso analisar tais dados de forma mais contundente e compromissada com o cotidiano dos alunos: 31% dos estudantes (69 pesquisados) disseram que as agressões influenciam no seu grau de satisfação, ou seja, praticamente 1/3 daqueles que estudam na escola e participaram da pesquisa sofrem, de alguma forma, com esse tipo de prática. Esse número deve ser considerado representativo da importância de se pensar as agressões no caso a caso, com análises qualitativas e pessoais, e não simplesmente como ocorrências quantitativas.

Em vários programas existentes na área de gestão de pessoas, busca-se entender como seria o profissional ideal para uma empresa. Em todos esses programas, é unânime a ideia de que as pessoas devem ter uma autoestima elevada, possuir autoconfiança em suas ações, e ser positivas. Essa ideia reforça a proposta acima, de resguardar o jovem em relação à sua satisfação com a instituição e conseqüentemente com sua própria vida. Espera-se que o estudante satisfeito com sua vida possa desfrutar mais dos conhecimentos propostos na escola e ser um profissional mais competente e seguro de suas ações.

Ao mesmo tempo, ao interrogar sobre a influência das agressões no rendimento escolar, entre os comentários dos 29 alunos que responderam que existe esta conexão,

algumas citações chamam a atenção pelo grau de implicação das práticas no cotidiano do estudante:

Deixo de reunir com meus colegas para estudar com medo de encontrar pessoas que agridem. Isso ocorre frequentemente no Campus.

#### **Citação de um dos Questionários de Estudantes**

Geralmente o que aconteceu passa a ser um obstáculo, mas tenho conseguido superar bem. Porém, não pretendo continuar no Campus.

#### **Citação de um dos Questionários de Estudantes**

Há momentos em que as humilhações são tão fortes que não tem como ficar em meio à sala sem pensar no que aconteceu.

#### **Citação de um dos Questionários de Estudantes**

Tais citações evidenciam as influências das agressões na vida dos estudantes e em suas decisões futuras; dizem sobre o medo e sobre o trauma das agressões, ilustrado pela falta de atenção em outras situações importantes, além das análises de nível de intensidade dessas agressões. Os trechos acima, por si só, justificam a relevância da temática *Bullying*, suas causas e consequências.

O médico pesquisador e um dos fundadores da ABRAPIA, Aramis Lopes Neto, em artigo científico publicado em 2005 afirmou que:

Entre os agressores, observa-se um predomínio do sexo masculino, enquanto que, no papel de vítima, não há diferenças entre gêneros. O fato de os

meninos envolverem-se em atos de *Bullying* mais comumente não indica necessariamente que sejam mais agressivos, mas sim que têm maior possibilidade de adotar esse tipo de comportamento. Já a dificuldade em identificar-se o *Bullying* entre as meninas pode estar relacionada ao uso de formas mais sutis. (Lopes Neto, 2005, p. 3)

Apesar dessa dissertação não focar uma análise de gênero, cruzando as informações sobre as agressões e o sexo dos inqueridos, percebe-se que no IFMG – campus São João Evangelista essa afirmação se confirma, pois os meninos praticam, sofrem e testemunham mais agressões que as meninas: são 82%, contra 48%. O curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática aparece com o maior índice de agressividade praticada e sofrida. Somente nos casos da repetição da agressão, por mais de 10 vezes, é que o curso Técnico em Agropecuária aparece em primeiro lugar. O curso Técnico em Nutrição e Dietética aparece com os menores índices de agressividade, talvez por possuir a maioria dos estudantes do sexo feminino.

Os dados apresentados no parágrafo acima são relevantes para o IFMG – São João Evangelista, pois trazem subsídios para novos planos de trabalho e estratégias de prevenção e conscientização.

A última questão do questionário aplicado aos estudantes solicitava sugestão de ações para a diminuição das práticas agressivas dentro do Campus. Foram elencados 158 enunciados, alguns destes que se referiam às mesmas ações de forma diferente. Assim como ocorreu na análise da questão discursiva sobre o fator considerado responsável pela ausência de agressões no Campus, as respostas daqueles que acreditam que as agressões existem no Campus sugerem, para a diminuição de atitudes violentas, ações que podem ser classificadas nas categorias de gestão educativa (medidas de conscientização) e gestão punitiva (medidas de elaboração e aplicação de regras). Nestas categorias foram apresentadas 155 propostas de ações para gestão escolar. As

outras 3 respostas não remetem a ações, apresentavam comentários que não atendiam ao objetivo da questão.

Termos e expressões citados como conscientizar, educar, respeitar, promover apoio, dialogar, endossam o pensamento de uma gestão educativa e propõem uma diferenciação do que é *Bullying* ou outra forma de agressão. Foram 115 respostas que seguiam esta linha de ação, correspondendo a 73% das sugestões válidas. Entre elas, destacam-se as duas sugestões abaixo.

Deveria ser um assunto mais discutido dentro das salas de aula, e mais debatido na sociedade em geral.

#### **Citação de um dos Questionários de Estudantes**

Estimular o respeito entre aluno-aluno, aluno-professor, professor-professor através de palestras e atividades em sala.

#### **Citação de um dos Questionários de Estudantes**

Termos como punição, proibição, monitoramento, fiscalização, acabam por dar subsídios para uma leitura de gestão punitiva. Foram 40 sugestões que se conectam com o campo de elaboração e aplicação de regras (25% das respostas a esta questão).

Submeter os agressores a algum tipo de punição, e maior vigilância aos alunos.

#### **Citação de um dos Questionários de Estudantes**

Imposição de regras mais severas para punir os trotes e outros tipos de agressões.

#### **Citação de um dos Questionários de Estudantes**

A divisão destas categorias de gestão educativa (medidas de conscientização) e gestão punitiva (medidas de elaboração e aplicação de regras) foi uma forma de melhor apresentar os dados coletados na aplicação dos questionários. O entendimento foi de analisar a que cada sugestão remetia de forma predominante. Isso porque, na realidade, as duas categorias não são excludentes, mas se misturam, se complementam. É importante analisar, em termos de gestão, quais são as demandas, queixas e sugestões daqueles que convivem no espaço a ser gerido, pois isso remete a um caráter democrático e contextualizado às ações.

### **5.2.2. Análise do questionário dos servidores**

O número de inqueridos foi de 38 professores, 25 administrativos que trabalham diretamente com os estudantes e 4 gestores, totalizando 67 questionários aplicados. Destes, 43 servidores (64%) afirmaram ter conhecimento de práticas agressivas dentro do Campus. Deve-se pontuar que, dos quatro gestores institucionais que responderam ao questionário, dois deles disseram não ter conhecimento de agressões no IFMG – São João Evangelista. Tal dado chama a atenção por se contradizer com a percentagem de respostas positivas entre os alunos e os professores e, desde já, faz refletir sobre a posição da gestão em uma unidade educacional.

Considerando-se que a maioria dos atos de *Bullying* ocorre fora da visão dos adultos, que grande parte das vítimas não reage ou fala sobre a agressão sofrida, pode-se entender por que professores e pais têm pouca percepção do *Bullying*, subestimam a sua prevalência e atuam de forma insuficiente para a redução e interrupção dessas situações. (Lopes Neto, 2005, p. 3)

Um total de 32 servidores (48%) perceberam as práticas agressivas de 2 a 10 vezes, sendo as agressões verbais as mais comuns (48%), seguidas das agressões físicas e verbais juntas (12%) e físicas somente (5%).

O local onde ocorreram mais agressões foi a sala de aula com 24% dos casos, seguidos dos alojamentos, com percentagem de 12%. Proporcionalmente, tendo em vista que dos profissionais pesquisados somente 5 eram do setor de alojamento da instituição, o número de percepções de agressão neste local é bastante representativo. O número de professores inqueridos foi 38, o que justifica ser a sala de aula o local mais citado.

Apesar do apontamento acima, torna-se importante salientar que outras pesquisas apontam a sala de aula como espaço privilegiado para situações de agressões. A Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência – ABRAPIA (Lopes Neto *et al.*, 2003) realizou uma pesquisa em 11 escolas municipais do Rio de Janeiro e um dos dados levantados que surpreendeu a todos foi que as ocorrências de *Bullying* aconteceram, na maioria dos casos, em sala de aula (60%). Pensar nesse espaço como um local de grandes possibilidades para a incidência de casos agressivos leva a refletir sobre a dinâmica da sala de aula e a repensar os mecanismos de trabalho utilizados.

Seguindo o mesmo raciocínio, na análise dos dados coletados referentes ao horário das agressões presenciadas, percebe-se que as respostas correspondem ao o horário de trabalho dos próprios pesquisados. A maioria dos inqueridos disse que estas ocorreram durante o dia, entre 2ª e 6ª feira, tendo poucas respostas para o turno da noite e fim de semana, que advêm diretamente dos servidores que trabalham no alojamento.

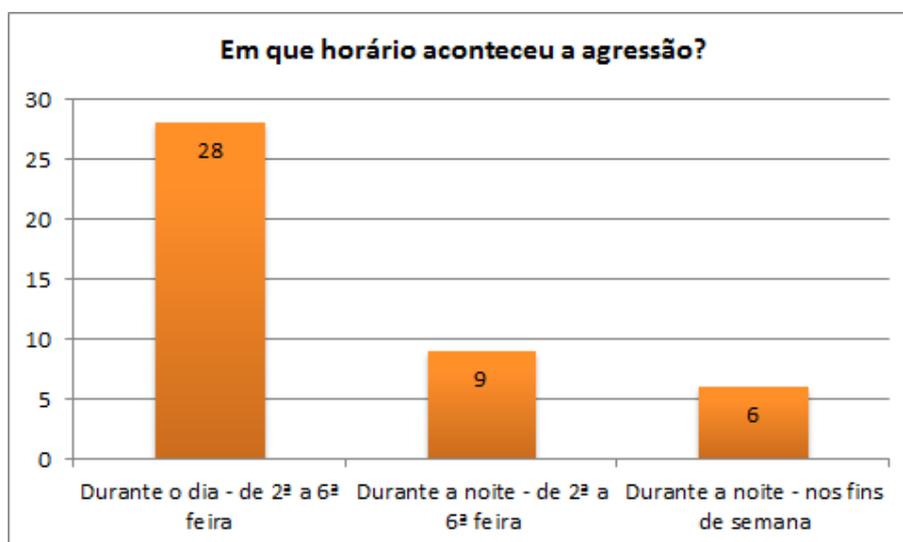


Gráfico 3: Horário de ocorrência da agressão.

Os motivos justificados para as agressões acontecerem abordam questões raciais, de gênero e aparência física: os três empatados com 9% do número de questionários aplicados. 16 profissionais (24%) afirmaram que as agressões se repetiam, caracterizando o *Bullying*. Essa percentagem aumenta se utilizado como base o número de respostas válidas a essa questão: 42 respostas no total. Houve ainda 23 pesquisados que afirmaram que têm conhecimento de agressões, mas não sabem dizer se estas se repetem. Somente 3 questionários (5%) tinham como resposta que as agressões presenciadas não se repetiam.

O procedimento mais comum de intervenção é o diálogo com o agressor, com 31% dos casos, seguido por encaminhamentos à Coordenação Geral de Atendimento ao Educando (CGAE), com algum tipo de advertência (9%). O CGAE foi apresentado, de maneira mais detalhada, na parte da Análise da Legislação do IFMG desta dissertação, mas é importante pontuar que esta é a Coordenação responsável pelo atendimento ao estudante do Campus. Portanto, estes encaminhamentos à Coordenação são o procedimento correto na dinâmica do IFMG – São João Evangelista.

Em relação à classificação da agressão testemunhada, 51% dos pesquisados disseram que as agressões foram moderadas e 30% classificaram a agressão testemunhada como pesada, conforme gráfico abaixo:

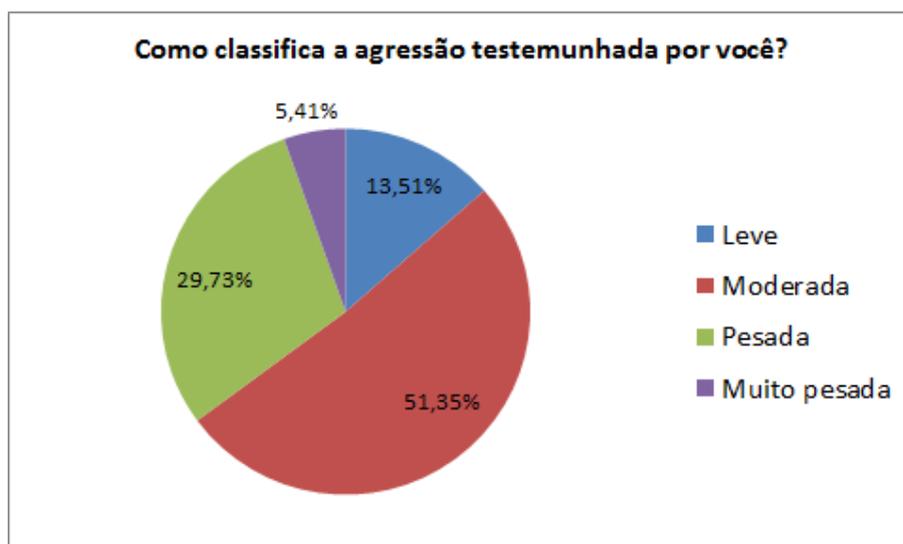


Gráfico 4: Classificação da agressão testemunhada

Em relação à influência das práticas agressivas na vida dos estudantes, os resultados chamam a atenção pela alta percentagem de marcações na alternativa “Não sei dizer”. Na primeira questão, acerca da relação dos estudantes agredidos com os demais colegas, dos 43 servidores que responderam à questão, 22 desconheciam essa influência (51%). Na segunda questão, acerca da ligação entre a agressão sofrida e o grau de satisfação na instituição, 58% responderam não saber dizer sobre essa influência. Já na terceira questão, que tratava da interferência da agressão no rendimento escolar do estudante, 19 entre os 43 pesquisados que responderam a esta interrogação (44%) disseram não ter conhecimento para respondê-la. Estes dados deixam claro que grande parte dos servidores não percebe as influências da agressão que presenciaram. Tal fato aponta para a necessidade de se trabalhar melhor a temática com toda comunidade escolar, visto que um caso de agressão é de responsabilidade de todos os envolvidos. Isso aparece reforçado na afirmação de Fante (2005, p.91), que diz que “para que se possa desenvolver estratégias de intervenção e prevenção ao *Bullying* em uma determinada escola, é necessário que a comunidade escolar esteja consciente da existência do fenômeno e, sobretudo, das consequências advindas deste tipo de comportamento”.

Na parte sobre a caracterização do *Bullying* no Questionário aplicado para servidores (administrativos, docentes e gestores), 75% dos pesquisados disseram ter conhecimento do termo *Bullying*. Em relação às agressões que os servidores disseram ter presenciado, 48 dos 67 servidores afirmaram considerar que estas podem ser classificadas como *Bullying*. Tal dado é significativo para justificar a necessária atenção à temática por parte do Planejamento Escolar.

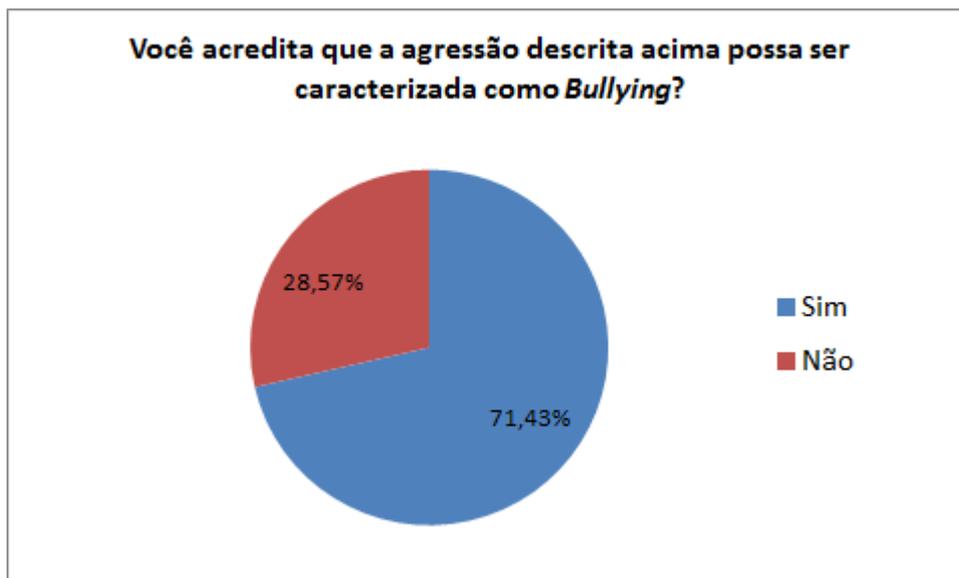


Gráfico 5: Caracterização da agressão como *Bullying* - Servidores

Em relação ao *Cyberbullying*, 43 dos 67 pesquisados disseram ter conhecimento do termo. 24% dos servidores percebem o *Cyberbullying* através de vídeos ou fotos em sites externos ao Campus. 8% responderam ainda que têm conhecimento de agressões utilizando as tecnologias de fotos e vídeos em computadores e celulares. Conforme relatado na análise do questionário dos estudantes, a informática e o acesso às redes sociais fazem parte do cotidiano dos estudantes no IFMG – São João Evangelista.

Esse alto índice de pesquisados (64% dos servidores e 48% dos estudantes) que percebem o *Cyberbullying* através de vídeos ou fotos em sites externos ao Campus, se justifica por ser de conhecimento comum na cidade de São João Evangelista, para aqueles que possuem inscrição no site de relacionamentos *Facebook*, a existência de uma página que traz informações e cria comentários sobre pessoas do município. Com o codinome de “*Trollando*<sup>8</sup>”, alguma pessoa ou grupo não identificado posta fotos de indivíduos da cidade, comentários ou desenhos, geralmente de cunho vexatório, que acabam por expor a população de São João Evangelista. A página possui alto número de acessos e tem como principal foco a população do Campus, o que gera comentários no IFMG, Campus São João Evangelista.

A direção do Campus, na crença de que esta prática é vexatória e discriminadora, já tomou algumas vezes medidas para denunciar e bloquear a participação deste usuário. Mas, quando isso ocorre, outra inscrição é feita com nome

<sup>8</sup>*Trollando* é um neologismo usado em larga escala pelos internautas com o significado de ridicularizar, chatear, aborrecer alguém.

parecido, e as informações voltam a circular. Já apareceram os nomes “*Trollando SJE*”, “*Trollando IFMG*”, “*Trollando IFMG – O retorno*”, este último no início de 2013.

As postagens de imagens de pessoas, em fotos originais ou montagens, em situações constrangedoras são violações a diversos direitos individuais e coletivos. Na maioria das vezes, as postagens relacionadas à população do campus, ofendem estudantes e também professores do IFMG. Além do uso das imagens não ter sido autorizado, os comentários feitos pelo(s) autor(es) da página traziam características preconceituosas e de agressão moral. É importante finalizar tal descrição, apontando que casos como este vêm se tornando comuns, pela disseminação da internet e fácil acesso às redes sociais, devendo, portanto, ser preocupação constante dos responsáveis pela gestão de um ambiente escolar.

A maioria dos servidores (63%) afirmou não conhecer apelidos humilhantes para os estudantes ou não respondeu à questão. Daqueles que responderam positivamente ao conhecimento de apelidos, 15% afirmaram que estes foram provocados por questões raciais e a mesma percentagem apresentou como motivo dos apelidos a aparência física.

Em relação ao conhecimento da Legislação Disciplinar do corpo discente do IFMG, 56% dos pesquisados (37 indivíduos) disseram conhecer esses documentos, enquanto 20% admitiram não ter conhecimento sobre esta Legislação. Tal fato chama a atenção, pois é essencial, para qualquer tipo de trabalho compromissado, que toda comunidade educacional conheça as regras, legislações e dinâmicas do ambiente escolar.

Perguntados se conheciam atitudes da direção para inibir a agressividade no Campus, 40% dos servidores afirmaram ser a Coordenação Geral de Atendimento ao Educando (CGAE) o setor responsável e que toma medidas corretivas nos casos de *Bullying*.

As ações propostas pelos inqueridos para diminuir as práticas de *Bullying* referem-se a educação, conscientização em busca do respeito, palestras, diálogo e exemplo corretivo nos casos praticados.

Cobrança bem severa por parte do Campus e trabalhos de conscientização sobre o assunto.

**Citação de um dos Questionários de Servidores**

Campanhas de conscientização e interatividade entre alunos e funcionários do Campus.

### **Citação de um dos Questionários de Servidores**

As cinco últimas perguntas do Questionário dos Servidores eram direcionadas, exclusivamente, para os participantes que ocupavam cargos de Gestão. Dois dos inqueridos (50%) não conhecem práticas agressivas no Campus e, portanto, não preencheram esta parte do questionário.

Para estes casos, em que o problema não é reconhecido pelos docentes ou pelo Conselho Executivo, parece ser tempo para uma reflexão sobre a temática, nomeadamente dedicar algum tempo a observar os recreios, ouvir os colegas, ouvir os funcionários, mas, sobretudo dar voz às crianças [estudantes]. A realização de um estudo empírico com instrumentos que permitam diagnosticar a realidade seria um bom princípio no sentido de confirmar ou não a avaliação baseada no quotidiano de alguns docentes. (Pereira, 1997, p. 5)

Os dois gestores que disseram ter conhecimento de agressões no IFMG – Campus São João Evangelista responderam o questionário afirmando não considerarem que estas práticas se caracterizem como *Bullying*, mas afirmam perceber que as agressões se repetem mais entre estudantes de séries diferentes. Percebem o trote como um problema frequente no primeiro bimestre de cada ano letivo.

Considerando a percepção da comunidade escolar, é necessário buscar ações que minimizem o *Bullying* na instituição.

Atualmente um grande número de escolas mantém em seus quadros pedagogos e psicólogos, que, em sendo chamados para ajudar, poderão contribuir muito com a solução dos problemas. A orientação deve nortear a ação desses profissionais. Chamar a polícia e o Ministério Público, a meu ver, somente nos casos mais graves. A solução, dentro do possível, deve ser conseguida compartilhando o problema com o grupo de alunos, tendo em vista que os alunos tendem a voltar a praticar os atos de *Bullying* assim que se colocarem sem supervisão. (Calhau, 2009, p. 85)

Os gestores do IFMG afirmaram que não existe um programa específico para amenizar as práticas agressivas dentro do Campus, mas a CGAE tem procurado orientar os veteranos (alunos de 2ª e 3ª séries) com o intuito de conscientizar e interagir para uma melhor recepção dos calouros (1ª série), procurando minimizar as agressões no início de cada ano letivo, atendendo em parte a proposta de Calhau (2009).

Os dois gestores acreditam que ações como palestras de conscientização, ações de integração entre os jovens, realização de eventos culturais e artísticos ajudariam a melhorar o relacionamento entre os estudantes; além disso, disseram que trocar informações com outros campi ajudaria muito para a realização de um trabalho mais efetivo. Porém, afirmaram que essas ações ainda não foram implantadas na instituição.

Em cartilha lançada pelo Conselho Nacional de Justiça a seguinte orientação foi dada aos responsáveis pela gestão em estabelecimentos de ensino nos casos de *Bullying*:

A escola é corresponsável nos casos de *Bullying*, pois é lá onde os comportamentos agressivos e transgressores se evidenciam ou se agravam na

maioria das vezes. A direção da escola (como autoridade máxima da instituição) deve acionar os pais, os Conselhos Tutelares, os órgãos de proteção à criança e ao adolescente etc. Caso não o faça poderá ser responsabilizada por omissão. Em situações que envolvam atos infracionais (ou ilícitos) a escola também tem o dever de fazer a ocorrência policial. Dessa forma, os fatos podem ser devidamente apurados pelas autoridades competentes e os culpados responsabilizados. Esses procedimentos evitam a impunidade e inibem o crescimento da violência e da criminalidade infanto-juvenil. (CNJ, 2010, p. 12)

Baseado nessa reflexão, fica claro que a gestão de uma instituição de ensino deve estabelecer estratégias para uma minimizar os casos de *Bullying*, evitando com isso que estudantes sofram e se tornem pessoas negativas em suas relações sociais.

### **5.3. Terceira etapa – Paralelo entre a Legislação do IFMG e a Percepção da comunidade escolar do Campus São João Evangelista sobre as consequências do *Bullying* e sua interferência no grau de satisfação dos estudantes, no processo ensino-aprendizagem e no alcance dos objetivos institucionais.**

O estudo aprofundado da Legislação do IFMG – São João Evangelista teve como objetivo detectar elementos indicativos da percepção institucional da prática do *Bullying* na gestão do Campus. Uma importante análise, suscitada pelo estudo do conjunto de documentos que regulamentam o funcionamento do IFMG, apontou que, apesar de o termo *Bullying* não aparecer escrito nenhuma vez, existem regulamentações que propõem dignidade e respeito entre as pessoas, como meio de prover um ambiente educacional de desenvolvimento intelectual e social dos estudantes. Ou seja, de forma direta, a Legislação do Campus trata das questões relacionadas à convivência entre os estudantes, e essa é uma preocupação que pode ser indicativa de uma forma de prevenção ao *Bullying*.

Antes que seja necessário o acionamento das autoridades competentes para que se resolvam os casos de *Bullying*, a prevenção sempre será o melhor a ser feito pelos estabelecimentos de ensino. Permanecendo o problema, deve-se tentar resolvê-lo diretamente com os alunos. Sendo inócua essa tentativa e esgotadas todas as possibilidades pertinentes ao caso concreto o estabelecimento de ensino deve acionar o Conselho Tutelar e o Ministério Público. (Gomes, 2011, p. 49)

Analisando a afirmação de Gomes, é possível concluir que a Coordenação Geral de Atendimento ao Educando (CGAE) já realiza variadas ações que podem ser entendidas como uma resposta institucional aos problemas de convivência e às díspares questões dos educandos, porém, em sua maioria, não são ações preventivas. São ações promovidas pela CGAE:

- Fiscalização dos locais de convívio dos estudantes como pátio escolar e alojamentos, para inibir o aparecimento de práticas agressivas dentro do Campus;
- Registro das denúncias por parte dos servidores do Instituto e dos próprios estudantes para suspeitas e ações confirmadas de práticas agressivas no Campus;
- Investigação de todas as denúncias, mesmo as anônimas, resguardando neste caso a pessoa que prefere não se expor;
- Apuração das denúncias e aplicação de punições caso sejam confirmadas, como aparece minuciosamente descrito no Processo Administrativo nº 23000.077080/2005-18, referente a trotes no IFMG, Campus São João Evangelista apresentado na Discussão dos Resultados desta presente dissertação;
- Incentivo da participação da família nos casos confirmados de práticas agressivas no campus;
- Encaminhamento ao Conselho Tutelar ou à polícia das práticas agressivas quando estas fogem ao controle da instituição;
- Encaminhamento dos estudantes que apresentam algum tipo de comportamento considerado inadequado para que sejam atendidos pelos psicólogos do campus, caso seja esta sua vontade;
- Orientação especial aos estudantes da primeira série, para que evitem situações de risco que favoreçam a prática de trotes;
- Oportunidade ao aluno de manifestar sua opinião em relação à sua percepção sobre o Instituto, e a influência desta em sua satisfação pessoal com os professores, assistentes de alunos, assistente social, psicólogos e coordenadores.

Todas essas ações descritas acima acontecem quando são detectados casos em que foge às regras de um bom convívio entre os estudantes e, além terem a proposta de proporcionar um ambiente mais justo, funcionam como forma de inibir novas ações agressivas.

Em uma análise de gestão, a Coordenação Geral de Atendimento ao Educando seria o órgão responsável pela possibilidade de reflexão por parte dos estudantes sobre suas ações e a busca por uma conduta mais assertiva em suas relações pessoais. Ao mesmo tempo, a CGAE apresenta a possibilidade do contato com o limite e as regras institucionais, esclarecendo-as, quando necessário. O trabalho desta Coordenação, quando atende aos objetivos traçados e é executado de forma ética, oportuniza um espaço de reflexão sobre a convivência entre alunos dentro do ambiente escolar do IFMG – São João Evangelista. Portanto, mesmo indiretamente, e sem a utilização desta nomenclatura, o CGAE trabalha o *Bullying* e seus indícios no Campus. Tendo em vista a afirmação da necessidade de preocupação com a divulgação de informações sobre o *Bullying*, seus atravessamentos e suas consequências, a Coordenação Geral de Atendimento ao Educando deve ser o setor responsável por esta tarefa dentro da atual estrutura organizacional do IFMG – São João Evangelista.

Chama a atenção, no questionário dos servidores, a pergunta sobre as atitudes da direção para inibir a agressividade no Campus. 40% dos servidores afirmaram ser a Coordenação Geral de Atendimento ao Educando (CGAE) o setor responsável e que toma as medidas corretivas nos casos de *Bullying*. Para isso, o referido setor utiliza como instrumento de apoio, para a aplicação das medidas corretivas, o Regulamento Disciplinar do Corpo Discente, que se encontra no Manual do Estudante (IFMG, 2012b). Esses dados acima são confirmados pela legislação, que registra como normas de convivência social:

[...] o dever de ajudar a descobrir e cultivar valores da pessoa e da comunidade. Possibilita o crescimento, o bem estar e o melhor relacionamento entre os membros da comunidade do Instituto e ajuda no exercício da liberdade responsável. Assim, o Regulamento Disciplinar do Corpo Discente do IFMG – São João Evangelista-MG tem como objetivo servir como código de conduta e ética, fomentando uma convivência

pacífica e harmoniosa entre estudantes e servidores desta instituição. (IFMG, 2010a, p. 69)

Percebe-se, portanto, que na visão de muitos profissionais do Instituto, a CGAE é o setor responsável pela harmonia do ambiente de trabalho. Esta afirmação de exclusividade da responsabilidade é colocada em questão pelo próprio Projeto Pedagógico Institucional (PPI) (IFMG, 2010a), que aponta como atribuição dos professores o dever de construir um ambiente saudável para que não haja ideias ou princípios que conduzam a qualquer tipo de discriminação ou preconceito. No que se refere aos servidores, estas atribuições não ficam tão claras em relação a sua conduta com os estudantes, mas são estabelecidas como forma de valorizar as relações solidárias, o diálogo e a cooperação entre os pares. Seria interessante pensar na possibilidade de acrescentar esta proposta ao PPI, para que não deixe dúvidas ao fato de que todos os personagens do processo educacional são responsáveis pelas boas relações na instituição.

A Escola ideal é aquela que procura explicitar seus conflitos, trabalhando e discutindo divergências, valorizando o diálogo em todos os níveis e em todas as situações de conflito. Os profissionais devem apresentar coerência entre aquilo que apregoam para os estudantes e sua prática cotidiana. Os direitos, deveres, limites e normas considerados básicos para regular as relações pessoais e profissionais são definidos de forma democrática e coletiva. (IFMG, 2010a, p. 77)

Além das ações listadas, os funcionários da CGAE (psicólogos, assistente social, assistentes de alunos e coordenadores de alojamentos) estão sempre atentos para a busca de soluções de outros problemas que apareçam neste setor. Porém, percebe-se que,

mesmo sendo regulamentadas, essas ações precisam ser institucionalizadas e verificadas quanto a sua execução, já que, na análise dos questionários feita na segunda parte da pesquisa, a percepção da comunidade escolar aponta para um alto índice de práticas agressivas no campus.

As práticas agressivas são percebidas pela maior parte da comunidade escolar, conforme apresentado na Discussão dos Resultados, com destaque para a percepção dos estudantes que convivem diretamente com o problema. Importante apresentar a análise de que a diferença entre as percepções de práticas agressivas, no questionário dos servidores, se deu pela proximidade do profissional com a problemática, e talvez com a sensibilidade deste em relação ao fato. Seguindo a mesma linha de raciocínio do parágrafo acima, é necessário pontuar que a cultura de paz no ambiente educacional deve ser responsabilidade da comunidade escolar, envolvendo todos os atores deste ambiente de convivência. Esta afirmação aponta a relevância da atenção ao convívio social como processo formativo do desenvolvimento integral do estudante. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei 9.394, 1996, artigo 1º) “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

Outra reflexão de extrema relevância diz respeito à tolerância e ao respeito às diferenças individuais e suas manifestações físicas e comportamentais. Na questão que indagava diretamente sobre as justificativas para as agressões verbais presenciadas pelos pesquisados, os estudantes apontaram os motivos de aparência física (13%), questões raciais (8%) e de gênero (7%). A aparência física surgiu, ainda, como justificativa para agressões físicas presenciadas (6%). Na análise do resultado sobre os apelidos humilhantes que existem no Campus, 126 estudantes afirmaram serem as questões raciais (24%), a aparência física (22%) e as questões de gênero (7%), os motivos mais comuns para a escolha dos apelidos. Ou seja, as características individuais são utilizadas como forma de humilhação dos estudantes. Tornam-se alvos aqueles que possuem características que não condizem com as exigências da sociedade, em especial pela manifestação na aparência física.

O Projeto Pedagógico Institucional (2010) do IFMG, Campus São João Evangelista informa que a composição das turmas de estudantes é realizada:

de forma aleatória. Assim, as turmas são heterogêneas, o que dá a prática educativa uma lógica da complexidade vivida na realidade, estimulando o enfrentamento das diversidades, sejam elas de ordem social, cultural, econômicas, raciais ou cognitivas, o que torna o processo educativo mais formador e menos excludente. (IFMG, 2010a, item 4.3.2)

Um dos paralelos que levam à reflexão entre a percepção da comunidade escolar e da Legislação do Campus, é que a formação de turmas heterogêneas não garante, por si só, um processo educativo menos excludente. Essa pode ser a primeira prática do IFMG para a disseminação de uma cultura positiva em relação às diversidades. Pelos resultados apresentados, conclui-se que é necessário ir além, pois estas questões precisam ser trabalhadas, conscientizando toda a comunidade escolar sobre a sua importância.

Trabalhando os dados coletados por meio dos questionários e atendendo aos objetivos específicos desta dissertação, buscaram-se indícios da percepção da comunidade escolar do Campus São João Evangelista sobre as consequências do *Bullying* e sua interferência no grau de satisfação dos estudantes, no processo ensino-aprendizagem e no alcance dos objetivos institucionais.

No questionário dirigido aos estudantes, uma das questões indagava diretamente acerca da influência das agressões sofridas ou exercidas no grau de satisfação com a Instituição. 63% dos estudantes afirmaram que não existe essa influência. Logo em seguida, o questionário interrogava sobre as interferências das práticas agressivas no rendimento escolar, e 84% responderam que as agressões não interferiam no processo ensino-aprendizagem. Contudo, conforme analisado na Discussão dos Resultados da presente dissertação, a análise quantitativa não apresenta, neste caso específico, uma resposta conclusiva sobre o que foi pesquisado.

O *Bullying* é uma problemática social, mas antes de tudo pessoal; portanto, por mais que a maioria afirme a inexistência das influências, um número significativo,

qualitativamente, faz com que estas interferências precisem ser trabalhadas. Ou seja, a influência das agressões na satisfação e no rendimento existe, por mais que não seja apontada pela maioria dos pesquisados, até porque o conhecimento sobre o *Bullying* e o envolvimento de forma direta com este, também não atinge a maioria dos estudantes.

Segundo o pedagogo Antônio Carlos Gomes da Costa (2008), o caput do artigo 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado “traz as conquistas básicas do estado democrático de direito em favor da infância e da juventude para o interior da instituição escolar.” Acrescenta ainda que:

ao tratar do direito à educação, hierarquiza os objetivos da ação educativa, colocando em primeiro lugar o pleno desenvolvimento do educando como pessoa, em segundo lugar o preparo para o exercício da cidadania e em terceiro lugar a qualificação para o trabalho. Este é um ordenamento que não pode e não deve ser, em momento algum, ignorado na interpretação deste artigo. Esta hierarquia estabelece o primado da pessoa sobre as exigências relativas à vida cívica e ao mundo do trabalho, reafirmando o princípio basilar de que a lei foi feita para o homem e não o contrário. (Gomes da Costa, 2008, como citado em Gomes, 2011, p. 15)

Conclui-se que a percepção da comunidade escolar é de que existe, na vida de alguns estudantes, uma influência da agressão em seu grau de satisfação e rendimento escolar, o que justifica a necessidade de avaliação. Ao mesmo tempo, tal percepção coloca em risco o alcance dos objetivos institucionais do IFMG – São João Evangelista, já que uma única atitude agressiva pode ser suficiente para criar uma situação de

evasão, reprovação ou mesmo afetar negativamente a imagem da Instituição perante a sociedade.

A escola tem como minimizar os problemas do *Bullying* criando e implantando programas de intervenção *antibullying*, bem como acompanhar sua evolução, criando um ambiente favorável, encarando e aceitando as situações de *Bullying* como uma realidade do contexto social e escolar em que está inserido. (Barros, Carvalho e Pereira, 2009, p. 17)

Pelos questionários aplicados e análise dos dados coletados, é possível concluir que a comunidade escolar do Campus São João Evangelista necessita de subsídios teóricos para uma análise das consequências do *Bullying* e sua interferência no grau de satisfação dos estudantes, no processo ensino-aprendizagem e no alcance dos objetivos institucionais. Isso porque, na análise dos questionários, pode-se perceber que as respostas, muitas vezes, são dicotômicas em um mesmo instrumento. De qualquer forma, em uma análise qualitativa, é possível perceber que existem servidores e discentes preocupados com as influências de práticas agressivas no IFMG, e que as apontam como indicativas de *Bullying*.

## **6. Conclusões**

## 6. Conclusões

A gestão escolar possui preocupações com a qualidade do ensino acadêmico e a promoção do desenvolvimento intelectual dos estudantes. Porém, questões sociais se fazem necessárias para que o ambiente escolar promova o crescimento integral do ser humano. Assim, os gestores devem se preocupar com o favorecimento de uma cultura engajada na educação ética e cidadã.

Outro ponto relevante é a educação moral, parte importante da missão da escola porque forma o caráter, analisa os costumes, desenvolve boas ações e tem sobre a educação intelectual e comportamental uma grande influência.

Sendo assim, é fundamental compreender a grande responsabilidade daquele que vai gerir uma instituição escolar. É a partir das experiências de vida que as crianças e adolescentes vão construindo sua personalidade e adquirindo seus mecanismos de conduta e convivência. A escola é um espaço privilegiado na formação dos seres humanos, e seus compromissos sociais, políticos e culturais devem ser destacados.

Não é possível fazer a proposição de uma escola ética, engajada em suas responsabilidades, com a ocorrência de ações que contradigam essas ideias. Sendo assim, se faz necessário que haja coerência entre discurso e prática na educação através de atos e intervenções. É necessário que a comunidade escolar se conheça e avalie as percepções dos demais participantes deste processo.

A formação ética acontece na educação quando a sociedade, a escola, professor e aluno lutam por uma educação transformadora, dialógica e conscientizadora. Nessa perspectiva, alunos e professores são engajados numa dimensão participativa, crítica e criativa no processo da construção do conhecimento, onde todos ensinam e todos aprendem. (IFMG, 2010a, item 4.3.1)

Para isso, é mister salientar que a conscientização começa através de ações como dialogar, refletir, valorizar situações diferenciadas, ouvir e compreender, pesquisar, construir, enxergar o outro. É fundamental valorizar a partilha e a ação de fazer amigos, respeitando a liberdade e a individualidade como essências que devem ser estimadas. É importante lembrar que, dentre as propostas apresentadas pelos inqueridos desta dissertação, a conscientização foi a resposta que mais se destacou, levando a ideia de que é melhor evitar o problema do que corrigi-lo. Um exemplo claro disso é a descrição do Processo Administrativo Nº 23000.077080/2005-18 (IFMG, 2005) apresentado na Discussão dos Resultados deste trabalho. Apesar de este ser uma referência na Instituição, já que depois dele não houve casos quanto à prática de trotes que precisassem ser avaliados pela Comissão Disciplinar, apresenta também dados negativos quanto às penalizações dos estudantes e a desistência de outros jovens da primeira série que não suportaram a prática de trotes.

As práticas relacionadas aos trotes, que, por serem repetidas, podem ser consideradas indícios de *Bullying*, são constantemente observadas no IFMG. Mas atualmente, são casos isolados que, com a aplicação da Legislação Disciplinar do Corpo Discente, podem, em sua maioria, ser resolvidos.

Uma reflexão sobre as consequências das ações punitivas se faz necessária, seja pela remuneração de funcionários envolvidos na apuração de fatos (lembrando que no caso do Processo acima citado foram 110 dias de trabalho efetivo), seja pela perda de estudantes para o Campus e pela perda de novos profissionais no mercado de trabalho (já que alguns estudantes desligados da Instituição estavam na terceira série e se formariam naquele ano), ou mesmo impacto negativo sobre a imagem da Instituição perante a sociedade com a divulgação de casos de agressões tão sérios a toda comunidade escolar. Mesmo assim, a preocupação maior deve ser relacionada às consequências pessoais e coletivas das práticas de agressões, sejam elas verbais, físicas ou morais, que levam ao sofrimento no ambiente de convivência. Como afirmado ao longo da presente dissertação, as práticas de *Bullying*, ou indícios do mesmo, atingem todos aqueles que se relacionam de alguma forma com a Instituição.

Sob esta ótica, o *Bullying*, tema tratado nesta pesquisa, deve ser um assunto de grande importância para o planejamento de ações que possam minimizá-lo. As ações punitivas são necessárias em alguns momentos, como forma de intervenção emergencial e exemplo do que pode acontecer caso as regras de convivência e respeito ao próximo não sejam seguidas. Mas as ações preventivas e conscientizadoras devem ser o foco

principal da Gestão Escolar, conforme apontado na Fundamentação Teórica e pelo resultado da pesquisa de campo realizada.

Pensando preventivamente, em uma gestão democrática, a escola deve se preocupar com a formação do professor e dos funcionários que se relacionam diretamente com os estudantes, e com esses jovens em especial, por serem parte interessada do processo, como fator determinante para a qualidade social da educação. Afinal, a Educação tem como finalidade a formação de indivíduos críticos e criativos, preparados para o pleno exercício da cidadania.

O desenvolvimento e o melhoramento das competências profissionais e a mediação entre pares proporciona novas formas de abordagem dos conflitos na escola:

a gestão eficaz de resolução dos conflitos na escola é, certamente, um agente catalisador de ambientes propícios à aprendizagem, a todos os níveis – social, pessoal e acadêmico – e, portanto, imprescindível no domínio educativo. ... apelando a uma participação activa por parte dos alunos no processo de resolução dos problemas e conduzindo-os no sentido de melhor responderem aos problemas que surgem no contexto escolar, dentro e fora da sala de aula. Factos que, por si só, são (segundo vários autores) desencadeadores do exercício de uma cidadania activa. (Pacheco, 2006, p. 13)

A afirmação inicial, presente na Introdução dessa dissertação, de que as dinâmicas e manifestações interpessoais influenciam todos os níveis de funcionamento do Campus, foi colocada em análise ao longo do estudo. Pode-se concluir que, de forma qualitativa, as agressões são consideradas relevantes para a visão institucional. Afirma-

se a postura de que um ambiente educacional pleno é possível pela gestão democrática e pela atenção aos direitos coletivos e individuais.

Após este estudo, percebe-se a necessidade de os gestores do IFMG – Campus São João Evangelista repensarem os objetivos de uma Educação democrática e de convivência harmoniosa, com a criação de um “Programa de Enfrentamento ao *Bullying* Escolar”. Mais do que isto, a sugestão é a de que a temática seja constantemente trabalhada pelos autores envolvidos na Educação do Campus, abrindo espaços de reflexão para que os estudantes também possam se implicar nas decisões acerca da promoção de uma convivência saudável.

Com a sugestão acima, torna-se relevante lembrar o Programa Olweus de Prevenção ao *Bullying* (POPB), já comentado no item 3.2. referente à gestão escolar, desta dissertação. Este Programa *antibullying* criado pelo professor Dan Olweus, em 1993, conseguiu após sua implantação em escolas da Noruega reduzir os índices de *Bullying* escolar em até 50% (Lopes Neto *et al.*, 2003). Também Chalita, já citado no mesmo capítulo da gestão escolar, apresenta orientações importantes para a construção de uma proposta que atenda as necessidades e os anseios da comunidade do IFMG.

Segundo Amorim (2009, p. 1), “No que diz respeito às formas de intervenção, elas variam de enfoque/modelos, mas, em geral, utilizam a proposta de mudança de clima do ambiente escolar (a cultura da paz), o desenvolvimento de habilidades sociais e melhora da autoestima dos envolvidos: agressores, vítimas e testemunhas.” Assim, a criação de um programa de enfrentamento ao *Bullying* precisa ser contextualizada, levando em consideração as características da instituição com atenção à cultura local e à realidade social de sua população.

A proposta para o Programa específico do IFMG – Campus São João Evangelista abrangeria atividades durante todo o ano letivo e seria embasado, estruturalmente, em três linhas interligadas de ações.

A primeira linha teria como proposta a formação continuada dos profissionais em relação às temáticas de Respeito, Convivência, Direitos Individuais e Prática do *Bullying*. O objetivo seria um nivelamento entre todos os personagens do processo educacional em relação às suas percepções sobre a problemática, já que na pesquisa percebeu-se uma percentagem bem maior de servidores que não percebem esta prática no campus do que entre os estudantes que vivenciam diretamente o processo. Além disso, é interessante que o profissional trate destas questões de forma assertiva, para que as ações possam ser mais consistentes. E, por fim, que estas ações não sejam baseadas

em opiniões pessoais, mas que sejam pensadas por pessoas capacitadas e institucionalizadas para uma prática efetiva.

A segunda linha seria diretamente relacionada com os estudantes, num trabalho de conscientização através de dinâmicas entre turmas, espaços de socialização interativos, palestras e trabalho constante em sala de aula para a garantia de uma reflexão sobre o ganho social que resulta do respeito à diversidade. Como os estudantes se originam de aproximadamente 60 cidades diferentes, essa diversidade é riquíssima e os hábitos, comidas, linguajar, modo de vestir implicam em um currículo oculto de formação da sua personalidade. Conhecer as peculiaridades daqueles com quem se convive é enriquecer culturalmente, e esta linha teria como viés a discussão das questões relacionadas ao *Bullying* para a compreensão dos direitos de cada um e do dever de respeito ao próximo.

A terceira linha para a execução deste programa seria um repensar sobre a legislação existente no IFMG – Campus São João Evangelista, reformulando algumas afirmações com a inclusão do tema *Bullying*. Esta linha do Projeto seria coordenada pela Gestão Escolar, pois repensar os documentos que regem o espaço educacional é também reavaliar as bases e estratégias de Gestão e Administração do cotidiano da instituição. Três documentos foram analisados nesta Conclusão, de modo a apresentar as considerações finais desta Dissertação em relação a cada um destes: Projeto Pedagógico Institucional (IFMG, 2010a), Manual do Estudante (IFMG, 2012b) e Estatuto (IFMG, 2012d).

No Projeto Pedagógico Institucional (IFMG, 2010a), no item referente às atribuições do professor, seria interessante a proposta de analisar a colocação de uma visão mais positiva da educação, com a defesa de ideias ou princípios que valorizem as diferenças e a aceitação do próximo em respeito às diversidades culturais, raciais, de gênero ou de qualquer outro tipo. Do mesmo modo, nas considerações sobre os servidores, seria interessante acrescentar, dentre as suas atribuições, a ideia de primar pelas boas relações na instituição, como já foi comentado nas considerações do item 5.3 da presente dissertação. O que se pretende, nestas considerações sobre o PPI (IFMG, 2010a), é propor uma sócio-educação como meta do IFMG – São João Evangelista, na crença de que um espaço de convivência respeitoso aumenta a possibilidade de um espaço educacional mais saudável e produtivo.

Sobre a Comunidade Acadêmica, o Projeto Pedagógico Institucional prescreve que a Gestão Institucional deve primar “*por uma atuação pautada nas garantias*

*previstas na Carta Magna*”(IFMG, 2010a, Item 4.5). Na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (2012), o artigo referência em se tratando de Direitos da Criança e do Adolescente é aquele que apresenta:

é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, 2012, Artigo 227)

Portanto, a atuação da Gestão deve se preocupar com o ambiente primordialmente de educação, que é a Instituição Escolar, mas também com o viés de saúde integral, lazer, respeito e convivência, dentre todos os outros listados acima. Isso quer dizer que, para deixar crianças e adolescentes a salvo de negligências e agressões, é preciso dar luz às situações conflituosas que se apresentam no ambiente educacional. Mais do que isso, é preciso que a Gestão assuma responsabilidade de Proteção Integral – doutrina jurídica da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (2012) e do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069, 1990) – sob os estudantes da Instituição.

O Manual do Estudante, confeccionado anualmente pelo IFMG – São João Evangelista, é distribuído para todos os alunos do Campus no início de cada ano letivo. Importante instrumento de informação sobre a instituição, seu conteúdo é explicativo da estrutura organizacional e contém o Regulamento Disciplinar do Corpo Discente. Este documento é de extrema relevância para os objetivos de uma gestão democrática, visto

que a disseminação da informação é o passo mais importante no processo de responsabilização de todos pelo espaço de convivência, do qual fazem parte. Outra importante pontuação é que a reformulação anual deste documento também atende ao critério de contextualização do conteúdo, mencionado ao longo desta dissertação como essencial para uma análise de casos.

Relacionando o Manual do Estudante à temática da presente dissertação, seria interessante se o documento pudesse ser reavaliado quanto ao acréscimo da legislação voltada para os casos específicos de *Bullying*. Tal proposta atende à necessária institucionalização dessa prática, tratando-a como assunto de Educação, Disciplina e Respeito ao Próximo. Além disso, sugere-se que as Normas Disciplinares tenham como base a conscientização, mas também que possam descrever advertências específicas para os episódios e as reincidências das atitudes caracterizadoras do *Bullying*.

O Estatuto do IFMG (IFMG, 2012d), para alcançar a proposta de atenção ao *Bullying* como forma de melhorar a convivência no Campus, necessitaria acrescentar em seus objetivos e finalidades uma reflexão sobre a inclusão da educação voltada para a prática da cidadania. Este documento prioriza em suas atribuições uma educação acadêmica de qualidade e, na maioria de seu texto, deixa de lado o viés social, cultural e exemplar de uma Instituição Educacional. Tal reflexão também pode ser realizada na leitura dos dois primeiros documentos. No PPI (IFMG, 2010a), o viés amplo de responsabilização do Instituto para uma Educação Integral aparece com maior frequência do que no Manual do Estudante e no Estatuto, mas ainda não de forma suficiente para atender à Doutrina de Proteção Integral.

Para o presente estudo, o acréscimo do termo *Bullying* nos documentos que pautam a convivência entre estudantes seria uma forma de regulamentar a existência de uma preocupação institucional com a sua prática dentro do Campus IFMG – São João Evangelista. A sugestão não é simplesmente que o combate às práticas de *Bullying* seja transformado em lei, mas que seja trabalhado de maneira coletiva. Com a implantação de um Programa de Enfrentamento, a proposta não é gerir punições, mas estimular reflexões. Ter a convivência como plano de discussão é respeitar o ambiente escolar como espaço de troca, onde se aprende e ensina constantemente, seja na sala de aula, nos corredores, nos refeitórios, nos espaços reais e virtuais.

Diante dos desafios a serem encarados pela comunidade escolar e dos caminhos a serem percorridos pelos atores envolvidos na Educação, maximizando o respeito e minimizando às práticas do *Bullying*, o reconhecimento de qualquer forma de violência

como um problema social leva a entender que estes são também problemas de Gestão Institucional. Ao mesmo tempo, amplia o campo de responsabilização, afirmando que ao se gerir a Educação, se gere também vidas e histórias.

## **Referências bibliográficas**

## Referências bibliográficas<sup>9</sup>

- Amado, J., Matos, A., Pessoa, T. & Jäger, T. (2009). *Cyberbullying: um desafio à investigação e à formação*. Revista Interações. Nº 13, pp. 301-326. Recuperado em 15 de maio, 2011, de <http://www.repositorio.ipsantarem.pt/handle/10400.15/360>
- Amorim C. (2009). *Bullying: compreensão e intervenção – experiências internacionais*. IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR. Recuperado em 12 de maio, 2011, de [http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3442\\_2206.pdf](http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3442_2206.pdf)
- Barañano, A. M. (2008). *Métodos e técnicas de investigação em gestão*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Barbosa P. A. (2007). *Projeto de Lei nº 350, de 2007. Programa de Combate ao Bullying do Governo do Estado de São Paulo*. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Recuperado em 22 de maio, 2011, de <http://www.google.com.br/search?hl=en&output=search&client=psy-ab&q=Projeto+de+Lei+n%C2%BA+350%2C+de+2007.+Programa+de+Combate+ao+Bullying+do+Governo+do+Estado+de+S%C3%A3o+Paulo&btnG=>
- Barbosa R. C. (n. d.) *Bullying: uma naturalização de difícil convivência*. João Pessoa, PB. Recuperado em 11 de janeiro, 2013, de <http://www.uv.es/asabranca/encontre/barbosa.pdf>
- Barros, P. C., Carvalho, J. E. & Pereira, M. B. F. L. O. (2009). Um estudo sobre *Bullying* no contexto escolar. IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR. Recuperado em 10 de março, 2012, de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/10169/1/Um%20estudo%20sobre%20%20bullyingEDUCERE2009.pdf>
- Binsfeld, A. R. & Lisboa, C. S. M. (2010). *Bullying: um estudo sobre papéis sociais, ansiedade e depressão no contexto escolar do sul do Brasil*. Interpersona, 'pp.' 74-105. Recuperado em 10 de março, 2011, de [http://www.academia.edu/507999/Bullying\\_Um\\_estudo\\_sobre\\_papeis\\_sociais\\_ansiedade\\_e\\_depressao\\_no\\_contexto\\_escolar](http://www.academia.edu/507999/Bullying_Um_estudo_sobre_papeis_sociais_ansiedade_e_depressao_no_contexto_escolar)
- Both, L. J. R. G., Stival, M. C. E. E., Raduenz, E. (2009). A percepção do *Bullying* na escola na perspectiva dos estudantes: notas preliminares. IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR. Recuperado em 10 de março, 2011, de [http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3634\\_2204.pdf](http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3634_2204.pdf)
- Calbo A. S. (2009). *Bullying na escola: comportamento agressivo, vitimização e conduta pró-social entre pares*. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Recuperado em 11 de janeiro, 2013, de <http://www.contextosclinicos.unisinos.br/pdf/62.pdf>
- Calhau, L. B. (2009). *Bullying: o que você precisa saber. Identificação, prevenção e repressão*. Niterói: Impetus.
- Carvalhosa, S., Lima, L. & Matos, M. (2001). *Bullying – a provocação/vitimização entre pares no contexto escolar português*. Recuperado em 08 de março, 2011, de <http://www.scielo.oces.mtces.pt/pdf/asp/v19n4/v19n4a04.pdf>
- Cecchin, R. & Vieira, M. M. M. (2012). *O Curso Técnico em Agropecuária: histórico e perfil dos alunos e egressos*. Trabalho de conclusão de curso do curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. Recuperado em 12 de dezembro, 2012, de <http://www.vanessanogueira.info/sifedoc/Anais/Eixo%2004/Raul%20Cecchin%20e%20Marilandi%20Maria%20Mascarello%20Vieira.pdf>

<sup>9</sup>De acordo com o estilo APA – American Psychological Association, 5ª edição.

- Chalita, G. (2008). *Pedagogia da amizade – Bullying: o sofrimento das vítimas e dos agressores*. São Paulo, SP: Gente.
- Conselho Nacional de Justiça (2010). *Bullying – Projeto Justiça nas Escolas*. Conselho Nacional de Justiça. Recuperado em 30 de outubro, 2010, de [http://www.cnj.jus.br/images/Justica\\_nas\\_escolas/cartilha\\_web.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/Justica_nas_escolas/cartilha_web.pdf)
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988* (2012). Brasília, DF. Recuperado em 12 de dezembro, 2012, de <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102408>
- Costa, J. N., Araújo, J. F. S., Lima, P. A., Santos, F. P., Almeida, D. C., Pina, N. K. S., Santos, A. V., Barbosa, R. C., Oliveira, A. G. de, Bandeira, C. M. B., Santos, M. S. F., Andrade, R. R. D. (2010). Segurança na escola: lugares de *Bullying* e lugares de paz. *Anais do XII Encontro de Extensão*. Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Recuperado em 09 de fevereiro, 2013, de [www.prac.ufpb.br/anais/XIENEX.../4/4CCHSADCSAPL02.doc](http://www.prac.ufpb.br/anais/XIENEX.../4/4CCHSADCSAPL02.doc)
- Faleiros, V. P. & Faleiros E. S. (2007). *Projeto Escola que Protege: enfrentamento a violência contra crianças e adolescentes*. [Cartilha] Vicente de Paula Faleiros, Eva Silveira Faleiros, Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Recuperado em 07 de setembro, 2011, de <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154588por.pdf>
- Fante, C. (2005). *Fenômeno Bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz*. (2ª ed.) Campinas: Verus Editora.
- Fante, C. (2010). *Programa de Enfrentamento ao Bullying no ambiente escolar - Campanha aprender sem medo*. [Cartilha] Plan Brasil. São Luís, MA. Recuperado em 04 de abril, 2012, de <http://www.plan.org.br/publicacoes/index.html>
- Freire, P. (2002). *Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido*. (9ª ed.) Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Fundo das Nações Unidas para a Infância (1990). *A convenção sobre os direitos da criança*. Assembleia Geral das Nações Unidas, ratificada por Portugal. Recuperado em 23 de agosto, 2011, de [http://www.unicef.pt/docs/pdf\\_publicacoes/convencao\\_direitos\\_crianca2004.pdf](http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf)
- Gadotti, M. (2000). *Autonomia da escola: princípios e propostas*. São Paulo, SP: Cortez.
- Gomes, M. M. (2011). *O Bullying e a responsabilidade civil do estabelecimento de ensino privado*. Jus Navigandi, Teresina, PI. Recuperado em 07 de setembro, 2011, de <http://jus.com.br/revista/texto/18907>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2009). *Pesquisa Nacional da Saúde do Escolar – PeNSE*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Recuperado em 22 de julho, 2011, de <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/pense/pense.pdf>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). *São João Evangelista – MG – Estatísticas*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Recuperado em 22 de julho, 2011, de <http://www..ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>
- Instituto Federal Minas Gerais (2005). *Processo Administrativo nº 23000.077080/2005-18 – Trote praticado por alunos da 2ª e 3ª séries em alunos da 1ª série*. Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista.
- Instituto Federal Minas Gerais (2010a). *Projeto Pedagógico Institucional – PPI*. Ministério da Educação, Instituto Federal Minas Gerais, Campus São João Evangelista. Recuperado em 08 de março, 2011, de <http://www.agronet.gov.br/images/stories/downloads/ppisje.pdf>
- Instituto Federal Minas Gerais (2010b). *Resolução n. 18, de 20 de maio de 2010*. Regimento Interno do Conselho Superior do Instituto Federal Minas Gerais. Ministério da Educação. Recuperado em 10 de julho, 2011, de [www.ifmg.edu.br/portal/index.php/institucional/doc\\_download/38-regimento-interno-do-conselho-superior+conseho+superor+regimento+interno+ifmg](http://www.ifmg.edu.br/portal/index.php/institucional/doc_download/38-regimento-interno-do-conselho-superior+conseho+superor+regimento+interno+ifmg)
- Instituto Federal Minas Gerais (2010c). *Resolução n. 21, de 16 de julho de 2010*. Regimento Geral do Instituto Federal Minas Gerais. Ministério da Educação. Recuperado em 10 de julho, 2011, de <http://www.ifmg.edu.br/portal/index.php/legislacao/regimento-geral>

- Instituto Federal Minas Gerais (2012a). *Histórico*. Instituto Federal Minas Gerais, Campus São João Evangelista. Recuperado em 18 de dezembro, 2012, de [http://www.agronet.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=355:historico&catid=71:a-instituicao&Itemid=7](http://www.agronet.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=355:historico&catid=71:a-instituicao&Itemid=7)
- Instituto Federal Minas Gerais (2012b). *Manual do estudante 2012* [Manual]. Ministério da Educação, Instituto Federal Minas Gerais, Campus São João Evangelista.
- Instituto Federal Minas Gerais (2012c). *Resolução n. 25, de 15 de março de 2012*. Regimento de Ensino do Instituto Federal Minas Gerais. Ministério da Educação. Recuperado em 10 de julho, 2012, de <http://www.agronet.gov.br/images/stories/downloads/Normas/RegimentodeEnsinodoIFMG.pdf>
- Instituto Federal Minas Gerais (2012d). *Resolução n. 36, de 26 de abril de 2012*. Estatuto do Instituto Federal Minas Gerais. Ministério da Educação. Recuperado em 10 de julho, 2012, de <http://www.ifmg.edu.br/portal/index.php/legislacao/estatuto-do-ifmg>
- Khoury, C. G. (2007). *A importância do processo de gestão democrática para o desenvolvimento sócio-moral da criança*. Rio de Janeiro. Pedagogia em Foco. Recuperado em 05 de setembro, 2011, de <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/edinf03.htm>
- Lei 8.069/1990, de 13 de junho de 1990* (1990). Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente – ECA e dá outras providências. Brasília, DF. Recuperado em 05 de setembro, 2011, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm)
- Lei 9.394/1996, de 26 de dezembro de 1996*. (1996). Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Brasília, DF. Recuperado em 05 de setembro, 2011, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)
- Lopes Neto, A. A. (2005). *Bullying – comportamento agressivo entre estudantes*. *Jornal de Pediatria*, 81(5) 164-172. Recuperado em 01 de novembro, 2012, de <http://www.scielo.br/pdf/jped/v81n5s0/v81n5Sa06.pdf>
- Lopes Neto, A. A., Monteiro Filho, L. & Saavedra, L. H. (2003). *Programa de redução do comportamento agressivo entre estudantes*. Rio de Janeiro, RJ. ABRAPIA: Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência. Recuperado em 06 de agosto, 2011, de <http://www.observatoriodainfancia.com.br/pdf/doc-154.pdf>
- Lourenço, L., Pereira, B., Paiva, D. & Gebara, Carla (2009). A gestão educacional e o *Bullying*: um estudo em escolas portuguesas. *Revista Interações*. 13 208-228. Recuperado em 08 de julho, de <http://repositorio.ipsantarem.pt/handle/10400.14/354>
- Luckesi, C. C. (2007). *Gestão Democrática da escola, ética e sala de aula*. ABC Educatio. São Paulo, SP: Criarp. Recuperado em 05 de setembro, 2011, de [http://www.luckesi.com.br/textos/abc\\_educatio/abceducatio\\_64\\_gestao\\_democratica\\_da\\_escola.pdf](http://www.luckesi.com.br/textos/abc_educatio/abceducatio_64_gestao_democratica_da_escola.pdf)
- Lück, H. (2000). *Gestão escolar e formação de gestores*. Brasília: Revista Em Aberto. 17 (72), 1-195, fev./jun. 2000. Recuperado em 03 de julho, 2013, de [http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/em\\_aberto\\_72](http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/em_aberto_72)
- Mascarenhas, S. (2006). Gestão do *Bullying* e da indisciplina e qualidade do bem-estar psicossocial de docentes e discentes do Brasil (Rondônia). *Revista Psicologia, Saúde & Doenças*. 7(1) 95-107. Recuperado em 08 de julho, 2013, de <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/PSD/v7n1a08.pdf>
- Matos, F. A. P. S. de, Jesus, S. N. de, Simões, H. M. R., & Nave, F. J. G. M. (2010). *Escala para avaliação das situações de Bullying nas praxes do ensino superior*. Recuperado em 15 de dezembro, 2012, de <http://www.metodista.br/ev/psicologia-da-saude/anais-1/2011/comunicacao-oral/co22/TEXT0%20INTEGRAL%20%20Escala%20Para%20Avaliacao%20Das%20Situacoes%20De%20Bullying%20Nos%20Totes%20Do%20Ensino%20Superior%20Ap.pdf>
- New South Wales, Department of Education & Communities (2011). *Bullying: preventing and responding to student bullying in schools guidelines*. Sydney: NSW Department of

- Education & Communities. Recuperado em 20 de junho, 2013, de <http://www.dec.nsw.gov.au/>
- Pacheco, F. M. C. (2006). *A Gestão de conflitos na escola – a mediação como alternativa*. Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Administração e Gestão Educacional. Universidade Aberta. Lisboa. Recuperado em 05 de dezembro, 2012, de <http://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/666/1/LC209.pdf>
- Palácios, M. & Rego, S. (2006). *Bullying: mais uma epidemia invisível?* *Revista Brasileira de Educação Médica*, 30(1) 3-5. Recuperado em 05 de abril, 2011, de <http://www.scielo.br/pdf/rbem/v30n1/v30n1a01.pdf>
- Pereira, B. (1997). *Estudo e prevenção do Bullying no contexto escolar: os recreios e as práticas agressivas da criança*. Braga: Universidade do Minho, Instituto de Estudos da Criança. Recuperado em 08 de setembro, 2011, de <http://sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3966/1/Recreios%20escolares%20e%20preven%C3%A7%C3%A3o%20da%20viol%C3%Aancia.pdf>
- Plan (2009). *Pesquisa Escolar no Brasil*. Plan Brasil. São Paulo, SP. Recuperado em 20 de abril, 2012, de [http://arquivo.campanhaeducacao.org.br/semana/2011/pesquisa\\_plan\\_resumo.pdf](http://arquivo.campanhaeducacao.org.br/semana/2011/pesquisa_plan_resumo.pdf)
- Plan (2010). *Bullying Escolar no Brasil. Relatório Final*. Plan Brasil. São Paulo, SP. Recuperado em 24 de março, 2011, de [http://escoladafamilia.fde.sp.gov.br/v2/Arquivos/pesquisa-Bullying\\_escolar\\_no\\_brasil.pdf](http://escoladafamilia.fde.sp.gov.br/v2/Arquivos/pesquisa-Bullying_escolar_no_brasil.pdf)
- Plan (2013). *Origem da Plan Brasil*. São Paulo, SP. Recuperado em 24 de março, 2011, de <http://www.plan.org.br/quemsomos/origem/conteudo/91.html>
- Saraiva A. M. P. F. (2011). *Bullying: o que a Pedagogia tem a ver com isso?* Monografia apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de Estado do Rio de Janeiro para a obtenção de Licenciatura em Pedagogia.
- Santos Júnior, A. B., Bispo, F. C. S. & Moura, L. S. (2007). *A influência da cultura organizacional na gestão de competências*. IV Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. Associação Educacional Dom Bosco. Resende, RJ. Recuperado em 03 de julho, 2013, de [http://www.aedb.br/seget/artigos07/1075\\_A%20INFLUENCIA%20DA%20CULTURA%20ORGANIZACIONAL%20NA%20GESTAO%20DE%20COMPETENCIAS.pdf](http://www.aedb.br/seget/artigos07/1075_A%20INFLUENCIA%20DA%20CULTURA%20ORGANIZACIONAL%20NA%20GESTAO%20DE%20COMPETENCIAS.pdf)
- Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (2007). *Proteger para educar: a escola articulada com as redes de proteção de crianças e adolescentes (SECAD 5)*. Brasília, DF: Ministério da Educação. Recuperado em 09 julho, 2013, de <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000015504.pdf>
- Seixas, S. (2005). Violência escolar: metodologias de identificação dos alunos agressivos e/ou vítimas. *Análise Psicológica*, 23(2) 97-110. Recuperado em 02 de abril, 2011, de <http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?lng=pt&nrm=iso>
- Silva, A. B. B. (2010). *Bullying: mente perigosa nas escolas*. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva.
- Vinha, T. P. (1996, agosto). Valores Morais em Construção. *Revista AMAE-Educando*, 28(1) 6-12.
- Waiselfisz, J. J. & Maciel, M. (2003). *Revertendo violências, semeando futuros: avaliação de impacto do programa abrindo espaços no Rio de Janeiro e em Pernambuco*. Brasília: UNESCO. Recuperado em 02 de fevereiro, 2013, de <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001297/129708por.pdf>
- Zabala, A. (2007). *A prática educativa: como ensinar*. Porto Alegre: Artmed.

## **Anexos e Apêndices**

# Anexos

## Anexo A: Processo Administrativo no 23000.077080/2005-18 – Termo de Revista

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23000.077080/2005-18

1  
M.F.

TROTE PRATICADO POR ALUNOS DA 2ª E 3ª SÉRIES EM ALUNOS DA 1ª SÉRIE

### TERMO DE REVISTA DO QUARTO 13 E APREENSÃO DE FITA VHS COM FILMAGEM DE TROTES

No dia 23 de fevereiro de 2005 fui procurado, por volta das dez horas, pelo auxiliar de serviços gerais [REDACTED] que desenvolve suas atividades nos setores do refeitório e alojamento masculino. O [REDACTED] me disse que recebeu uma denúncia verbal de um aluno novato, de que estavam acontecendo trotes no quarto 13 do alojamento e que estes estavam sendo filmados. Disse também que quem estava filmando os trotes era o aluno [REDACTED] e provavelmente a filmadora e a fita estavam em seu poder, guardadas no seu armário no quarto 13. Fiquei preocupado com a denúncia, uma vez que o trote é proibido pelo regulamento disciplinar do corpo discente desta Escola, e neste início de ano tivemos alguns problemas relacionados ao trote, inclusive com agressões físicas.

Chamei então o Coordenador de Alojamentos [REDACTED] e, acompanhados do [REDACTED] fomos procurar pelo aluno [REDACTED]. O aluno estava próximo ao refeitório, chamei-o então para que nos acompanhasse até o quarto 13. Chamei também os alunos [REDACTED] e [REDACTED], também moradores do quarto 13 para que nos acompanhassem como testemunhas.

Quando chegamos ao quarto 13, solicitei ao aluno [REDACTED] que abrisse o seu armário, pois havia recebido uma denúncia e precisava fazer uma vistoria no mesmo, com base no regulamento disciplinar dos alojamentos em seu artigo 14, letra b (Artigo 14º "É dever do aluno interno permitir, a qualquer momento, a vistoria do quarto, armários e outros pertences, que se encontram no interior do mesmo, com presença de um de seus moradores"). Encontrei no armário do aluno [REDACTED] uma filmadora e informei ao mesmo que iria assistir à fita encontrada dentro da máquina. Inicialmente, o aluno mostrou resistência, não queria que assistíssemos à filmagem, dizendo que não havia nada de importante gravado na fita. Informei ao aluno que, caso não houvesse nada, a fita seria devolvida sem conseqüências, mas que iria apurar a denúncia. Dirigimo-nos à sala 11 do prédio escolar para assistir à fita. Chamei para assistir à fita o Diretor do Departamento Educacional, o professor [REDACTED] e a Orientadora Educacional, a professora [REDACTED]. Ao assistirmos à fita, comprovamos que a denúncia era verdadeira, que foram aplicados trotes nos alunos novatos e os mesmos foram filmados pelo aluno [REDACTED]. Informei ao referido aluno que de a fita estava apreendida, que os fatos seriam apurados, e que posteriormente o mesmo seria ouvido para relatar os fatos e apresentar sua defesa. Solicitei ao funcionário [REDACTED] que formalizasse a denúncia e entregasse, por escrito, na Coordenação Geral de Atendimento ao Educando no dia seguinte, para que as devidas providências fossem tomadas.

Desta feita, lavrei o presente termo de revista do quarto 13 e de apreensão da fita com as imagens dos trotes praticados pelos alunos da 2ª e 3ª séries nos alunos da 1ª série, o qual assino como autor e solicito aos servidores [REDACTED] e [REDACTED] a assinarem como co-autores, o aluno [REDACTED] como proprietário da filmadora e da fita e os alunos [REDACTED] e [REDACTED], como testemunhas.

São João Evangelista, 24 de fevereiro de 2005.

[REDACTED] – Coordenador Geral de Atendimento ao Educando

[REDACTED] – Coordenador de Alojamentos

[REDACTED] – Auxiliar de Serviços Gerais

[REDACTED] – Proprietário da Filmadora e da Fita

[REDACTED] – Testemunha

[REDACTED] – Testemunha



5  
n.f.:

Em seguida, fez-se uma brincadeira onde as personagens eram os servidores [REDACTED] e [REDACTED]. Os servidores, na peça, deveriam demonstrar medo dos "TAs Maus". O gabiru que representava o servidor [REDACTED] ficou sentado embaixo da mesa e tremendo, para demonstrar medo, conforme pode ser visto no vídeo. Nesta cena, os próprios gabirus deram palpites na organização, o que foi percebido pelos veteranos como uma forma de estarem gostando da brincadeira e gostando de aparecer.

Da filmagem da marcha na parte externa do alojamento participaram três alunos que não residem nos alojamentos, que o interrogado sabe quem são, não quer dizer os nomes, mas informou estar tudo claro na filmagem. Nesta cena o interrogado apenas filmou.

O interrogado informou que tem conhecimento desistência de alunos novatos, neste ano, em decorrência de pressão promovida pelos trotes. Informou que ficou sabendo que alunos novatos foram agredidos na brincadeira de CORREDOR DA MORTE, na semana que antecedeu a sua chegada à Escola.

O interrogado disse que tem conhecimento do Regulamento Interno da Escola, de que o trote constitui falta grave, mas não pensava que a fita fosse apreendida.

O interrogado afirma que o presente depoimento foi colhido sem uso de qualquer constrangimento ou pressão, ficando o interrogado durante todo o tempo à vontade para registrar toda e qualquer informação que o mesmo entendesse importante para o esclarecimento dos fatos e para sua defesa.

São João Evangelista, 01 de março de 2005.

[REDACTED]

– Interrogado

[REDACTED]

Interrogante

[REDACTED]

[REDACTED] – Testemunha

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23000.077080/2005-18

6  
n.f.

TROTE PRATICADO POR ALUNOS DA 2ª E 3ª SÉRIES EM ALUNOS DA 1ª SÉRIE

DEPOIMENTO DO ALUNO [REDACTED]

O Professor [REDACTED] – Interrogante – solicitou a [REDACTED] – Interrogado – que relatasse os fatos de que tem conhecimento a respeito do trote ocorrido nos alojamentos da Escola neste início de ano letivo e sobre sua participação nos referidos fatos.

O interrogado, morador do quarto 16 do alojamento masculino, informou que chegou na Escola no dia 15 de fevereiro, e que ficou sabendo que no dia 16 ou 17 de fevereiro, antes das sete horas, aconteceu uma MARCHA no alojamento masculino, da qual o interrogante não tem conhecimento, apenas ouviu falar e que foi promovida por alunos veteranos. Depois deste trote, aconteceu o trote do sábado dia 19 à noite, quando um aluno do alojamento passou mal. Neste dia, o interrogado acordou com o barulho de gritos, correria nos corredores e chutes nas portas, mas não se levantou de sua cama. Disse que ficou sabendo no dia seguinte do episódio do aluno apelidado "Haxixe", que passou mal, após sofrer agressão, quando um aluno deu-lhe uma "voadora". Esta informação foi prestada ao interrogado pelo próprio agredido, afirmando ser o agressor um aluno da segunda série. Os alunos novatos do quarto quatro estavam pensando em desistir da Escola por causa dos trotes, inclusive alguns estavam chorando, quando receberam o apoio do interrogado, do [REDACTED] e do [REDACTED]. O informante entende que a agressão física ao aluno novato é uma covardia. Com relação à fita, o informante disse que os novatos não foram forçados fisicamente, e que participou como assistente e sugeriu algumas idéias referentes ao jeito de fazer a gravação e de promover as brincadeiras. Afirmou que participou em apenas um momento registrado na fita. As brincadeiras foram a DANÇA no ritmo Axé, comandadas pelos alunos veteranos, com sugestões inclusive dos novatos. O interrogado também, durante a dança, levantou a mão para fazer a brincadeira do TESÃOZINHO. Também assistiu à brincadeira do TIRO AO ALVO, comandada por alunos que o interrogado sabe quem são, mas não quis citar o nome. Posteriormente ficou sabendo que aconteceu a MARCHA, quando estava ausente, provavelmente no refeitório ou no prédio de aulas, o que não soube informar ao certo. Informou que a marcha foi organizada pelos alunos [REDACTED].

Ficou sabendo da desistência de dois irmãos por causa de trote e por causa do problema com o aluno [REDACTED].

O interrogado disse que tem conhecimento do Reguiamento Interno da Escola, e de que o trote constitui falta grave. Disse que o trote é uma tradição da Escola, como um meio de entrosar os alunos e conhecer melhor os novatos. Informou ainda que os trotes de que tem conhecimento foram por ele considerados leves. Considera que aconteceram trotes pesados, como a agressão ao aluno "Haxixe". Informou que a desistência do aluno que teve problemas com o [REDACTED] nada tem a ver com o [REDACTED], podendo ser a citação do [REDACTED] apenas retaliação do aluno desistente aos alunos que aqui ficaram. Informou ainda que ouviu dizer que o aluno desistente afirmara que o [REDACTED] estava portando arma na Escola para matá-lo, o que foi dito pelo próprio [REDACTED] e por mais pessoas. Afirmo que a questão da arma portada pelo [REDACTED] não é verdade, é um absurdo.

O interrogado afirma que o presente depoimento foi colhido sem uso de qualquer constrangimento ou pressão, ficando o interrogado durante todo o tempo à vontade para

[REDACTED] [REDACTED] [REDACTED]

registrar toda e qualquer informação que o mesmo entendesse importante para o esclarecimento dos fatos e para sua defesa.

4  
n.f.:

São João Evangelista, 01 de março de 2005.

[Redacted] – Interrogado

[Redacted] – Interrogante

[Redacted] – Testemunha

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23000.077080/2005-18

TROTE PRATICADO POR ALUNOS DA 2ª E 3ª SÉRIES EM ALUNOS DA 1ª SÉRIE

DEPOIMENTO DO ALUNO [REDACTED]

O Professor [REDACTED] – Interrogante – solicitou a [REDACTED] – Interrogado – que relatasse os fatos de que tem conhecimento a respeito do trote ocorrido nos alojamentos da Escola neste início de ano letivo e sobre sua participação nos referidos fatos.

O interrogado, morador do quarto 21 do alojamento masculino, informou que chegou à Escola na segunda-feira dia 21 de fevereiro por volta das oito horas, com seu primo [REDACTED]

Não participou de uma filmagem no quarto 13, mas participou da filmagem da MARCHA da terça-feira dia 22, por convocação dos veteranos [REDACTED]

[REDACTED] O interrogado participou da marcha por desconhecer a realidade da Escola.

O interrogado considerou o trote constrangedor e humilhante, muito ruim.

Não ouviu falar de desistência de aluno por causa dos trotes.

O interrogado foi informado pelo aluno [REDACTED] – I-07 e outros alunos de seu quarto de que o trote é proibido, mas admitiu participar dos trotes porque "a gente fica até com medo dos caras", porque depois os veteranos podiam pegá-lo na rua.

O interrogado afirma que o presente depoimento foi colhido sem uso de qualquer constrangimento ou pressão, ficando o interrogado durante todo o tempo à vontade para registrar toda e qualquer informação que o mesmo entendesse importante para o esclarecimento dos fatos e para sua defesa.

São João Evangelista, 03 de março de 2005.

[REDACTED] – Interrogado

[REDACTED] – Interrogante

[REDACTED] – Testemunha

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23000.077080/2005-18

217

TROTE PRATICADO POR ALUNOS DA 2ª E 3ª SÉRIES EM ALUNOS DA 1ª SÉRIE

DEPOIMENTO DO ALUNO [REDACTED]

O Professor [REDACTED] -- Interrogante -- solicitou a [REDACTED] -- Interrogado -- que relatasse os fatos de que tem conhecimento a respeito do trote ocorrido nos alojamentos da Escola neste início de ano letivo e sobre sua participação nos referidos fatos.

O interrogado, morador do quarto 19 do alojamento masculino, informou que chegou à Escola na terça-feira dia 15 de fevereiro por volta das onze horas. À noite aconteceu uma bagunça, na qual alguns alunos mandaram que o interrogado abrisse a porta, mas este não abriu e os veteranos saíram para outro quarto, onde arrebentaram a porta. Não viu os veteranos, porque não abriu a porta.

Informou que não participou da MARCHA ocorrida no dia 16 pela manhã, porque conseguiu fugir, orientado por um aluno que vende doce, o [REDACTED] -- L-05. Este mesmo [REDACTED] orientou o interrogado na noite anterior para não abrir a porta do quarto e sempre procura conversar e orientar positivamente os alunos novatos, a quem o interrogado agradece e pede à Direção da Escola que lhe faça um reconhecimento.

No sábado dia 19, após a meia-noite, aconteceu o CORREDOR DA MORTE, quando o interrogado estava em seu quarto e não abriu a porta, não participando, portanto, dos fatos.

Participou de uma filmagem no quarto 13, onde participou do TEATRO (desempenhou o papel de [REDACTED] e de gato), da MARCHA, e de CAÇAR PETRÓLEO, sob orientação dos veteranos [REDACTED]

[REDACTED] (que nada fez e apenas ficou olhando os fatos) e [REDACTED]

Também não participou da filmagem da MARCHA da terça-feira dia 22.

Alguns veteranos envolvidos nos trotes procuraram o interrogado e solicitaram que o seu depoimento os aliviasse. O interrogado não soube citar os nomes dos veteranos que o procuraram.

O interrogado considerou o trote constrangedor e humilhante.

Ouviu falar de desistência de alguns, inclusive um de sua turma D, ocorrido no dia 02 de março, por causa dos trotes.

O interrogado foi informado pelo aluno [REDACTED], por professores e na reunião com a Direção da Escola de que o trote é proibido, mas admitiu participar dos trotes porque sentiu medo de depois ser apanhado na rua, como os seus colegas [REDACTED] e [REDACTED], que foram obrigados a limpar república na cidade.

O interrogado afirma que o presente depoimento foi colhido sem uso de qualquer constrangimento ou pressão, ficando o interrogado durante todo o tempo à vontade para registrar toda e qualquer informação que o mesmo entendesse importante para o esclarecimento dos fatos e para sua defesa.

São João Evangelista, 03 de março de 2005.

[REDACTED] -- Interrogado

[REDACTED] -- Interrogante

[REDACTED] -- Testemunha

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23000.077080/2005-18

62  
n.º

TROTE PRATICADO POR ALUNOS DA 2ª E 3ª SÉRIES EM ALUNOS DA 1ª SÉRIE

DEPOIMENTO DO ALUNO [REDACTED]

O Professor [REDACTED] – Interrogante – solicitou ao aluno [REDACTED] – Interrogado – que relatasse os fatos de que tem conhecimento a respeito do trote ocorrido nos alojamentos da Escola neste início de ano letivo e sobre sua participação nos referidos fatos, principalmente na condição de vítima de agressão física, seguida de hospitalização.

O interrogado, morador do quarto quatro do alojamento masculino, disse que no dia 19 de fevereiro à noite saiu para lancha na cidade com os colegas. Quando voltaram, um pouco antes da meia-noite, os veteranos mandaram que os novatos marchassem pela escada acima, gritando "um, dois, três, quatro, os TA são um barato". Os veteranos são: [REDACTED] e outros dos quais não se lembra. Entrou no quarto do alojamento e depois ficou esperando que o telefone desocupasse para ligar para sua mãe, quando o veterano [REDACTED] o obrigou a entrar no quarto, desligar a luz. O veterano saiu e o interrogado foi se deitar. Posteriormente bateram (chutando para quebrar) na porta do quarto do interrogado, gritando para abrir, quando o interrogado não abriu. Após a terceira vez que os veteranos bateram na porta do quarto, os colegas de quarto do interrogado abriram a porta, entraram três encapuzados e retiraram todos os novatos do quarto, quando o interrogado ouviu os encapuzados chamaram pelo nome "[REDACTED]". Ficou no quarto apenas o [REDACTED] deitado e escondido em sua cama. Neste momento o interrogado começou a passar mal, ou seja, o interrogado disse: "comecei a passar mal no momento em que os veteranos batiam na porta, fiquei tremendo, suando frio e com muito medo de tudo". Mesmo assim, o novato saiu do quarto marchando. Não consegui identificar os organizadores da marcha. Quando voltou marchando pelo corredor, iniciou-se o CORREDOR DA MORTE: "Alguns alunos dando murros, braços pra lá, pernas pra cá, todos encapuzados. Levei um chute nas costas quando corria de volta para o quarto. Quando cheguei ao quarto, gritei para que os colegas abrissem a porta. Entrei, deitei na minha cama e comecei a passar mal. Entrei em estado de choque tremendo, tremendo mesmo. O [REDACTED] e o [REDACTED] me deram água com açúcar. Os colegas me ajudaram a vestir e fui para o hospital, levado pelo [REDACTED] e acompanhado pelo [REDACTED] e [REDACTED] – Turma B. O [REDACTED] ficou falando para o pessoal que se eu fosse mais fraco poderia morrer. Fui atendido pelo médico no hospital, que aplicou-me uma injeção e passou uma receita com calmantes. Tenho a receita no quarto, que será guardada. Não falei a verdade para a minha mãe, porque se o fizesse ela me buscaria imediatamente. Nunca passei mal e nunca fui hospitalizado antes por passar mal desta forma. Passei mal no refeitório, após jogar futebol, depois que fui agredido e hospitalizado. Não voltei a passar mal. Acho alguns trotes normais e levei tudo na brincadeira. Os alunos que me pediram para abrandar os depoimentos são: [REDACTED]

Afirmou que o [REDACTED] não está envolvido nos trotes. Posteriormente disse que o [REDACTED] estava apenas encostado numa porta quando os novatos corriam de volta para os quartos. Perguntado pelo interrogante por que, mesmo não conseguindo se lembrar de outros veteranos que praticavam trote, o interrogado se lembrou do [REDACTED] e disse numa primeira fala que o mesmo não está envolvido nos trotes, e numa segunda fala que apenas não viu o [REDACTED] praticar trote, o interrogado não apresentou razões da referência ao [REDACTED].

Soube que dois alunos desistiram da Escola em função do trote, mas não soube identificá-los.

O interrogado afirma que o presente depoimento foi colhido sem uso de qualquer constrangimento ou pressão, ficando o interrogado durante todo o tempo à vontade para registrar toda e qualquer informação que o mesmo entendesse importante para o esclarecimento dos fatos e para sua defesa.

63  
n.º 14.

São João Evangelista, 10 de março de 2005.

[Redacted]

– Interrogado

[Redacted]

[Redacted]

– Interrogante

[Redacted]

– Testemunha

Anexo G: Processo Administrativo no 23000.077080/2005-18 – Notificação de acusado



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SÃO JOÃO EVANGELISTA – MG

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23000.077080/2005-18

TROTE PRATICADO POR ALUNOS DA 2ª E 3ª SÉRIES EM ALUNOS DA 1ª SÉRIE

NOTIFICAÇÃO DE ACUSAÇÃO

São João Evangelista, 13 de maio de 2005.

Ao Aluno

A Comissão Disciplinar da Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista-MG, designada pela Portaria nº 130, de 16 de agosto de 2004, do Diretor Geral desta Escola, no uso de suas atribuições legais, após proceder à apuração das denúncias de trote praticado por alunos da segunda e terceira séries em alunos da primeira série, e

1. colhendo depoimentos escritos dos denunciante;
2. analisando gravações de sessões de trote em fita de videocassete apreendida no alojamento masculino da Escola;
3. colhendo depoimentos escritos das vítimas dos trotes;
4. colhendo depoimentos escritos dos agentes das sessões de trote;
5. analisando os depoimentos colhidos,

resolve:

1. Notificar o aluno [REDACTED] de que está sendo acusado neste processo de:
  - 1.1. Praticar trotes leves (Tesãozinho; Assustar armário e poste; Batismo; Elogio aos veteranos).
  - 1.2. Praticar trotes médios (Buscar água e levar talheres no refeitório; Carregar bolsas dos veteranos; Caçar petróleo).
  - 1.3. Praticar trotes graves (Participação efetiva em filmagens aplicando trotes; ameaça de ralar nos setores; Limpeza de república;).
  - 1.4. Praticar trotes gravíssimos (Organização de trotes; Filmagem do trote).
2. Informar o mesmo aluno de que, considerando os fatos apurados neste processo e o enquadramento destes fatos no Regulamento Disciplinar do Corpo Discente desta Escola, através de estudo criterioso da Comissão Disciplinar, está sujeito às seguintes penalidades:
  - 2.1. Advertência Escrita, assinada pelo Pai ou Responsável.
  - 2.2. Prestação de Serviços no Refeitório da Escola por sete dias; Perda do direito da bolsa alimentação; advertência Escrita, assinada pelo Pai ou Responsável.
  - 2.3. Prestação de Serviços no Refeitório da Escola por quinze dias; Perda do direito da bolsa alimentação; advertência Escrita, assinada pelo Pai ou Responsável.
  - 2.4. Prestação de Serviços nas UEP'S (Unidade Educativa de Produção) da Escola, nos finais de semana no período 15/05/2005 a 28/08/2005; Perda do direito da bolsa alimentação; advertência Escrita, assinada pelo Pai ou Responsável.
  - 2.5. Prestação de Serviços nas UEP'S (Unidade Educativa de Produção) da Escola, nos finais de semana no período 15/05/2005 a 27/11/2005; Perda do direito da bolsa alimentação; advertência Escrita, assinada pelo Pai ou Responsável.
  - 2.6. Suspensão por 15 dias de Aula Perda do direito da bolsa alimentação; advertência Escrita, assinada pelo Pai ou Responsável.
  - 2.7. Perda do Direito de Residir nos Alojamentos da Escola; Perda do direito da bolsa alimentação; advertência Escrita, assinada pelo Pai ou Responsável.
  - 2.8. Perda do Direito de Uso do Refeitório da Escola; advertência Escrita, assinada pelo Pai ou Responsável.

Missão da EAFSJE-MG: "Consolidar-se como um Centro de Educação, promovendo o desenvolvimento humano e contribuindo para o progresso." – [REDACTED]  
Av. Primeiro de Junho, nº 1043 – Centro – São João Evangelista – MG – CEP 39705-000  
Telefax: (33) 3412 2900 – E-mail: eafsjemg@adronet.gov.br – Home page: www.adronet.gov.br [REDACTED]



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SÃO JOÃO EVANGELISTA – MG

109  
n.º 1

- 2.9. Desligamento da Escola.
- Determinar, de acordo com o Regulamento Interno da Escola, o prazo de cinco dias úteis, a contar do recebimento desta notificação, para apresentação de defesa, a ser protocolada no Setor de Serviços Gerais desta Escola.
  - Advertir os alunos acusados neste processo de que a integridade moral e física de todos os alunos e servidores – direta ou indiretamente envolvidos neste processo, bem como de seus bens de diversas naturezas – estão, de princípio, sob responsabilidade dos acusados.**

A Comissão Disciplinar informa que as penalidades propostas nesta notificação têm, em primeiro lugar, caráter sócio-educativo, já que a Escola possui regras democráticas e devidamente esclarecidas a todos os alunos que aqui se matriculam, ao mesmo tempo em que contempla, dentro de seu calendário de eventos, atividades que buscam a definição e a adoção de valores que visam prevenir atitudes que trazem prejuízos às pessoas que aqui trabalham ou estudam, de forma especial àqueles alunos que deixam seus lares em fase infanto-juvenil, protegendo-os das hostilidades das pessoas que já se encontram equilibradas neste ambiente escolar, mantendo desta forma a integridade emocional, física e moral destes jovens.

Informa também que, mesmo quando se trata de penalidade extrema – desligamento da Escola – é o reconhecimento da necessidade urgente da família retomar o direcionamento e ajuste da educação de seu filho, que, no ambiente que a Escola tem condições de oferecer, não tem respondido de forma produtiva para o mesmo, para os seus colegas, para a Escola, para a família e, enfim, para a sociedade onde vivemos.

Respeitosamente,

[Redacted]  
MEMBRO  
[Redacted]  
MEMBRO  
[Redacted]  
MEMBRO  
[Redacted]  
MEMBRO

[Redacted]  
MEMBRO  
[Redacted]  
PRESIDENTE  
[Redacted]  
MEMBRO  
[Redacted]  
MEMBRO

De acordo,

[Redacted]  
Diretor Geral

Recebi a 1ª via em: 13/05/05

[Redacted]

[Redacted]



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SÃO JOÃO EVANGELISTA – MG

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23000.077080/2005-18  
TROTE PRATICADO POR ALUNOS DA 2ª E 3ª SÉRIES EM ALUNOS DA 1ª SÉRIE  
PARECER FINAL DA COMISSÃO DISCIPLINAR

167  
M.F.

São João Evangelista, 02 de junho de 2005.

Ao Aluno

A Comissão Disciplinar da Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista-MG, designada pela Portaria nº 130, de 16 de agosto de 2004, do Diretor Geral desta Escola, no uso de suas atribuições legais, após: 1º - proceder à apuração das denúncias de trote praticado por alunos da segunda e terceira séries em alunos da primeira série; 2º - redigir o indiciamento e a notificação de acusação aos autores de trote; 3º - analisar criteriosamente os recursos de defesa apresentados pela parte interessada, 4º - Considerar o histórico disciplinar do aluno nesta Escola, resolve:

1. Considerar que o recurso de defesa apresentado neste processo pelo aluno descrito acima não procede, uma vez que não apresenta fatos novos.

2. **Determinar as seguintes medidas sócio educativas:**

Advertência Escrita, assinada pelo Pai ou Responsável; (Obs.: Caso o aluno não tenha 18 anos, a presença do pai ou responsável é obrigatória, e o não comparecimento implicará no acionamento do Conselho Tutelar.)

2.1. Perda do Direito de Residir nos Alojamentos desta Escola

2.2. Perda total do direito de uso do refeitório desta Escola;

2.3. Perda do direito de usufruir do programa de bolsa alimentação desta Escola;

2.4. Prestação de Serviços na UEP (Unidade Educativa de Produção) de Zootecnia II da Escola, nos finais de semana no período 18/06/2005 a 27/11/2005.

3. Informar ao aluno de que o não cumprimento das medidas relacionadas acima acarretará no seu desligamento da Escola.

4. Advertir o aluno acusado neste processo de que a integridade moral e física de todos os alunos e servidores – direta ou indiretamente envolvidos neste processo, bem como de seus bens de diversas naturezas – estão, de princípio, sob responsabilidade dos acusados.

A Comissão Disciplinar informa que as penalidades determinadas para os envolvidos neste processo têm, em primeiro lugar, caráter sócio-educativo, já que a Escola possui regras democráticas e devidamente esclarecidas a todos os alunos que aqui se matriculam, ao mesmo tempo em que contempla, dentro de seu calendário de eventos, atividades que buscam a definição e a adoção de valores que visam prevenir atitudes que trazem prejuízos às pessoas que aqui trabalham ou estudam, de forma especial àqueles alunos que deixam seus lares em fase infanto-juvenil, protegendo-os das hostilidades das pessoas que já se encontram equilibradas neste ambiente escolar, mantendo desta forma a integridade emocional, física e moral destes jovens.

Respeitosamente,

[Assinatura]  
Membro

[Assinatura]  
Membro

[Assinatura]  
Presidente

[Assinatura]  
Membro

[Assinatura]  
Membro

[Assinatura]  
Membro

[Assinatura]  
Membro

[Assinatura]  
Membro

De acordo,

[Assinatura]  
Diretor Geral

Missão da EAFSJE-MG: "Consolidar-se como um Centro de Educação,  
promovendo o desenvolvimento humano e contribuindo para o progresso."  
Av. Primeiro de Junho, nº 1043 – Centro – São João Evangelista – MG – CEP 39705-000  
Telefax: (33) 3412 2900 – E-mail: [eafsiemg@agronet.gov.br](mailto:eafsiemg@agronet.gov.br) – Home page: [www.agronet.gov.br](http://www.agronet.gov.br)

Anexo I: Processo Administrativo no 23000.077080/2005-18 – Parecer final – coletivo



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SÃO JOÃO EVANGELISTA – MG

176  
N.Y.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23000.077080/2005-18  
PARECER FINAL DA COMISSÃO DISCIPLINAR

	Nome do aluno	Turma	Idade	Penalidade
1.	Acusado 9	■	02/06/1987 18 anos	1- Advertência Escrita; 2- Perda do direito de residir nos alojamentos da Escola; 3 – Prestação de serviços na UEP de Zootecnia III nos finais de semana no período 18/06/2005 a 27/11/2005.
2.	Acusado 10	■	20/05/1987 18 anos	1- Advertência Escrita; 2- Prestação de serviços no refeitório desta Escola servindo almoço no período de 13 a 23 de junho de 2005.
3.	Acusado 1	■	23/07/1985 20 anos	1- Advertência Escrita; 2- Perda do direito de residir nos alojamentos da Escola; 3- Perda da bolsa alimentação; 4 – Perda do direito de uso do refeitório; 5 – Prestação de serviços na UEP de Zootecnia II da Escola, nos finais de semana no período 18/06/2005 a 27/11/2005.
4.	Acusado 11	■	18/04/1988 17 anos	1- Advertência Escrita; 2- Prestação de serviços no refeitório desta Escola nas seguintes datas: 18/06; 19/06; 25/06; 26/06; 02/07; 03/07; 30/07 e 31/07.
5.	Acusado 22	■	14/01/1984 21 anos	1- Advertência Escrita; 2- Perda do direito de uso do refeitório desta Escola.
6.	Acusado 2	■	09/08/1986 18 anos	1- Advertência Escrita; 2- Prestação de serviços na UEP de Zootecnia III nas seguintes datas: 18/06; 19/06; 25/06; 26/06; 02/07; 03/07; 30/07 e 31/07.
7.	Acusado 3	■	14/05/1988 17 anos	Desligamento da Instituição.
8.	Acusado 4	■	25/03/1987 18 anos	1- Advertência Escrita; 2- Perda do direito de uso do refeitório; 3- Perda da bolsa alimentação; 4 – Prestação de serviços na UEP de Agricultura I da Escola, nos finais de semana no período 18/06/2005 a 27/11/2005.
9.	Acusado 5	■	12/06/1985 20 anos	1- Advertência Escrita; 2- Prestação de serviços na UEP de Zootecnia III nas seguintes datas: 18/06; 19/06; 25/06; 26/06; 02/07; 03/07; 30/07 e 31/07.
10.	Acusado 6	■	24/07/1986 18 anos	1- Advertência Escrita; 2- Perda do direito de residir nos alojamentos da Escola; 3- Perda da bolsa alimentação; 4 – Perda do direito de uso do refeitório; 5 – Prestação de serviços na UEP de Zootecnia III da Escola, nos finais de semana no período 18/06/2005 a 27/11/2005.
11.	Acusado 12	■	29/11/1986	1- Advertência Escrita; 2- Prestação de serviços no refeitório da Escola servindo

Missão da EAFSJE-MG: "Consolidar-se como um Centro de Educação,  
promovendo o desenvolvimento humano e contribuindo para o progresso."  
Av. Primeiro de Junho, nº 1043 – Centro – São João Evangelista – MG – CEP 39705-000  
Telefax: (33) 3412 2900 – E-mail: eafsiemg@agronet.gov.br – Home page: www.agronet.gov.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SÃO JOÃO EVANGELISTA – MG

177

2.0.0

			18 anos	almoço no período de 13 a 20 de junho.
12.	Acusado 19	■	08/05/1985 20 anos	1- Advertência Escrita; 2- Perda do direito de uso do refeitório.
13.	Acusado 20	■	07/05/1982 23 anos	1- Advertência Escrita; 2- Perda do direito de uso do refeitório.
14.	Acusado 13	■	18/08/1987 17 anos	1- Advertência Escrita; 2- Prestação de serviços na UEP de Zootecnia III nas seguintes datas: 18/06; 19/06; 25/06; 26/06; 02/07; 03/07; 30/07 e 31/07.
15.	Acusado 7	■	19/08/1985 19 anos	Desligamento da Instituição.
16.	Acusado 21	■	16/02/1982 23 anos	1- Advertência Escrita; 2- Perda do direito de uso do refeitório.
17.	Acusado 14	■	14/03/1989 16 anos	1- Advertência Escrita; 2- Perda do direito de residir nos alojamentos da Escola; 3- Prestação de serviços na UEP de Agricultura I da Escola, nos finais de semana no período 18/06/2005 a 04/09/2005.
18.	Acusado 15	■	07/09/1988 16 anos	1- Advertência Escrita; 2- Perda do direito de residir nos alojamentos da Escola; 3- Perda da bolsa alimentação; 4 – Prestação de serviços no refeitório da Escola nas seguintes datas: 18/06; 19/06; 25/06; 26/06; 02/07; 03/07; 30/07 e 31/07.
19.	Acusado 16	■	10/07/1987 17 anos	1- Advertência Escrita; 2- Perda do direito de residir nos alojamentos da Escola; 3- Prestação de serviços na UEP de Zootecnia II da Escola, nos finais de semana no período 18/06/2005 a 04/09/2005.
20.	Acusado 17	■	25/06/1987 17 anos	1- Advertência Escrita; 2- Prestação de Serviços refeitório desta Escola, nas seguintes datas: 18/06; 19/06; 25/06; 26/06; 02/07; 03/07; 30/07, 31/07; 06/08 e 07/08/2005.
21.	Acusado 18	■	29/01/1988 17 anos	1- Advertência Escrita; 2- Prestação de serviços na UEP de Zootecnia II da Escola, nos finais de semana no período 18/06/2005 a 04/09/2005.
22.	Acusado 8	■	18/11/1987 17 anos	Desligamento da Instituição.

São João Evangelista, 13 de junho de 2005

Missão da EAFSJE-MG: "Consolidar-se como um Centro de Educação,  
promovendo o desenvolvimento humano e contribuindo para o progresso."  
Av. Primeiro de Junho, nº 1043 – Centro – São João Evangelista – MG – CEP 39705-000  
Telefax: (33) 3412 2900 – E-mail: [efsiemg@agronet.gov.br](mailto:efsiemg@agronet.gov.br) – Home page: [www.agronet.gov.br](http://www.agronet.gov.br)

## Anexo J: Autorização de Pesquisa no IFMG



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS**  
**CAMPUS SÃO JOÃO EVANGELISTA**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
Avenida Primeiro de Junho, nº 1043 – Bairro Centro – São João Evangelista – Minas Gerais – CEP: 39.705-000  
(33) 3412-2902 – [dap.sje@ifmg.edu.br](mailto:dap.sje@ifmg.edu.br)

### Autorização de Pesquisa

Senhora Pesquisadora

Christiana de Castro Ferreira Alves

Professora do IFMG – Campus São João Evangelista

Informamos que a pesquisa **“GESTÃO ESCOLAR: UMA ANÁLISE DO FENÔMENO BULLYING EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO.”** está autorizada a se realizar neste Campus, constando das seguintes partes:

1. Análise da legislação do Instituto Federal Minas Gerais – Campus São João Evangelista.
2. Aplicação de questionário aos estudantes do Ensino Médio.
3. Aplicação de questionário aos servidores (Administrativos, Gestores e Professores).

Para que os trabalhos transcorram com tranquilidade e alcancem os objetivos propostos, reforçamos a importância de se obedecer às normas institucionais e os princípios éticos de pesquisa.

Atenciosamente,

  
Nildimar Gonçalves Madeira

Diretor Geral do IFMG – Campus São João Evangelista

## Anexo K: Estrutura Organizacional do IFMG, Campus São João Evangelista



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL MINAS GERAIS  
CAMPUS SÃO JOÃO EVANGELISTA

### 1. Diretor Geral

- 1.1. Chefia de Gabinete
  - 1.1.1. Coordenação de Cerimonial e Eventos
- 1.2. Assessoria de Comunicação

### 2. Departamento de Desenvolvimento Educacional

- 2.1. Coordenação Geral de Pesquisa e Extensão
  - 2.1.1. Coordenação de Arte e Cultura
  - 2.1.2. Mobilizador Senar
  - 2.1.3. Mobilizador Projeto Rondon
  - 2.1.4. Coordenação de Estágio e Relações Empresariais
- 2.2. Coordenação Geral de Ensino Médio e Técnico
  - 2.2.1. Coord. Curso Técnico em Nutrição e Dietética
  - 2.2.2. Coord. Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática
  - 2.2.3. Coord. Curso Técnico em Agropecuária
  - 2.2.4. Coordenação Ensino Médio
  - 2.2.5. Coordenação Proeja
  - 2.2.6. Coord. de Registro Escolar do Ensino Médio
- 2.3. Coordenação Geral de Atendimento ao Educando
  - 2.3.1. Coordenação do Refeitório, Agroindústria e Vestuário
  - 2.3.2. Coordenação do Alojamento Masculino
  - 2.3.3. Coordenação do Alojamento Feminino
- 2.4. Coordenação Geral de Graduação e Pós-Graduação
  - 2.4.1. Coord. Curso Tecnologia em Silvicultura e Técnico em Meio Ambiente
  - 2.4.2. Coord. Curso Bacharelado em Sistemas de Informação
  - 2.4.3. Coord. Curso Bacharelado em Agronomia
  - 2.4.4. Coord. dos Cursos de Licenciatura
  - 2.4.5. Coord. de Registro Escolar da Graduação e Pós-Graduação
  - 2.4.6. Coord. de Biblioteca e Reprografias

### 3. Departamento de Administração e Planejamento

- 3.1. Coordenação de Planejamento
- 3.2. Coordenação de Gestão de Pessoas
- 3.3. Coordenação de Tecnologia da Informação
- 3.4. Coordenação Geral de Planejamento, Monitoramento e Controle
  - 3.4.1. Coordenação de Produção de Alimentos de Origem Animal e Vegetal
    - 3.4.1.1. Coordenação de Produção Agrícola
    - 3.4.1.2. Coordenação de Produção Animal
    - 3.4.1.3. Coordenação de Jardinagem e Produção de Mudanças
  - 3.4.2. Coordenação do Patrimônio
  - 3.4.3. Coordenação do Almoxarifado
  - 3.4.4. Coordenação da Cooperativa dos Alunos
  - 3.4.5. Coordenação de Transporte e Mecanização
  - 3.4.6. Coordenação do Setor de Compras
  - 3.4.7. Coordenação de Serviços de Apoio
    - 3.4.7.1. Coordenação de Manutenção e Infra-Estrutura

# Apêndices

## Apêndice A: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



### UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO – UTAD

MESTRADO EM GESTÃO

“Gestão escolar: uma análise do fenômeno *Bullying* em uma instituição da Rede Federal de ensino”

Mestranda: *Christiana de Castro Ferreira Alves*

Orientadores: *Prof. Dr. Timothy Koehnen e Profa. Mestre Izabela de Castro Ferreira Saraiva*

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

A pesquisa “Gestão Escolar: uma análise do fenômeno *Bullying* em uma instituição da Rede Federal de ensino” é desenvolvida pela aluna Christiana de Castro Ferreira Alves no Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro de Portugal. O trabalho está sob a orientação do Professor Doutor Timothy Koehnen e coorientação da Professora Mestre Izabela de Castro Ferreira Saraiva.

Esta investigação tem como objetivo principal analisar as vivências dos alunos dos cursos técnicos integrados do IFMG - Campus São João Evangelista para identificar se existem práticas de *Bullying* no Campus e se essas práticas influenciam nos relacionamentos interpessoais, no processo ensino-aprendizagem e na gestão escolar. Para atingir este objetivo, pretende-se entrevistar professores, administrativos, gestores e alunos que possam contribuir com a pesquisa.

A coleta de dados será efetuada por meio de questionários individuais e estruturados, a serem aplicados no ambiente de trabalho/estudo dos respectivos participantes.

Importante informar que a participação nesta pesquisa é voluntária, não acarretando quaisquer riscos ou gastos, assim como não se prevê remuneração aos inqueridos. Os dados coletados no decorrer da entrevista não serão diretamente relacionados a quem os expressou, garantindo-se o sigilo quanto à identidade do participante nas publicações referentes à pesquisa.

Os resultados desta pesquisa serão parte integrante da dissertação de mestrado da pesquisadora, que se compromete a comunicar o fim da pesquisa e a forma de acesso ao texto final. O participante da entrevista poderá desistir da participação a qualquer momento, bastando para isso comunicar sua decisão à pesquisadora.

Concordo com os termos definidos acima e aceito participar da presente pesquisa.

São João Evangelista, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Assinatura do Participante: \_\_\_\_\_.

Caso necessite entrar em contato com a pesquisadora:

Christiana de Castro Ferreira Alves

E-mail: [christiana.alves@ifmg.edu.br](mailto:christiana.alves@ifmg.edu.br)



**UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO – UTAD**

MESTRADO EM GESTÃO

“Gestão escolar: uma análise do fenômeno *Bullying* em uma instituição da Rede Federal de ensino”

Mestranda: *Christiana de Castro Ferreira Alves*

Orientadores: *Prof. Dr. Timothy Koehnen e Profa. Mestre Izabela de Castro Ferreira Saraiva*

**QUESTIONÁRIO I**  
**Estudantes do Ensino Técnico Integrado**

**A) CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDANTE:**

1. Gênero:  
 Masculino.  
 Feminino.
2. Série:  
 1ª série.  
 2ª série.  
 3ª série.
3. Idade:  
 14 anos.  
 15 anos.  
 16 anos.  
 17 anos.  
 18 anos ou mais.
4. Moradia:  
 Alojamento.  
 República ou hotel.  
 Com a família em São João Evangelista.  
 Com a família em outra cidade.

**B) PERCEÇÃO GERAL:**

5. Você tem conhecimento de algum tipo de agressão praticada a estudante deste Campus?  
 Sim. Neste caso, passar para a questão 7.  
 Não. Neste caso, favor responder somente a questão 6 do questionário.
6. Para você, o que contribui para que não ocorram agressões físicas e verbais no Campus?  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
7. Sobre agressões que você tem conhecimento:
  - 7.1 Você sofreu algum tipo de agressão neste Campus?  
 Sim. 1 vez.  
 Sim. De 2 a 5 vezes.  
 Sim. De 6 a 10 vezes.  
 Sim. Mais de 10 vezes.  
 Não.

- 7.2 Como você classifica a(s) agressão(ões) sofrida(s) por você?
- Muito Leve(s).
  - Leve(s).
  - Moderada(s).
  - Pesada(s).
  - Muito pesada(s).
- 7.3 Alguma vez você praticou algum tipo de agressão neste Campus?
- Sim. 1 vez.
  - Sim. De 2 a 5 vezes.
  - Sim. De 6 a 10 vezes.
  - Sim. Mais de 10 vezes.
  - Não.
- 7.4 Como você classifica a(s) agressão(ões) praticada(s) por você?
- Muito Leve(s).
  - Leve(s).
  - Moderada(s).
  - Pesada(s).
  - Muito pesada(s).
- 7.5 Alguma vez você testemunhou alguma agressão no campus (sem ser vítima ou agressor)?
- Sim. 1 vez.
  - Sim. De 2 a 5 vezes.
  - Sim. De 6 a 10 vezes.
  - Sim. Mais de 10 vezes.
  - Não.
- 7.6 Como você classifica a(s) agressão(ões) testemunhada(s) por você?
- Muito Leve(s).
  - Leve(s).
  - Moderada(s).
  - Pesada(s).
  - Muito pesada(s).

**Dentre as agressões conhecidas,  
escolha aquela que mais lhe impressionou, para responder os itens C e D do questionário:**

### C) PERCEPÇÃO – AGRESSÃO VERBAL:

8. Você já testemunhou, sofreu ou praticou alguma **agressão verbal** neste Campus?  
 Sim.  
 Não. Favor, pular para a questão 15.
9. Onde ocorreu a **agressão verbal**?  
 No alojamento.  
 No refeitório.  
 Na sala de aula.  
 No pátio escolar.  
 Outros: \_\_\_\_\_
10. Em que horário aconteceu a **agressão verbal**?  
 Durante o dia – de 2ª a 6ª feira.  
 Durante o dia – nos finais de semana.  
 Durante a noite – de 2ª a 6ª feira.  
 Durante a noite – nos finais de semana.
11. A **agressão verbal** foi referente a algum tipo de preconceito?  
 Sim. Por motivo racial.  
 Sim. Por motivo da idade.  
 Sim. Por motivo do gênero.  
 Sim. Por motivo da religião.  
 Sim. Por motivo de origem social ou econômica.  
 Sim. Por motivo da aparência física.  
 Sim. Outros motivos: \_\_\_\_\_  
 Não.
12. A **agressão verbal** aconteceu quando você cursava a:  
 1ª série.  
 2ª série.  
 3ª série.
13. Esta agressão ocorreu, no período observado, por:  
 1 vez.  
 2 a 5 vezes.  
 6 a 10 vezes.  
 mais de 10 vezes.
14. Essa agressão continua acontecendo?  
 Sim.  
 Não.

### D) PERCEPÇÃO – AGRESSÃO FÍSICA:

15. Você já testemunhou, sofreu ou praticou alguma **agressão física** neste Campus?  
 Sim.  
 Não. Favor pular para a questão 22.
16. Onde ocorreu a **agressão física**?  
 No alojamento.  
 No refeitório.  
 Na sala de aula.  
 No pátio escolar.  
 Outros: \_\_\_\_\_
17. Em que horário aconteceu a **agressão física**?  
 Durante o dia – de 2ª a 6ª feira.  
 Durante o dia – nos finais de semana.  
 Durante a noite – de 2ª a 6ª feira.  
 Durante a noite – nos finais de semana.
18. A **agressão física** foi referente a algum tipo de preconceito?  
 Sim. Por motivo racial.  
 Sim. Por motivo da idade.  
 Sim. Por motivo do gênero.  
 Sim. Por motivo da religião.  
 Sim. Por motivo de origem social ou econômica.  
 Sim. Por motivo da aparência física.  
 Sim. Outros motivos: \_\_\_\_\_  
 Não.
19. A **agressão física** aconteceu quando você cursava a:  
 1ª série.  
 2ª série.  
 3ª série.
20. Esta agressão ocorreu, no período observado, por:  
 1 vez.  
 2 a 5 vezes.  
 6 a 10 vezes.  
 mais de 10 vezes.
21. Essa agressão continua acontecendo?  
 Sim.  
 Não.

### E) CARACTERIZAÇÃO DO *BULLYING*:

22. Você conhece o termo *Bullying*?  
 Sim.  
 Não.
23. Você acredita que a(s) agressão(ões) descrita(s) acima possa(m) ser caracterizada(s) como *Bullying*?  
 Sim.  
 Não.
24. Você conhece o termo *Cyberbullying*?  
 Sim.  
 Não.
25. Você tem conhecimento de alguma forma de tecnologia ou redes virtuais sendo utilizadas para humilhar algum aluno deste Campus?  
 Sim. Através de Vídeo ou Foto no celular.  
 Sim. Através de Vídeo ou Foto no computador.  
 Sim. Através de Vídeo ou Foto na rede institucional.  
 Sim. Através de Vídeo ou Foto em sites externos ao Campus.  
 Sim. Outros:  
 Não.
26. Você conhece algum estudante deste Campus que possui um apelido humilhante, ligado a alguma forma de preconceito?  
 Sim. Por motivo racial.  
 Sim. Por motivo da idade.  
 Sim. Por motivo do gênero.  
 Sim. Por motivo da religião.  
 Sim. Por motivo de origem social ou econômica.  
 Sim. Por motivo da aparência física.  
 Sim. Outros motivos: \_\_\_\_\_  
 Não.

### F) INFLUÊNCIAS:

27. Você se sente satisfeito com a Instituição?  
 Sim.  
 Não.
28. As agressões sofridas ou exercidas influenciam no seu grau de satisfação nesta Instituição?  
 Sim.  
 Não.
29. As agressões sofridas ou exercidas interferem em seu rendimento escolar?  
 Sim. Comente: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
 Não.
30. Quais ações você sugere para diminuir as práticas agressivas dentro do Campus?  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

*Obrigada pela colaboração!  
Christiana de Castro Ferreira Alves*



**UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO – UTAD**

MESTRADO EM GESTÃO

“Gestão escolar: uma análise do fenómeno *Bullying* em uma instituição da Rede Federal de ensino”

Mestranda: *Christiana de Castro Ferreira Alves*

Orientadores: *Prof. Dr. Timothy Koehnen e Profa. Mestre Izabela de Castro Ferreira Saraiva*

**QUESTIONÁRIO II – Servidores Administrativos, Docentes e Gestores**

**A) CARACTERIZAÇÃO DO SERVIDOR:**

1. Sua função no IFMG é:

- Administrativo, que trabalha:
  - no Alojamento Feminino.
  - no Alojamento Masculino.
  - na Cantina dos Estudantes.
  - na Coordenação Geral de Atendimento ao Educando (CGAE).
  - no Refeitório.
  - Em outro setor: \_\_\_\_\_
- Professor.
- Gestor.

**B) PERCEÇÃO:**

- 2. Você tem conhecimento de algum tipo de agressão praticada a estudante deste Campus?
  - Sim.
  - Não. Neste caso, favor encerrar o preenchimento do questionário.
- 3. Quantifique as agressões a estudantes do Campus ocorridas nos últimos 2 anos:
  - 1.
  - 2 a 5.
  - 6 a 10.
  - mais de 10.
- 4. Você presenciou alguma dessas agressões?
  - Sim.
  - Não.

**Dentre as agressões conhecidas,  
escolha aquela que mais lhe impressionou, para responder as questões seguintes:**

A agressão foi de natureza:

- verbal.
- física.
- física e verbal, juntas.

5. A agressão que mais lhe impressionou aconteceu:
- no alojamento.
  - no refeitório.
  - na sala de aula.
  - no pátio escolar.
  - fora do Campus.
  - Outros: \_\_\_\_\_
6. Em que horário aconteceu a agressão?
- Durante o dia – de 2ª a 6ª feira.
  - Durante o dia – nos finais de semana.
  - Durante a noite – de 2ª a 6ª feira.
  - Durante a noite – nos finais de semana.
7. A agressão foi referente a algum tipo de preconceito?
- Sim. Por motivo racial.
  - Sim. Por motivo da idade.
  - Sim. Por motivo do gênero.
  - Sim. Por motivo da religião.
  - Sim. Por motivo de origem social ou econômica.
  - Sim. Por motivo da aparência física.
  - Sim. Outros motivos: \_\_\_\_\_
  - Não.
8. A agressão aconteceu mais de uma vez com o mesmo estudante?
- Sim. 2 a 5 vezes.
  - Sim. 6 a 10 vezes.
  - Sim. Mais de 10 vezes.
  - Não.
  - Não sei dizer.
9. Essa agressão continua acontecendo?
- Sim.
  - Não.
  - Não sei dizer.
10. Você fez alguma intervenção na agressão?
- Sim. Diálogo com o agressor.
  - Sim. Encaminhamento do caso à CGAE.
  - Sim. Conversa com os pais do agressor.
  - Sim. Advertência escrita ao agressor.
  - Sim. Outros: \_\_\_\_\_
  - Não.
11. Como você classifica a agressão testemunhada por você?
- Muito leve.
  - Leve.
  - Moderada.
  - Pesada.
  - Muito pesada.

### C) INFLUÊNCIAS:

12. O estudante agredido se relaciona bem com os demais colegas do IFMG?

- Sim.
- Não.
- Não sei dizer.

Comente: \_\_\_\_\_

13. A agressão sofrida influencia no grau de satisfação do estudante agredido nesta instituição?

- Sim.
- Não.
- Não sei dizer.

Comente: \_\_\_\_\_

14. A agressão sofrida pelo estudante interfere em seu rendimento escolar?

- Sim.
- Não.
- Não sei dizer.

Comente: \_\_\_\_\_

### D) CARACTERIZAÇÃO DO *BULLYING*:

15. Você conhece o termo *Bullying*?

- Sim.
- Não. Favor passar para a questão 18.

16. Você acredita que a agressão descrita acima possa ser caracterizada como *Bullying*?

- Sim.
- Não.

17. Você conhece o termo *Cyberbullying*?

- Sim.
- Não.

18. Você tem conhecimento de alguma forma de tecnologia ou redes virtuais sendo utilizadas para humilhar algum aluno deste Campus?

- Sim. Através de Vídeo ou Foto no celular.
- Sim. Através de Vídeo ou Foto no computador.
- Sim. Através de Vídeo ou Foto na rede institucional.
- Sim. Através de Vídeo ou Foto em sites externos ao Campus.
- Sim. Outros:
- Não.

19. Você conhece algum estudante deste Campus que possui um apelido humilhante, ligado a alguma forma de preconceito?

- Sim. Por motivo racial.
- Sim. Por motivo da idade.
- Sim. Por motivo do gênero.
- Sim. Por motivo da religião.
- Sim. Por motivo de origem social ou econômica.
- Sim. Por motivo da aparência física.
- Sim. Outros motivos: \_\_\_\_\_
- Não.

**Se você for Servidor Administrativo ou Professor responda apenas as questões 21, 22 e 23 e obrigada por sua participação.**

**Se for Gestor, pule para a questão 24 e responda até o final do questionário.**

- 20.** Você conhece a legislação disciplinar do Corpo Discente do IFMG?  
 Sim.  
 Não.
- 21.** Você tem conhecimento de atitudes da Direção para inibir as relações agressivas dentro do IFMG?  
 Sim. Cite: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- Não.
- 22.** Quais ações você sugere para diminuir as práticas agressivas dentro do Campus?  
\_\_\_\_\_
- 23.** Você considera que o *Bullying* seja um problema frequente neste Campus?  
 Sim.  
 Não.
- 24.** Como ele mais se manifesta?  
 Entre estudantes da mesma série.  
 Com estudantes de séries diferentes.
- 25.** O trote é um grande problema enfrentado pelos gestores do Campus. Em média esta manifestação termina totalmente:  
 no primeiro mês letivo.  
 no primeiro bimestre.  
 no primeiro semestre.  
 alguns casos persistem até o final do ano.
- 26.** Existe algum programa institucional para prevenir as práticas agressivas dentro do Campus?  
 Sim.  
 Não.  
Comente: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- 27.** Quais ações você acredita que devam ser implantadas para diminuir as práticas agressivas dentro do Campus?  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

*Obrigada pela colaboração!  
Christiana de Castro Ferreira Alves*